



Samuel Valente Santos

A INFORMAÇÃO REGIONAL NA RÁDIO PÚBLICA PORTUGUESA

Descobrir o país pela voz do Portugal em Direto (Antena 1)

Relatório de Estágio do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientado pelo Professor Doutor Sílvio Correia Santos, apresentado ao Departamento Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Junho de 2022

FACULDADE DE LETRAS

A INFORMAÇÃO REGIONAL NA RÁDIO PÚBLICA PORTUGUESA

DESCOBRIR O PAÍS PELA VOZ DO PORTUGAL EM DIRETO (ANTENA 1)

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	A informação regional na rádio pública portuguesa
Subtítulo	Descobrir o país pela voz do Portugal em Direto (Antena 1)
Autor/a	Samuel Valente Santos
Orientador/a(s)	Sílvio Correia Santos
Júri	Presidente: Doutora Rita Joana Basílio de Simões Vogais: 1. Doutora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral 2. Doutor Sílvio Manuel Rodrigues Correia dos Santos
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Jornalismo de Comunicação
Especialidade/Ramo	Profissional
Data da defesa	21 de julho de 2022
Classificação do Relatório	17 valores
Classificação do Estágio e Relatório	17 valores

Agradecimentos

*A Deus,
Aos meus pais,
Ao meu irmão,
Aos meus avós,
À família do peito,
Aos amigos de todas as horas,
Ao professor Sílvio Santos e ao professor João Figueira,
Aos “camaradas” do Portugal em Direto e da Antena 1,
A Coimbra,*

*As palavras que vos dedico jamais vão espelhar a gratidão que sinto por partilhar convosco vida e capítulos desta efêmera existência. É um privilégio. A todos vós agradeço o apoio e a paciência. Aprendo cada dia sobre a minha missão neste mundo, e a cada nascer do sol reforço a humildade, a ambição e o empenho. Por vocês, que me desafiam a ser mais e melhor. A todos vós desejo o dobro da felicidade e do sucesso que alguma vez possa encontrar durante a minha aventura.
Que Deus nos abençoe e nos guie. Obrigado!*

“I chose journalism to be close to the people, it might not be easy to change the reality, but at least I could bring their voice to the world”
– Shireen Abu Akleh (1971-2022)

Resumo

Os três meses de estágio na Antena 1 (Porto) são a base para o relatório que investiga o jornalismo de proximidade desenvolvido pela rádio pública junto das diversas regiões portuguesas. As entrevistas, reportagens e peças produzidas para o Portugal em Direto, o programa da estação dedicado à informação de proximidade, permitiram conhecer as mais-valias e as carências nesta área do programa e da própria rádio. O enquadramento teórico e cronológico sobre a história da rádio pública portuguesa antecede o relato sobre o estágio, realizado entre setembro e dezembro de 2021. No terceiro capítulo deste relatório são apresentadas as conclusões do estudo desenvolvido após a análise de 54 edições do Portugal em Direto. Foram registadas ilações sobre a abrangência geográfica e temática, deveres do serviço público mediático consagrados por lei e previstos no Contrato de Concessão, assinado em 2015. O cumprimento das obrigações definidas permite à Antena 1 conservar a confiança dos cidadãos, que, todos os meses, contribuem monetariamente para o financiamento da rádio pública. Este relatório recorre a uma metodologia mista. A análise dos dados obtidos foi triangulada com a análise de entrevistas a vários/as profissionais com responsabilidades editoriais na empresa, bem como a análise de outros documentos, que permitem uma análise mais completa. No final, os resultados do estudo permitem identificar os constrangimentos que impedem a rádio pública da plena cobertura regional, apontando possíveis soluções para estas situações.

Palavras-chave:

Portugal em Direto; Antena 1; serviço público de radio; jornalismo; RTP

Abstract:

The three months of internship at Antena 1, the portuguese public radio, are the basis for this report, that investigates the proximity developed by journalists with the many districts. The content produced for “Portugal em Direto”, the station’s program dedicated do proximity information, allowed me to understand the program's strengths and weaknesses. The theoretical framework about the portuguese public radio, written in chapter one, precedes the story about the internship, which took place between September and December 2021, in Porto. In the third chapter I present the conclusions of my study developed after analyzing 54 editions of “Portugal em Direto”. Geographical and thematic coverage were the main focus, because those are duties of public service media planned by law and by the Concession Agreement, signed in 2015. The achievement of those obligations allows Antena 1 to keep the trust of the citizens, who, every month, help to finance the public radio. This report uses a mixed methodology. The analysis of the data obtained was triangulated with the analysis of interviews with six professionals with editorial responsibilities in the company, and with the analysis of other documents, wich allowed to obtain a more complete analysis. The third chapter is concluded with an investigation about the portuguese public radio's ability to follow the digital evolution on social networks and other digital platforms. In the end, the results of the study underlines the constraints that keep the public radio away from full regional coverage, pointing out possible solutions to this problem.

Keywords:

Portugal em Direto; Antena 1; public radio broadcasting; journalism; RTP

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento histórico sobre a Antena 1 (RTP)	3
1.1 – <i>A evolução rádio pública</i>	3
1.1.1 – <i>Uma história (quase) centenária</i>	3
1.1.2 – <i>A balbúrdia política e radiofónica depois de 1974</i>	4
1.1.3 – <i>A reorganização na RDP e os desafios de mercado no final do milénio</i>	5
1.1.4 – <i>A RDP, a Radiotelevisão Portuguesa e a Rádio e Televisão de Portugal</i>	7
1.1.5 – <i>A digitalização e renovada caracterização do serviço público</i>	9
1.2 – <i>As antenas dos portugueses na atualidade</i>	10
1.3 – <i>O modelo de gestão – contexto nacional</i>	11
1.3.1 – <i>O financiamento em Portugal e no espaço da European Broadcasting Union</i>	11
1.3.2 – <i>O serviço público de rádio enquanto guia no digital</i>	13
2. Três meses frenéticos e gratificantes na Antena 1 (Porto)	16
2.1 – <i>A oportunidade sonhada e os desafios logísticos</i>	16
2.2 – <i>A realidade do estagiário curricular</i>	16
2.3 – <i>Um lugar no Portugal em Direto</i>	18
2.4 – <i>As etapas do percurso ambicioso do estagiário</i>	19
2.4.1 – <i>O começo nos bastidores</i>	19
2.4.2 – <i>A crescente autonomia e as lições sobre a eficiência em reportagem</i>	21
2.4.3 – <i>A investigação perto de casa pelo ímpeto do estagiário</i>	23
2.4.4 – <i>De Coimbra a Vila Real – a comitiva do Portugal em Direto na estrada</i>	24
2.4.5 – <i>As saudades antecipadas e o empenho até ao último segundo</i>	26
2.5 – <i>A cronologia prática do estagiário</i>	27
3. Portugal de norte a sul, do continente às ilhas – A importância e as debilidades do Portugal em Direto	32

<i>3.1 – Descrição do Estudo e Metodologia</i>	32
<i>3.2 – Jornalismo de proximidade e de serviço público de rádio na Era Digital</i>	33
<i>3.2.1 – As normas, as disparidades e o regresso ao básico</i>	33
<i>3.2.2 – O padrão inclusivo na Europa e o caso único em Portugal</i>	35
<i>3.3 – Um bem público (re)construído e equilibrado no quotidiano</i>	37
<i>3.3.1 – A fuga ao topo de hora e as dinâmicas para unir o país</i>	41
<i>3.3.2 – O Portugal possível para o jornalismo de proximidade na rádio pública</i>	44
<i>3.4 – A caracterização do Portugal em Direto pelo Markttest e no domínio digital</i>	49
<i>3.4.1 – Dados de alcance em FM</i>	50
<i>3.4.2 – O trabalho a desenvolver no digital</i>	52
Considerações Finais	56
Bibliografia / Obras Consultadas	60
Anexos	67

Índice de Tabela

Tabela 1 - Trabalhos realizados durante o estágio curricular na Antena 1	27
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição quantitativa de temas no Portugal em Direto (entre 6 de outubro e 24 de dezembro – 54 edições)	38
Gráfico 2 – Distribuição percentual de temas no Portugal em Direto (entre 6 de outubro e 24 de dezembro – 54 edições)	38
Gráfico 3 – Valores totais de presenças dos distritos em edições do Portugal em Direto (Antena 1) .	40
Gráfico 4 - Duração das Emissões Especiais do Portugal em Direto (entre 6 de outubro e 24 de dezembro de 2021)	40
Gráfico 5 – Média diária de ouvintes do Portugal em Direto por faixas etárias (2020)	41

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição de centros de produção (azul) e correspondentes (verde) da Antena 1	39
Figura 2 - Presenças dos distritos em edições do Portugal em Direto (Antena 1).....	39

Introdução

A humanidade deve ao universo radiofónico a capacidade de compreender dimensões fundamentais da vida, como o espaço e o tempo, através da palavra, elemento capaz de moldar o pensamento, os valores e as perspetivas sobre o contexto no qual o cidadão está inserido. A cronologia do *medium* é transversal à história recente das sociedades. No século XX, conscientes da oportunidade em verbalizar ideologias, os líderes mundiais detiveram a rádio, a fim de reforçar o controlo estatal. Portugal não foi exceção. Em 1935, o projeto do Estado Novo foi enriquecido pela Emissora Nacional, entidade radiofónica que, até 1974, foi alicerce da retórica do regime. Deste período, importa, entre outros aspetos, salientar os primeiros sinais de emissões dedicadas às regiões, por via de emissores instalados em diversas localidades. A ideia foi desenvolvida a partir de 1943, aquando da inauguração do Emissor Regional do Norte, no Porto.

O projeto de proximidade foi continuado após a implementação do sistema democrático, apesar das crescentes dificuldades financeiras. Após a nacionalização da maioria das emissoras, em 1976 foi reiterado o dever de abranger na rádio pública tantas vozes quanto as coexistentes em Portugal. Para este fim, a Radiodifusão de Portugal (designação adotada para a rádio pública depois de 1974), necessitou de investir em infraestruturas e na renovação do material técnico. Em simultâneo, as décadas seguintes definiram que a fonte de financiamento seriam os contributos monetários dos cidadãos, de modo a estabelecer uma relação de interdependência entre o serviço público de rádio e a comunidade. A escolha resultou no agravar de dificuldades económicas e de recursos humanos, mas permitiu, implementar projetos jornalísticos de carácter regional, e por isso próximo de todos os portugueses. Assim, quase meia década depois, a Antena 1 (designação adotada em 1981) difunde, durante a hora de almoço, conteúdos informativos distintos sobre a atualidade dos diferentes distritos, esclarecendo e sensibilizando o auditório para a multiplicidade de realidades coexistentes no país. O programa é denominado Portugal em Direto.

O presente relatório teve por base o estágio curricular realizado na Antena 1 (Porto), entre 27 de agosto e 23 de dezembro de 2021. Face a constrangimentos logísticos, fui integrado na equipa responsável pelo Portugal em Direto, emitido diariamente entre as 13h15 e as 13h59. Por isso, a base teórica redigida nos parágrafos anteriores é de novo abordada, ao detalhe, no primeiro capítulo deste trabalho. A investigação sobre a cronologia decorrida desde 1933 está alicerçada em diversas fontes bibliográficas, mas sobretudo nas obras de Sílvio Santos (2013a; 2013b) e de Carlos Camponez (2002).

A oportunidade de contribuir para o programa que pretende estar próximo de todo o auditório permitiu aprimorar competências várias. Em simultâneo, motivado pela realização de um objetivo profissional, foram meses de extrema proatividade e produtividade, traduzidos na confiança e nas oportunidades delegadas pelos jornalistas. O segundo capítulo deste trabalho revela sinergias com outros programas informativos da Antena 1 e Antena 2. Ademais, evidencia o processo ascendente e o carácter eclético dos conteúdos desenvolvidos, apesar de entraves logísticos, económicos e institucionais.

No terceiro capítulo, a fim de delinear a caracterização do Portugal em Direto, apresentei os resultados do estudo das 54 edições emitidas durante o período de estágio. Inserida numa sociedade

multicultural e multiplataforma, na qual as fronteiras geográficas e ideológicas estão diluídas, a rádio procurou renovar-se para prevalecer enquanto fiel companhia de toda a sociedade. Num mercado dominado pelos projetos privados, cujo objetivo é o lucro, urge refletir sobre os conteúdos dedicados a grupos minoritários e às comunidades com menor mediatismo. Deste modo, o estudo procedeu ao balanço sobre o programa dedicado à atualidade de todas as regiões portuguesas, a fim de avaliar o cumprimento das metas definidas no Contrato de Concessão. Por isso, centrei atenções na abrangência temática e geográfica do Portugal em Direto, assim como nos moldes a partir do qual é realizado o planeamento diário. Ademais, inclui dados sobre a audiência deste programa, assim como os motivos que justificam a atenção a tal métrica no serviço público.

Na atualidade, o conteúdo radiofónico é partilhado em diversas plataformas digitais, alcançando novas dinâmicas para interagir com os ouvintes. Assim sendo, o estudo tem como último tópico a investigação sobre a possibilidade de a Antena 1 acompanhar as mais-valias tecnológicas promovidas, sobretudo, através das redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram). A temática aponta ao futuro da rádio pública portuguesa e define, no curto-prazo, a capacidade de aliar o mundo *online* aos métodos jornalísticos tradicionais, conservando a ideia base de abarcar tantas vozes quanto as coexistentes na sociedade, e renovando, assim, o carácter polimórfico da rádio. As entrevistas realizadas a profissionais com responsabilidades editoriais na empresa permitiram justificar os dados alcançados, gerando uma dinâmica de causa-efeito entre o estudo realizado, os documentos consultados e os pareceres dos jornalistas e diretores.

1. Enquadramento histórico sobre a Antena 1 (RTP)

1.1 – A evolução rádio pública

1.1.1 – Uma história (quase) centenária

A semente da comunicação radiofónica em Portugal foi plantada em agosto de 1933, quando em Lisboa tiveram lugar alguns testes técnicos, num processo que prolongaria até ao ano seguinte. Aprofundado o saber operacional, em 1935 foi fundada a Emissora Nacional, a estação oficial do Estado Novo. Sensivelmente depois, outros dois projetos surgiram: a Rádio Renascença (tutelada pela Igreja) e o Rádio Clube Português. Consciente da importância da comunicação verbal para a monitorização social, e seguindo os exemplos na Europa do princípio do século XX, o governo liderado por António Oliveira de Salazar investiu na rádio e começou a tricotar redes ideológicas, numa dinâmica alicerçada no controlo das frequências para transmissão e nos conteúdos trabalhados (Cordeiro, 2004, p. 2; Ribeiro, 2005, p. 112). Contudo, o material utilizado, construído a partir de peças sobressalentes, limitou a extensão territorial do projeto, pelo que, de modo a cumprir a ambição de difundir a retórica nas regiões continentais, arquipélagos e territórios ultramarinos, a tutela adquiriu meios técnicos que viabilizaram emissões de Onda Curta, melhorando o alcance e a qualidade (Ribeiro, 2005, p. 149). Ademais, a edificação dos emissores de Porto, Faro, Açores e Ribatejo viabilizou, até à década de 1950, os elos pretendidos e o alinhamento quanto à ideologia empregue pelo projeto radiofónico do Estado Novo (Santos, 2013a, pp. 42-50).

A sedução pelo entretenimento via rádio alienava os portugueses do “fechamento a que o país estava votado” (Cordeiro, 2004, p. 2), ainda que o sucesso tenha desvanecido com o surgimento da televisão¹ em 1957. Na procura de equilibrar o entusiasmo em torno da imagem, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo optou pela radiodifusão via Frequência Modulada (FM), de modo a limar o brio da transmissão e ser uma boa resposta no mercado das telecomunicações. Porém, como relatado no Diário Popular em setembro de 1966, nas horas em que o ecrã se iluminava, os portugueses abdicavam da telefonia. Além disso, a expansão do projeto radiofónico foi prejudicado pela cobertura FM limitada às zonas urbanas, assim como pelos custos inerentes à aquisição de um recetor (Santos, 2013a, pp. 81-84, 105).

O progresso que havia a elaborar não omitia o reconhecimento dos bons meios de produção detidos pela Emissora Nacional no término da década de 1960, o que permitia emitir continuamente a partir de Lisboa, totalizando 23 antenas e sete emissores em todo o país, distribuídos estrategicamente por 11 localidades (Santos, 2013a, pp. 91, 96; Serejo, 2001). A qualidade técnica foi complementada pela grelha de programas evolutiva, enriquecida pelas mudanças introduzidas no serviço público, como o surgimento da “rádio escolar” ou a divulgação cultural. Em simultâneo, uma das medidas mais relevantes foi, a partir de 1968, o espaço alargado na emissão nacional atribuído aos centros regionais de Faro, Porto e Coimbra. O bloco informativo de dez minutos (transmitido às 19h30) foi estendido em meia hora na região algarvia; doravante, a delegação coimbrã produzia mais duas horas semanais para a

¹ A Radiotelevisão Portuguesa (RTP) iniciou as emissões regulares a 7 de março de 1957.

programação nacional, além dos espaços regionais (Santos, 2013a, pp. 88-92). Não obstante, a Emissora Nacional estagnara. Primeiramente, a grelha de programas evoluiu, mas não foi renovada, pelo que alguns programas do princípio da década esgotaram as respetivas dinâmicas, e o interesse do auditório esmoreceu. Debilidade superior era o carácter introvertido dos locutores, ao qual se somaram os extensos serviços noticiosos, concretizados segundo a lógica escrita da imprensa. A clausura do progresso musical e cultural proveniente do estrangeiro era outro fator que contribuiu para o atraso do projeto radiofónico do Estado Novo face à Rádio Renascença e ao Rádio Clube Português (Santos, 2013a, pp. 87-91).

As debilidades da Emissora Nacional foram exploradas pelas duas outras principais estações radiofónicas, ainda que uma fosse tutelada pela Igreja. O horário noturno, considerado desinteressante, serviu para disseminar conteúdo informativo, musical e cultural alternativo, elementos importantes para incentivar ao sentido crítico dos ouvintes. Durante a “Primavera Marcelista”² surgiram programas despojados de propaganda, assim como reportagens, sobretudo em direto, que fomentavam a oposição ao sistema político (Cordeiro, 2004, p. 3). Esta breve oportunidade de diversificar as mensagens permitiu aos portugueses contactarem com novas ideologias, e foi o rastilho para o 25 de abril de 1974, quando o regime ditatorial terminou.

1.1.2 – A balbúrdia política e radiofónica depois de 1974

Durante os primeiros anos de democracia, a designação da rádio pública foi alterada para Radiodifusão Portuguesa (RDP), ainda que a instrumentalização político-partidária prevalecesse. Segundo Estrela Serrano, a bitola da estação era definida consoante a ideologia dos dirigentes, uma vez que a tentação manipuladora não era característica exclusiva dos regimes ditatoriais (Santos S. C., 2013 a, p. 138). Este *modus operandi* contraria a base teórica do serviço público, pois o Estado democrático deve interagir com a sociedade por via da esfera pública, um patamar partilhado e de diálogo, no qual os indivíduos estão equiparados pelo estatuto de cidadão (Habermas, 1996, p. 360). Para esta dinâmica repartida foi essencial o desenvolvimento das diversas instituições culturais, das cidades e respetivas redes de opinião, pois são elementos nucleares na atual esfera pública, que convergem para os *media* (Low & Smith, 2006). O Governo constituía, doravante, uma peça do puzzle, responsável pela cooperação na vida social e pela supressão das necessidades de cada elemento que compõe a comunidade (Chevallier, 2018, pp. 37-38).

Antes da organização do serviço público mediático, a crescente crispação entre extrema-esquerda e extrema-direita eclodiu em novembro de 1975, resultando num golpe de Estado fracassado. Seguiu-se a progressiva estabilização do sistema democrático, permitindo a reestruturação de diversos setores públicos, e a rádio não foi exceção (Santos, 2013a, pp. 110-115). Reconhecendo a importância deste meio na Revolução de Abril, e salientando a oportunidade de formar os milhares de indivíduos analfabetos, foi fundada a Empresa Pública de Radiodifusão, que consistiu na nacionalização da maioria das emissoras. Deste projeto, alicerçado no Estado e na Igreja, apenas ficariam isentas a Rádio

²Após o afastamento de António Oliveira de Salazar, surge Marcello Caetano na chefia do Estado Novo. O período inicial, entre 1968 e 1970, é descrito na história de Portugal enquanto “Primavera Marcelista”, graças ao atenuar da doutrina ditatorial, o que permitiu algumas liberdades de expressão aos portugueses, como a organização sindical. Em simultâneo, o processo de censura foi substituído pelo protocolo Exame Prévio.

Renascença (beneficiando da Concordata com a Santa Sé) e as pequenas emissoras. O aglomerado teve enquanto pilares algumas das Leis do Serviço Público desenvolvidas por Louis Rolland: independência; representação da classe operária na gestão e fiscalização; desenvolvimento do pluralismo ideológico (Bezerra, 2008, pp. 126-131; Santos, 2013a, pp. 123-124). Os direitos à expressão, ao pensamento e ao trabalho de imprensa, consagrados na Constituição da República Portuguesa³, foram complementada pelo estatuto da RDP, que previa a formação da Assembleia de Radiodifusão, na qual estariam representados os diferentes grupos sociais e profissionais, assim como o Governo, mas em minoria. A este órgão seria adicionado, entre outros, o conselho de informação, responsável pela salvaguarda da pluralidade e da assembleia. Apesar da “imagem genuinamente democrática”, os dois principais mecanismos administrativos não se materializaram, sobretudo em resultado da situação financeira sensível e da conjuntura política instável (Santos, 2013a, pp. 127-129; Serejo, 2001, p. 81).

Durante os anos seguintes, ficaram evidentes as diferentes lógicas, por vezes antagónicas, entre canais que coexistiram após a nacionalização radiofónica. A RDP incorporou diferentes emissões, aglomerando projetos comerciais e outros de serviço público (sem lucro proveniente de publicidade). Sendo assim, foram organizadas quatro ideias distintas:

- Programa 1 (o herdeiro do trabalho informativo da Emissora Nacional com emissão contínua e parceira de entidades regionais);
- Programa 2 (emissão de cariz cultural, sonorizada por música clássica e palestras);
- Programa 3 (emissão comercial com predomínio de música ligeira; conteúdos de produtores independentes; publicidade e oportunidade de lucro também para as entidades regionais);
- Programa 4 (emissão moderadamente comercial e de cariz musical).

No universo de radiodifusão pública coexistia também a emissão internacional, uma emissão em Lisboa e outra no Porto. A fim de separar entre a génese pública e lucrativa, em 1979 os programas três e quatro dão origem à independente Rádio Comercial (Santos, 2013a, pp. 132-136). Porém, na verdade, este processo é somente o princípio do emagrecimento da empresa, cuja situação financeira deteriorava-se, pelo que urgia conter custos e, ao mesmo tempo, promover a eficiência. O agravar da dívida resulta, em parte, da incapacidade governativa em organizar um plano económico capaz de promover e sustentar este agrupamento radiofónico (Santos, 2013a, pp. 129-132, 144, 148). Desprovido de novo capital, o resultado foi apenas a “mistura de rádios velhas” (Câmara, 1986).

1.1.3 – A reorganização na RDP e os desafios de mercado no final do milénio

Na procura de afinar as intenções da rádio pública, em 1981 a designação do Programa 1 foi substituída por Antena 1, responsável pela cobertura do território português através de 17 emissores em Onda Média e 14 em Frequência Modulada. A concorrência da Rádio Renascença havia subtraído ouvintes, pelo que era prioritário definir o posicionamento do principal canal da rádio pública. Dirigida a todo o público, sobretudo por via da informação, a Antena 1 presenciava os momentos históricos do país e respetivas regiões; em simultâneo, o reenquadramento da informação desportiva serviu o propósito de atrair o público masculino (Santos, 2013a, pp. 154-156).

³ Publicada em abril de 1976.

Recuperar o interesse dos portugueses passava igualmente por desenvolver o trabalho nas diferentes regiões, objetivo assumido em 1976, apesar do necessário reforço de meios técnicos, e da concretização de um plano consoante as frequências disponíveis. Numa primeira fase, surgem sete programas regionais, desdobrados da emissão nacional para os respetivos emissores: um em cada arquipélago; no território continental havia um a norte, três no centro e um a sul (Santos, 2013a, p. 162). A autonomia de programação atribuída às emissoras da Madeira e dos Açores; as melhorias técnicas e de cobertura, com destaque na região do Alto Douro e de Coimbra; e a adoção do prefixo RDP por todos os canais foram aspetos essenciais para fomentar a abrangência distrital na rádio pública. Em simultâneo, o projeto de expansão beneficiou da vontade das autarquias receberem uma estação local da RDP, colmatando a carência sentida pelas comunidades quanto à difusão da atualidade regional (Santos, 2013a, pp. 165-167). Deste modo, em 1986, entre emissores da RDP e rádios parceiras, foram alcançadas 580 horas semanais em programas de proximidade⁴, extensíveis a todo o território, cumprindo com o equilíbrio geográfico exigido ao serviço público (Santos, 2013a, pp. 160-161, 165-168). Os blocos informativos regionais eram complementados por programas como o “Lugar ao Sul”, o “Andarilho” ou o “Cavaleiro Andante” (Santos, 2013a, pp. 155-156).

Os últimos anos do século XX apresentaram diversos desafios à sobrevivência da rádio pública. A escassez de capital injetado pelo Estado agravou o registo financeiro da RDP e forçou a recorrer à publicidade comercial, em 1980. Um mal necessário para todos os canais do conglomerado radiofónico público, acompanhado por outras medidas de austeridade e de contenção de custos. Ainda assim, essa política era interpretada como ameaçadora à “publicidade de prestígio” da Antena 1. A falta de unanimidade resultou no reverter do rumo financeiro, em 1982, exclusivo ao principal canal da RDP. Foi a solução encontrada para salvaguardar a génese do serviço público de rádio, mas significou uma quebra de quase 61,7 mil contos faturados pela RDP nesse ano (Santos, 2013a, pp. 148-150). A conjuntura piorou face às consequências da regulamentação do setor mediático, pois o término de várias rádios piratas fixou regras para a proliferação de projetos privados. Por isso, foi progressivamente registada a coexistência entre estações numa lógica concorrencial, transparente e equilibrada: “o mercado dita as regras, e as rádios tentam (sobre)viver dependentes das medidas de audiência, para angariar publicidade” (Cordeiro, 2004, p. 4).

A disputa entre entidades privadas pelo domínio do mercado mediático agudizou-se em resultado da evolução digital e tecnológica, que gerou novos métodos de produzir conteúdo e alcançar o público. Na última década do século XX surgiram os primeiros indícios dos atuais monopólios empresariais, que aglomeram operadoras televisivas, radiofónicas e imprensa. É o inevitável efeito dominó: os progressos digitais potenciam a tecnologia enquanto fator de evolução, o que altera as normas do mercado e, conseqüentemente, o comportamento do consumidor (Nissen, 2006, pp. 7-10). Ainda assim, consciente das mudanças, a RDP manteve-se fiel aos objetivos de servir a comunidade, e, por isso, acima “da precariedade dos projetos meramente comerciais, com os quais concorre na disputa não obsessiva das audiências” (Santos, 2013a, p. 177). A bitola foi reforçada pelo Contrato de Concessão, assinado em 1999, que definiu como única fonte de financiamento as taxas pagas pelos

⁴ O resultado surge da contabilização dos programas emitidos pela RDP Norte, RDP Centro (Coimbra), RDP Sul (Rádio Algarve), Rádio Porto, Rádio Nordeste, Rádio Alto Douro, Rádio Viseu, Rádio Guarda, Rádio Santarém e pela Rádio Elvas.

cidadãos⁵, de modo a que a RDP sustentasse a *raison d'être* do serviço público: servir a comunidade democrática e criar valor social (Jakubowicz, 2010, p. 13; Lowe & Jauert, 2005; Rumphorst, 1999). Este modelo, explorado por Lopez Vigil através do termo “comunidade radiofónica”, reitera o reforço de elos e o fomento do sentido crítico enquanto rumo do serviço prestado à sociedade, em detrimento do lucro (Buckley, 2000, pp. 184-185).

Na transição entre milénios, a RDP procedeu à modernização do material utilizado, investindo em leitores de CD e Digital Audio Tape⁶, que a par de outras atualizações tecnológicas, como o telefone satélite, permitiu elevar a qualidade do trabalho de reportagem, assim como a autonomia dos jornalistas no contacto com os estúdios, independentemente da localização (Santos, 2013a, p. 198). Além disso, a disseminação de aparelhos Digital Audio Broadcasting enriqueceu a escuta dos portugueses, que, na maioria, beneficiou da cobertura da rede digital⁷ (Cordeiro, 2004, p. 10). Importa realçar, também, a fundação do espaço digital da empresa, com quatro emissões em direto e peças de áudio *on demand* (Santos, 2013a, p. 200). O recurso às ferramentas digitais e *online* preocupa os operadores privados, que questionam a legitimidade de os projetos de serviço público beneficiarem de lucros ampliados e custos mínimos (via YouTube, por exemplo). A Comissão Europeia esclareceu, em 2001, que o uso do financiamento público é legal quando aplicado em prol dos interesses partilhados. Quando o auxílio estatal promove a desregulação do mercado e vai para lá dos objetivos e interesses definidos, então os operadores públicos estão sujeitos à aplicação da lei da concorrência (Picard, 2006, p. 189). Contudo, a legislação não abrandou o controlo do mercado por parte do setor privado, que, munido de orçamentos e objetivos diferentes, investiu na segmentação de ouvintes, aprimorando conhecimentos na área do marketing e sobre o estudo de potenciais públicos-alvo. O século XX encerrou com o panorama radiofónico assente numa lógica que privilegia o conteúdo difundido e relega para segundo plano o locutor (Cordeiro, 2004, p. 5).

1.1.4 – A RDP, a Radiotelevisão Portuguesa e a Rádio e Televisão de Portugal

A história da rádio pública no século XXI inscreve-se em capítulos que reforçam a utilidade do serviço público e a distinção do setor privado, num contexto digital, movido pelo mercado e pelo lucro proveniente das audiências. Por um lado, existe um projeto a pensar na formação, abrangência e informação dos cidadãos, tendo enquanto única base de financiamento os contributos pagos pelos portugueses. Esta sinergia tem implícita a responsabilização do operador público pelos conteúdos emitidos, pela independência económica e política, e quanto ao respeito pela equilibrada concorrência

⁵ Mais tarde, em 2003, aquando do planeamento de financiamento da nova *holding* do serviço público audiovisual, o pagamento direto nos correios, conhecido por taxa de radiodifusão, foi substituído por uma taxa indireta presente na fatura da empresa fornecedora de energia (EDP), modelo que continua em vigor (Santos, 2013a, p. 229).

⁶ “O Digital Auto Tape é um formato compacto de cassette digital que permite uma gravação sem compressão, como acontece no CD” (Santos, 2013a, p. 198).

⁷ O Digital Audio Broadcasting (DAB) introduziu melhorias face ao sistema tradicional de emissão, nomeadamente a qualidade de som e a mobilidade dos aparelhos. Ainda assim, o veloz progresso da Internet na primeira década do século XXI incorporou as transmissões radiofónicas nos telemóveis, computadores e demais aparelhos digitais. Perante alternativas versáteis e melhor capacitadas para a codificação do áudio e de conteúdos multimédia, o DAB foi progressivamente esquecido (Ala-Fossi et al., 2008, pp. 1-9; Cordeiro, 2004, p. 10). Ademais, em Portugal, o potencial previsto não foi materializado em consequência do desinteresse governativo (Santos, 2013a, pp. 200-201).

no mercado. Em contraposição, os projetos comerciais definem o financiamento através de contratos publicitários e de alcance de audiência, pelo que gerem a programação consoante a melhor forma de obter lucros, de atrair e entreter os consumidores⁸, utilizando os estudos de mercado para aperfeiçoar o impacto e o alcance do público-alvo (Cordeiro, 2004, pp. 6-7; Picard, 2006, pp. 191-195). A era digital contribuiu para o desenvolvimento da interação, identificação e comunhão de interesses entre os operadores e os consumidores (ou cidadãos), em diversas plataformas e a todo o instante (Amaral et al., 2006). A multiplicação do lucro no espaço *online*, desprovido de contributos para o enriquecimento comunitário, gera a perceção de que existe apenas um caminho para o sucesso económico e mediático.

A primeira década do novo milénio registou a profunda reestruturação do serviço público de rádio e de televisão. Em 2000, na procura de reenquadrar e valorizar a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) no mercado através de dinâmicas mistas, foi criada a Portugal Global (PG), *holding*⁹ que acumulou a RDP, a RTP e a LUSA (Santos, 2013a, pp. 216-217). Anos mais tarde, na antecâmara de ser oficializada nova *holding*, e a fusão definitiva, as tutelas da RDP e da RTP acordaram a partilha de instalações e de delegações internacionais, assim como ações mútuas enquanto marca. Por outro lado, em consequência da fragilidade financeira, as medidas foram sucedidas pela saída de cerca de mil profissionais das emissoras e da LUSA, devido à não renovação de contratos, aposentações, pré-aposentações ou rescisões. Assim, o objetivo passava por “fazer melhor, com menos custos” (Chevallier, 2018, p. 124; Santos, 2013a, pp. 224-226). A 1 de janeiro de 2004, o serviço público de rádio e televisão passou para a alçada da nova *holding*, a Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA, na qual coexistiam a RDP, a Radiotelevisão Portuguesa, a RTP Meios de Produção, a PTDP e os operadores regionais de televisão (Madeira e Açores). A principal valência da renovada RTP esteve relacionada com a capacidade de administração gerir ativamente as duas empresas, ao invés de, como acontecia na PG, somente deter as participações do Estado (Santos, 2013a, pp. 228-230). Três anos volvidos, em 2007, o grupo audiovisual público fundiu-se, por fim, numa só entidade (RTP), ditando o fim da RDP, que apenas se manteve enquanto marca associada ao serviço promovido pelos canais regionais e internacionais. O processo de reestruturação e coexistência dos *media* públicos foi concluído quando, nesse ano, a rádio migrou para a nova sede no Porto (Santos, 2013a, pp. 236). Estava concretizada a ideia de serviço público audiovisual, e criado o modelo de operador público integrado.

Deste processo de aglutinação fizeram parte investimentos no ramo do marketing, sobretudo em prol da imagem corporativa única. Por isso, os canais radiofónicos foram forçados a assumir uma nova identificação visual. Não obstante, vários autores teceram críticas à nova *holding*. O jornalista Alberto Arons de Carvalho, que redigiu o prefácio da obra “Da Rádio Estatal ao Modelo Integrado. Compreender o Serviço Público de Radiofusão em Portugal”, reitera que os portugueses pensam na RTP apenas enquanto televisão, até porque tal designação é utilizada pelos respetivos canais. Portanto, esclarece Alberto Arons de Carvalho, apesar da visibilidade reforçada, importa englobar também o trabalho radiofónico no debate sobre o serviço público português (Santos, 2013a, pp. 9-11, 231).

A fim de responsabilizar a operadora pública quanto ao dever de representar as preocupações de todos os cidadãos, em 2006 são criados os cargos de provedor(a) do ouvinte e do telespectador. A

⁸ Designação adotada pelo setor privado quanto aos cidadãos.

⁹ A ideia original de fundar a PG remete para a última década do século XX. Em 1996 foi organizado um grupo de trabalho responsável por investigar e fomentar sinergias entre as operadoras públicas e a LUSA. Foi oficializada em 2000, “sob forma de sociedade de gestão de participações do Estado em empresas de comunicação social (SGPS)” (Santos, 2013a, p. 217).

implementação deste posto independente de análise e de crítica aos mecanismos estruturais, atualmente ocupado no âmbito radiofónico por Graça Franco¹⁰, significa que o silêncio é benesse de outrora, pelo que os *media* públicos são chamados a rentabilizar os recursos da forma mais útil possível (Chevallier, 2018, pp. 118-121). Este elemento é fundamental para sustentar o elo entre a administração e a comunidade, assente na credibilização e no cumprimento das obrigações, e que origina “ilhas de confiança” (Nissen, 2006).

1.1.5 – A digitalização e renovada caracterização do serviço público

A RTP instalou-se nas redes sociais (Facebook e Twitter) entre 2007 e 2008, e desenvolveu plataformas *online*¹¹ que permitem a coexistência de conteúdos noticiosos em diferentes formatos, acumulando transmissões em direto e gravadas, em suporte de áudio e/ou vídeo – *Creat Once, Publish Everywhere* (Nissen, 2006, pp. 31-32, 45). O progresso digital permitiu à operadora pública manter a relação dialógica com o público e aprofundar o modelo interativo e bidirecional, que permite ao ouvinte participar nos programas e contribuir para o processo formativo e informativo¹² (Amaral et al., 2006). Deste modo, através de várias plataformas que apenas exigem a conexão à Internet, o cidadão é convidado a assumir o posto de utilizador-ator e utilizador-parceiro (Chevallier, 2018, pp. 118-121). Os elos reforçados pelos *media* públicos surgem para cumprir os pressupostos basilares, mas também enquanto reação ao controlo do mercado mediático pelas entidades privadas. Por isso, a fim de rentabilizar os investimentos, foi necessário introduzir renovados elementos linguísticos, entregando a mensagem ao cidadão de forma apelativa e simplificada. Contudo, importa ressaltar, a mutabilidade não conduziu ao “*dumbing-down*” de outros projetos – processo no qual o conteúdo se alinha pelo défice de qualidade e relevância (Bardoel & Brants, 2003; Meditsch, 1995; Picard, 2006; Tracey, 1998).

No caso da rádio pública, os progressos *online* permitiram valorizar a riqueza (e complexidade) do som enquanto “forma de expressão superior” (Bolls, 2002, p. 558), pois a simplicidade e a naturalidade das palavras ditas pelo jornalista concede ao ouvinte a oportunidade de visualizar o que escuta, de abarcar imagens e sensações diversas. Deste modo, próxima do mundo e dos respetivos cidadãos, a rádio pública portuguesa é introduzida na Web e deve reunir as ferramentas para informar no presente individual do ouvinte e no contexto intersubjetivo social (Boroditsky, 2011; Meditsch, 1995). A conjuntura idealística exige estabilidade económica e a diminuição da precaridade na classe profissional, a fim de atrair e organizar recursos especializados, não apenas em jornalismo, mas também no marketing, na gestão de redes sociais e demais espaços digitais (Camponéz & Oliveira, 2021a, 2021b; Miranda et al., 2021). Cumprida esta etapa será possível confirmar que a rádio é um *medium* do presente, composto por meios técnicos que permitem elevar o trabalho jornalístico a um patamar eclético, distinto e imediato.

O saldo desse trajeto passa pelo reforço do estatuto da rádio enquanto *medium* mais difundido e acessível, graças aos elos promovidos entre os recursos de conhecimento *online* e as comunidades

¹⁰ À data deste documento.

¹¹ Na atualidade designadas por RTP Notícias e RTP Play.

¹² Na atualidade, o programa Antena Aberta, transmitido diariamente na Antena 1 entre as 11 horas e o meio-dia, aceita a inscrição de qualquer ouvinte, de modo a que seja possível conjugar diferentes leituras do tema em debate.

offline (Buckley, 2000). Ao cultivar a complementaridade do saber, e ao conferir utilidade para a formação comum, a sociedade vai convergir para a rádio pública e, assim, encontrar renovados motivos para a financiar e apoiar (Stavisky & Avery, 2003, p. 145). A sinergia é essencial para encarar os desafios em curso: face à importância das ferramentas digitais controladas pelos *media*, a sociedade contemporânea depende desse auxílio para organizar conhecimento. Encontra-se, portanto, imersa na *mediapolis* e na *media life*, pelo que cabe ao serviço público indicar ao cidadão o rumo da (in)formação, base da sociedade democrática (Deuze M., 2007, p. 242).

1.2 – As antenas dos portugueses na atualidade

No final da primeira década do século XXI, a Assembleia da República aprovou a versão mais recente da Lei da Rádio (Lei nº 54/2010), atualizando a versão de 2001. Todos os operadores estão obrigados a incorporar na estrutura mecanismos de transparência da propriedade e da gestão, sobretudo para evitar a concorrência desequilibrada e a concentração empresarial¹³. Outras obrigações que abarcam a generalidade dos projetos são a igualdade de sinal no território, os contributos para a formação e o entretenimento, a defesa do pluralismo político, social e cultural¹⁴. No terceiro capítulo estão legislados os direitos à liberdade de pensamento, programação e informação, assim como à autonomia editorial e à independência política e económica¹⁵.

No que diz respeito aos canais da RTP, define a lei que “o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio”¹⁶ por via de um contrato de concessão renovável a cada 16 anos, estando a operadora obrigada a constituir como órgãos sociais o Conselho Geral Independente, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal¹⁷. Ao mesmo tempo, a tutela é repartida com os diretores de programas e de informação, o Conselho de Opinião e os provedores do ouvinte e do telespectador¹⁸. A Lei da Rádio, no nono artigo do quarto capítulo, salienta o dever de difundir conteúdos formativos e pertinentes para as minorias sociais e para as comunidades imigrantes. Na procura de equilíbrio, a emissora deve dedicar parte da programação ao conhecimento sobre o património cultural e artístico português¹⁹.

O atual universo radiofónico da RTP é composto pela Antena 1; Antena 2; Antena 3 e RDP África no FM. Em simultâneo na RTP Play, coexistem na plataforma digital com variados projetos de rádio *online*:

- RDP Internacional;
- Antena 1 – Madeira;
- Antena 1 – Açores;
- Antena 1 – Memória;
- Antena 1 – Lusitânia;
- Antena 1 – Vida;

¹³ Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, pp. 5903-5904

¹⁴ Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, pp. 5904-5905, 5909

¹⁵ Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, pp. 5908-5909

¹⁶ Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, p. 5904

¹⁷ Lei nº 38/2014, p. 3748

¹⁸ Lei nº 39/2014, p. 3748

¹⁹ Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, p. 5911

- Antena 1 – Fado;
- Antena 2 – Jazzin;
- Antena 2 – Ópera;
- Antena 3 – Madeira;
- Rádio ZigZag (projeto infantojuvenil).

Desta lista resulta a percepção de que as sucessivas direções de programas e de informação têm trabalhado a pensar na abrangência social, desde o auditório mais adulto até ao mais infantil, contemplando também os diversos grupos culturais. A possibilidade de aprofundar o leque de escolha decorre do desenvolvimento tecnológico, das obrigações do serviço público, mas também do anseio em aumentar o alcance. A competir numa fronteira gradualmente diluída, os produtores públicos diversificam os conteúdos produzidos e provam que o financiamento social é investido em prol do enriquecimento partilhado, em dinâmicas despidas de intenções comerciais (Nissen, 2006; Picard, 2006).

As equipas da Antena 1, a principal “embaixadora” da rádio pública portuguesa (e foco deste relatório), encontram-se alocadas na sede (Lisboa), em cinco centros de produção (Porto, Coimbra, Faro, Madeira e Açores) e numa rede de correspondentes dispersa pelo território português. A organização delineada permite elaborar trabalhos informativos de carácter nacional e regional, perseguindo o objetivo da abrangência jornalística e de um serviço diferenciado. Contudo, o limitado poder económico para investir em recursos humanos obriga jornalistas e técnicos a operarem para a Antena 2 e Antena 3. Ademais, a rede de correspondentes em solo nacional e internacional, assim como os enviados especiais, servem igualmente o âmbito televisivo. Se, por um lado, é uma solução simplista e economizada, que não impede o enriquecimento informativo; pelo outro, as metas delineadas, e o conteúdo distinto, dependem da disponibilidade de terceiros. Os jornalistas e técnicos são, portanto, multitarefa e sobrecarregados, numa lógica laboral que prevalece desde 2004, aquando do processo de criação da mais recente *holding* do serviço público audiovisual (Santos, 2013a, p. 233). Estas normas colocam em risco a execução das obrigações dos jornalistas, pois, como referido na Declaração de Munique (1971), a dignidade dos profissionais é um pilar deste ofício, importante para que estes sejam capazes de cumprir com a respetiva responsabilidade social, investindo empenho na “procura da verdade, livre de todo o tipo de pressões” (Conselho Regulador da Entidade Reguladora Para a Comunicação Social [ERC], 2006).

1.3 – O modelo de gestão – contexto nacional

1.3.1 – O financiamento em Portugal e no espaço da European Broadcasting Union

No final do século XX, o serviço público de rádio amealhava contributos monetários dos cidadãos, entregues diretamente nos correios. Como anteriormente explanado, em 2003, durante a reestruturação do audiovisual público, a taxa de radiodifusão foi substituída pelo contributo mensal inscrito na fatura da empresa fornecedora de energia elétrica (Energias de Portugal – EDP). A medida permitiu tornar o processo de coleta célere e manter o baixo custo mensal, inicialmente fixado em 1,60€. A rádio pública passou a principal beneficiadora desse valor. Por sua vez, a televisão pública é financiada pela parcela sobrança, assim como por indemnizações compensatórias. Ademais, foi

esclarecido que a publicidade é permitida, mas a receita daí proveniente deve ser afeta à dívida consolidada; os encargos de financiamento do serviço público são realizados de quatro em quatro anos²⁰.

Atualmente, a contribuição para o audiovisual está fixada nos 2,85€²¹, ajuste realizado à luz do alinhamento obrigatório segundo a taxa anual de inflação²², e contemplado no artigo nº 186 do Orçamento de Estado apresentado em 2016²³. O sistema de financiamento adotado privilegia a dinâmica de margem custo zero, pois os custos de produção e emissão não variam consoante maior ou menor audiência, uma vez que o serviço é orientado pelo bem-comum (Nissen, 2006, pp. 41-42). Caso o preço mensal fosse determinado segundo aqueles que usufruem dos conteúdos, então o valor poderia ser aproximado do estipulado pelas operadoras multinacionais de *streaming* – cerca de 17.21€ de subscrição (Hartmann, 2020, p. 12). Os módicos contributos dos cidadãos permitem sustentar e ajudar ao progresso da estrutura audiovisual pública (sobretudo da rádio) e respetiva grelha de programas, que deve zelar pelos objetivos do interesse partilhado.

No contexto europeu, dados da European Broadcasting Union (EBU), que abarca 48 países, apontam que em 2019 o financiamento público representava, aproximadamente, 78% do orçamento dos operadores de serviço público audiovisual. Dessa parcela, a taxa paga pelos cidadãos representava cerca de 60%²⁴. Apesar do decréscimo na ordem dos 5% relativamente a 2015, é perceptível de que o método reforça o elo entre os *media* públicos e os eleitores, uma relação de transparência sobre um bem partilhado, na qual os produtores, sujeitos ao escrutínio da comunidade, procuram consolidar a imagem de “cão de guarda”²⁵ da democracia, promovendo a coesão cultural e social (Burnley, 2017, p. 9; Massey, 1997; Nissen, 2006, pp. 36-37; Picard, 2006; Price & Raboy, 2003). Porém, a era digital apresenta correntes diversas de conteúdo, e essa panóplia de formatos originou indivíduos comodistas, inseguros quanto a pagar por um serviço que dispensam, por este abordar matérias desprovidas de identificação (Picard, 2006). A solução passa pelo contínuo trabalho diversificado e abrangente, que permite argumentar quanto à relevância dos *media* públicos, pois mantém ativo o debate crítico e informado sobre o contexto no qual se insere (Buckingham, 2000, pp. 22-25; Stavisky & Avery, 2003). Para atingir essa meta é fundamental atentar nos conselhos da figura institucional do/da provedor(a).

O relatório da EBU esclarece que, em 2019, as entidades públicas começavam, por fim, a recuperar da crise financeira que havia abalado o mundo no final da primeira década do milénio – o lucro aproximou-se do registado em 2015 (35.98 mil milhões de euros). Ainda que a métrica não seja

²⁰ Lei nº 30/2003: Aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, 2003, p. 5312

²¹ Valor ao qual são adicionados dezassete cêntimos correspondentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), fixado nos 6%, e coletado pelo Estado. A medida não se aplica a “clientes elegíveis de acordo com os critérios determinados pela contribuição reduzida”, para os quais o valor mensal é de um euro (mais IVA) - <https://www.edp.pt/particulares/apoio-cliente/contribuicao-audiovisual/>

²² Lei nº 30/2003: Aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, 2003, p. 5312

²³ Lei 7-A/2016: Orçamento do Estado para 2016, 2016, p. 1096-(64)

²⁴ Ainda que Portugal, a maioria dos países da Europa Ocidental e parte da Europa Central e Setentrional promovam o sistema de taxa coletiva, outras nações sustentam o serviço público audiovisual apenas com o financiamento do Estado. É o caso, por exemplo, da Islândia, da Bélgica, dos Países Baixos, da maioria das nações do norte de África e do leste europeu (Hartmann, 2020, p. 11).

²⁵ Tradução de “*wacthdog democracy*”, expressão redigida por Christian S. Nissen (2006, p. 36).

prioritária, é crucial para abater a dívida acumulada. Sobre este montante, importa ressaltar que o decréscimo registado em 2017 (-1.4%), acumulado com a inflação do mercado e o escasso aumento lucrativo entre 2015 e 2019, conduziu o setor público na área da EBU a uma queda na ordem dos -5.8% no período referido. Por isso, a recuperação financeira mantém-se longínqua e tende a piorar, devido à situação pandémica e aos contínuos cortes nos orçamentos. Entre 2018 e 2019, as restrições monetárias foram registadas em 39% das entidades no aglomerado, evidenciando a máxima de “fazer melhor, com menos custos” (Hartmann, 2020, pp. 4-5, 8; Santos, 2013a, p. 226).

As verbas adquiridas pelos *media* públicos viabilizam o investimento na programação, assim como nos recursos técnicos e jornalísticos, retendo talento e reforçando as diversas equipas que estruturam a empresa. Contudo, perante o panorama descrito, a debilidade económica contribui para situações adversas: o normalizar da “carreira portefólio”²⁶; na área EBU, vários países têm optado pelo investimento em fundos comerciais (19%) e/ou pela abolição de mecanismos de financiamento público (Burnley, 2017, p. 11; Garcia et al., 2021, p. 276; Hartmann, p. 9-10; Matos, 2020, p. 549; Picard, 2006). A legislação da UE permite o investimento comercial nos operadores públicos, sendo que a transação exige o reforço dos mecanismos de transparência. Todavia, está vedado o investimento de fundos públicos em operadores privados (Burnely, 2007, pp. 14-15).

Importa ressaltar o facto de os diversos contextos políticos e culturais na União Europeia obrigarem a adaptações no método de implementação do serviço público de *media*, pelo que constitui um erro replicar pressupostos utilizados para outras nações em décadas anteriores (Burgelman, 2000; Chevallier, 2018, p. 116). Na Polónia, por exemplo, a transição de monopólio estatal para sistema público, financiado pelos cidadãos, foi iniciada em 1989, aquando do término do regime autoritário. O processo espelhou a incapacidade de definir rumos independentes para os *media* públicos, pois a principal preocupação política passava pelo controlo dos mecanismos de comunicação (Santos, 2013b, pp. 39-40). Outro exemplo pertinente é a Áustria, que apenas cessou o monopólio estatal de rádio em 1993, duas décadas depois da maioria continental. A decisão resultou da pressão exercida pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos, que considerou a situação errada à luz do 10º artigo da Convenção Europeia para os Direitos Humanos (Buckley, 2000, p. 182; European Court Of Human Rights, 1950, p. 12). Perante as especificidades de cada país, as políticas supranacionais da União Europeia devem auxiliar os Estados-membros a edificar um serviço público audiovisual equilibrado, ao invés de visarem um modelo cultural restrito. Esse ajuste foi contemplado no Protocolo de Amesterdão, assinado em 1997, e permitiu enquadrar os Estados-membros nas regras definidas para o serviço público e, em simultâneo, respeitar as diferentes conceções sociais (Bardoel & Brants, 2003; Burgelman, 2000; Nissen, 2006).

1.3.2 – O serviço público de rádio enquanto quia no digital

Na sociedade contemporânea, a panóplia de vias para o entretenimento e para a informação, resultantes do progresso tecnológico, geraram a ideia de “aldeia global” preconizada por Marshall McLuhan, na qual as distâncias geográficas são atenuadas pela velocidade a que a comunicação se

²⁶ Expressão redigida no artigo “Jornalismo em estado de emergência: Uma análise dos efeitos da pandemia covid-19 nas relações de emprego dos jornalistas” (Garcia, et al., 2021, p. 276), referente à precaridade das carreiras, uma vez que os profissionais acumulam contratos temporários. A escassez de fundos financeiros prejudica a renovação de vínculos.

procede (Camponez, 2002, p. 86). As várias plataformas contribuíram para o diluir de fronteiras entre a segmentação e a massificação, pois a distribuição de programas em grande escala, ainda que entregues de modo individual e personalizado (nas plataformas *streaming*, por exemplo), é somente o prolongar da comercialização de ideias (Camponez, 2002, pp. 84-85). Portanto, em termos de qualidade e diversidade, o conteúdo não espelha o avanço dos meios técnicos, originando um “clima paradoxal”, no qual a possível abrangência da comunicação é substituída pelo retrair da reacção, uma vez que os programas são concebidos em moldes idênticos (Camponez, 2002, pp. 86-92). Não obstante, a positiva percepção do consumidor quanto ao tratamento diferenciado, permite aos operadores privados “cegar” o cidadão e monitorizar a interpretação da realidade (Deuze M. , 2011, pp. 137-139).

Face ao explanado, o indivíduo deve refletir sobre a influência destes meios no quotidiano e concluir sobre o respetivo grau de autonomia para compreender o meio (Bauman, 2009; Deuze M., 2011). Para auxiliar a tarefa, o serviço público, além de correlacionar o jornalismo, a educação e a cultura, a fim de representar os indivíduos e os respetivos valores, deve renovar pilares e métodos laborais (Bardoel & d'Haenens, 2004, pp. 170-171; Buckingham, 2000, p. 220). O sistema nos Países Baixos constitui um exemplo pertinente, pois foi dos primeiros na Europa a redirecionar o *modus operandi*, implementando os pareceres da Escola de Amesterdão para a Comunicação – a política delineada deve ter por objetivo o acesso gratuito a um sistema diversificado e empenhado em suprimir as necessidades informativas (Burgelman, 2000, p. 153; Cuilenberg, 1997, p. 10). Além de contemplar estas diretrizes, o documento “*Back to the Public*”²⁷ (1996 – Comissão de Ververs) subtrai importância ao direito de transmitir e priorizou o cuidado das expectativas sociais (Bardoel & d'Haenens, 2004, pp. 176-179). Todavia, o processo de aperfeiçoamento dos *media* públicos é ambíguo: o bom alcance de audiência pode significar a perda de qualidade e diversidade; o inverso não significa perfeição, pois quando o investimento é direcionado a conteúdos diferenciados, mas a audiência é escassa, a crítica é tecida pela ausência de qualidade e atratividade (Nissen, 2006, pp. 28-29; Souchon, 1995, p. 4). Portanto, estes projetos devem revestir-se de inovação constante, sem que tal signifique o diluir da utilidade e abrangência. Assim, permanecem próximos do objetivo definido, e escapam ao fatal desígnio determinado por Denis McQuail, de que os *media* abandonam as ideias sociais conforme a influência acumulada (Bardoel & d'Haenens, 2004, pp. 170-171).

O principal canal radiofónico da RTP, a Antena 1, distingue-se das demais emissoras pela metodologia utilizada para compor a grelha de programas, consequência dos objetivos que persegue e dos valores embebidos no serviço público. Mais informação, debate, reportagem e formação; mais sonoridades portuguesas e lusófonas; espaço exclusivo para as regiões portuguesas. Evoluindo em conformidade com a rádio e com a r@dio²⁸, que originou os *e-listeners* (ouvintes digitais), a Antena 1 pauta pela distinção nos conteúdos elaborados e aproveita as ferramentas *online* para possibilitar a escuta a qualquer instante, pois os trabalhos produzidos para este *medium* são integrados nos espaços digitais da RTP Notícias e da RTP Play (Cordeiro, 2011). Ainda que o serviço público mediático, tal como a democracia, seja um projeto nunca terminado, uma vez que depende da ideologia dos dirigentes governativos, das mutações no mercado, da evolução tecnológica e da legitimidade atribuída pelos cidadãos (Buckingham, 2000, p. 5; Buckley, 2000), o contínuo sucesso e reconhecimento dependem da

²⁷ O documento foi a base teórica do Ato de Concessão de Transmissão dos Países Baixos, publicado nos primeiros meses do século XXI.

²⁸ Paula Cordeiro (2011) projeta “um conceito de emissão para o futuro, (...) uma solução híbrida”, conjugando os métodos tradicionais e os digitais.

capacidade de não esgotar os métodos para inovar e diversificar os programas (Cordeiro, 2011). Ao entregar mensagens pertinentes e experiências novas ao público, os jornalistas aliam o *homo sapiens* ao *homo faber*²⁹, interligando as soluções tecnológicas e os recursos humanos com o saber acumulado nas décadas anteriores (Herreros, 2011, pp. 71-72). A Antena 1 difunde conteúdos que auxiliam o cidadão a compreender a região, o país e o mundo, esclarecendo o comum ouvinte, que moldado pela *media life*, se movimenta entre o idealismo (o que percebeu) e o materialismo (o que aparenta ser) (Deuze M., 2011, pp. 142-143).

²⁹ O Homem capaz de controlar o destino e o ambiente em redor consoante as ferramentas disponíveis e o respetivo uso.

2. Três meses frenéticos e gratificantes na Antena 1 (Porto)

2.1 – A oportunidade sonhada e os desafios logísticos

Terminado o primeiro ano do mestrado em Jornalismo e Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), o verão de 2021 havia começado com diversas interrogações sobre o futuro académico. O contexto pandémico ergueu ressalvas quanto a possíveis vagas para estágios curriculares, situação decorrente do agravar económico dos *media* portugueses, dos renovados métodos de trabalho e dos sucessivos cortes nos recursos humanos das redações (Camponez & Oliveira, 2021a; Matos, 2020; Miranda et al., 2021). Face ao posicionamento geográfico da terra-natal (Oliveira de Azeméis), o objetivo passava por compor o novo capítulo na Área Metropolitana do Porto. Contudo, o descartar consecutivo de opções obrigou a ponderar migrar para Lisboa.

Desprovido de expectativas relativamente à lista enviada para o secretariado do departamento, na tarde de 2 de julho recebi uma chamada do professor João Figueira, que comunicou a resposta positiva da RTP sobre o estágio curricular na Antena 1 (Porto). Era a única entidade da qual não era conhecida a disponibilidade, pelo que a esperança se manteve nivelada por baixos parâmetros. Para lá da surpresa, o momento foi de alívio. O percurso traçado desde a adolescência apontava para o sonho de trabalhar na Rádio e Televisão de Portugal, objetivo alimentado pelo contacto diário, e quase constante, com as emissões informativas. Estava, em parte, materializado o objetivo: havia conseguido um lugar na rádio pública. Os nove anos anteriores convergiam para os três meses na Antena 1.

Na antecâmara do estágio entendi que a tarefa logística seria, pois teria embarcar no autocarro em Oliveira de Azeméis às seis e meia da manhã, e viajar até São João da Madeira, município vizinho no qual se procede ao transbordo para o Porto. Ou seja, a jornada matinal era composta por 15 minutos de autocarro até à primeira paragem, e uma hora até Santo Ovídio (Vila Nova de Gaia). Depois, metro e autocarro eram as alternativas para chegar ao Monte da Virgem. Em meados de novembro, as obras naquela zona prolongaram a travessia por algumas dezenas de minutos. No término do dia, o percurso inverso. Este foi o plano mais económico, uma vez que arrendar habitação significaria esgotar as poupanças amealhadas ao longo do estágio profissional (na área do marketing) realizado até maio desse ano. Ainda assim, entre viagens, refeições e propinas, os gastos ultrapassaram a barreira dos mil euros. Por isso, e porque o período de formação não deve ser remunerado, perspetivo o estágio curricular enquanto investimento, exigente financeiramente e logisticamente, mas, se devidamente aproveitado, um importante passo para o futuro (Sousa, 2012, pp. 35-36).

2.2 – A realidade do estagiário curricular

O dia inaugural foi o despertador para a verdade. Em reunião com o orientador de estágio e diretor do centro de produção, António Jorge, fui elucidado de que sem a Carteira Profissional, que permite responsabilizar os jornalistas pelo trabalho produzido³⁰, não era elegível para dar voz aos

³⁰ Quinta alínea do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, publicado a 30 de outubro de 2017 pelo Sindicato dos Jornalistas.

conteúdos trabalhados, nem para sair autonomamente em reportagem (Sousa, 2012, p. 36). Deste modo, os três meses seriam de acompanhamento no exterior e aprendizagem na redação, por forma a evitar práticas que configurem “trabalho escravo”, como refere o Sindicato dos Jornalistas³¹, e optando por conservar a “dignificação de uma das fases cruciais na vida dos estudantes que pretendem ser jornalistas” (Sousa, 2012, p. 38). Estas ressalvas servem para balizar as condições de inserção do indivíduo não remunerado num contexto onde predominam contratos precários e a curto-prazo, e baixos orçamentos, conjugação que contribui para o deteriorar do serviço jornalístico (Garcia et al., 2021).³²

Entre outubro e dezembro de 2021, o centro de produção mais a norte foi responsável pela produção da Manhã 1 (blocos informativos emitidos de hora em hora, entre as seis e as dez horas da manhã), da Antena Aberta (programa de debate, que conjuga a opinião de especialistas e dos ouvintes acerca do tema escolhido; emitido entre as 11 horas e o meio-dia), do Portugal em Direto (programa de informação regional difundido entre as 13h15 e as 13h59, em simultâneo com os emissores dos arquipélagos e com a RDP Internacional) e do Jornal de Desporto (em sistema rotativo com os jornalistas em Lisboa; emitido entre as 12h30 e as 12h45). Neste cenário, a tarde poderia ser pacata, com os jornalistas à espera de uma chamada para saírem em reportagem. Ao mesmo tempo, a normalização do contacto à distância, prática proveniente dos meses de domiciliação profissional, permitia encurtar esforços e gastos, dispensar da presença física nos locais e da interação pessoal com as fontes, aprofundando a “*taylorização*” do “jornalismo sentado” e “em segunda mão”, recorrendo a notícias redigidas por agências (Mateus, 2019, p. 549; Miranda et al., 2021, pp. 292, 301). O panorama revelado estava distante daquele imaginado, pois ambicionava trabalhar em reportagem, elaborar entrevista e ser útil.

Os primeiros dias foram dedicados à escrita e gravação de revistas de imprensa, prática comum aos estagiários e essencial para ajustar o estilo de redação à comunicação radiofónica e a pormenores

³¹ Fevereiro, 2002: <https://jornalistas.eu/defesa-e-elogio-do-trabalho-escravo/>

³² Importa introduzir um parêntesis nesta fase do raciocínio. A perspetiva apresentada torna-se antagónica à luz do parecer publicado pelo Conselho Regulador da ERC, em 2006, sobre a lei que alterou o Estatuto do Jornalista. O documento refere que o acesso à atividade jornalística torna-se de natureza “fechada”, privilegiando a contratação de elementos com “habilitação académica de nível superior”, a fim de elevar o nível de qualificação das entidades mediáticas e da classe profissional (ERC, 2006, p. 5). Ademais, é lembrado o compromisso do jornalista com os cidadãos, “fundado num horizonte de expectativas” relativas à informação independente e rigorosa, fixando o reconhecimento do estatuto deste profissional na avaliação dos indivíduos (ERC, 2006, pp. 4-7). Compreendo o estágio curricular enquanto dinâmica pedagógica e, por isso, não remunerada (Sousa, 2012, pp. 35-36), mas também como dinâmica que incorpora aprendizagem e prática, alicerçada na consciência e na confiança que potenciam a autonomia e a experiência. Obviamente, a elevada exigência obriga o estagiário a conquistar a confiança dos profissionais em redor, por via da proatividade, da insistência, do conhecimento eclético e da crescente qualidade empregue no quotidiano, bitola que pode ser recompensada em algumas oportunidades. Ainda que reconheça a dignidade inerente ao trabalho remunerado, tal como a importância de responsabilizar os jornalistas e a entidade pelos conteúdos difundidos, dir-se-à que um estudante fracassou se, apesar do investimento, não extraiu qualquer crescimento e autonomia, pois somente observou, replicou e produziu conteúdos para portfólio (Matos, 2020, p. 549). Por isso, um modelo híbrido assente nos pressupostos acima fundamentados, respeitador do legislado pela Assembleia da República e definido pelo Código Deontológico, constituiria a base para o estagiário curricular procurar ser autónomo. Todavia, a proposta não permite às entidades empregadoras preencherem as redações com indivíduos não-remunerados, em detrimento de profissionais experientes e portadores de Carteira Profissional (Garcia et al., 2021). Cabe às entidades de escrutínio, como a ERC, vigiar e fomentar o equilíbrio. Em suma, as rígidas restrições idealizadas para os estágios curriculares esvaziam a pertinência dos mesmos, uma vez que “acorrentam” os estudantes na redação, limitados à cópia do trabalho de outrém.

editoriais da Antena 1. O objetivo do exercício seria alcançado quando os textos fossem compostos por frases diretas, informação indispensável e organizada, permitindo a leitura natural e fluída, com as devidas pausas para respirar. A comunicação com o auditório evoluiu para uma dinâmica natural e conversada, a fim de ser apelativa. Não obstante, como explica Eduardo Meditsch (1995), o discurso fluído resulta do domínio eficiente da linguagem falada, transmitindo a sensação auditiva de que o jornalista se expressa de modo genuíno. Ao longo de outubro debati-me com esta transição, uma vez que me habituara à escrita de imprensa e académica.

As primeiras gravações em estúdio permitiram identificar, a curto-prazo, deficiências na respiração e na colocação da voz. Eram as primeiras consequências de partilhar redação com profissionais muitíssimo experientes (jornalistas e técnicos). Semanas mais tarde, foi detetado o regionalismo “j”³³ e a dificuldade em pronunciar o fonema “L”³⁴. Sendo a rádio o *medium* que privilegia a audição, os pormenores vocais são cruciais na difusão plena das mensagens.

2.3 – Um lugar no Portugal em Direto

Devido à disponibilidade horária e logística, fui integrado na equipa do Portugal em Direto, assim que as emissões foram retomadas³⁵. O turno iniciava pelas 8h45; a emissão diária decorria entre as 13h15 e as 13h59; as tarefas pendentes eram concluídas depois de almoço. A génese deste programa assenta na obrigação de a Antena 1 valorizar o a vida para lá das metrópoles, de relatar o desenvolvimento e a cultura das comunidades ausentes nos restantes espaços informativos. Cumprindo a abrangência e a diversidade inerente ao serviço público, o Portugal em Direto é “diferenciado no panorama da rádio nacional”³⁶.

O trabalho regional na rádio pública foi encetado aquando da estreia do Emissor Regional do Norte, na cidade do Porto, em 1943, que permitiu aos operadores idealizarem programas noticiosos dedicados às comunidades rurais. Apesar da comunicação distorcida e propagandística do Estado Novo, a ideia foi concretizada até ao término do regime ditatorial, por via de antenas instaladas em Coimbra, Faro e Porto (Santos, 2013a, p. 57). Contudo, a conceção mais recente do Portugal em Direto resulta da ambição apresentada em 1976, após a nacionalização promovida no ano anterior. Apesar de inúmeras debilidades, foram disponibilizadas ferramentas para investir na descentralização radiofónica, através de várias antenas, emissores e rádios parceiras (Santos, 2013a, pp. 155-156, 160-168).

Até à reestruturação do serviço radiofónico público, a partir de 2003, o programa de teor informativo e regional durava duas horas e mantinha desdobramentos simultâneos, mas exclusivos, para os emissores de Porto, Lisboa, Coimbra, Faro, Madeira e Açores. Ainda que a dinâmica abordasse temas próximos das populações, a relevância ficou aquém, sobretudo pela escassez de conteúdo interessante. O recurso a relatos repetitivos sobre o quotidiano rural revelou-se insuficiente para

³³ Posteriorização do fonema “z” para “j” aquando da ligação entre o plural e uma vogal (por exemplo, verbalizava /ojoelhos/ ao invés de /ozolhos/).

³⁴ A perturbação articulatória do fonema resultava de hipotonicidade lingual e da postura incorreta do músculo quando em repouso ou em deglutição. Por isso, efetuava omissão, semivocalização ou substituição do fonema “L” (por exemplo, produzia /adrão/ ao invés de ladrão).

³⁵ Interrompidas entre 23 de julho e 4 de outubro.

³⁶ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

resolver a penúria de assuntos, e constituía uma prática desrespeitadora dos valores noticiosos. A médio-prazo, outra deficiência, mais preocupante, foi detetada no modelo implementado: em contexto de viagem, os ouvintes da Antena 1 eram incapazes de escutar na íntegra o programa. Ao transitar de região ou distrito, o aparelho FM instalado no veículo sintonizava o emissor mais próximo, pelo que o desdobramento mudava. Deste modo, o programa poderia acumular os estatutos de irrelevante e confuso.

O surgimento da *holding* Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA, no que diz respeito à rádio, teve por objetivo o reposicionamento da estação no mercado, a fim de encontrar dinâmicas capazes de abarcar diferentes segmentos do auditório. Por isso, a partir de 2005, o Portugal em Direto foi reduzido a uma hora de emissão e passou para a tutela do setor informativo (Santos, 2013a, pp. 234-236). Entretanto, ajustes na grelha de programas proporcionaram o atual modelo: bloco informativo único com duração máxima de 45 minutos; transmitido em simultâneo nas antenas continentais, dos arquipélagos e da RDP Internacional. Os acertos permitiram incluir todo o país na emissão com reportagens que espelham os aspetos essenciais do quotidiano regional. Contando com o apoio da sede lisboeta, assim como dos centros de produção instalados em Coimbra, Faro, Madeira e Açores, e da rede de correspondentes, o programa é produzido a partir do centro de produção edificado no Monte da Virgem (Vila Nova de Gaia)³⁷. A equipa do Portugal em Direto é encabeçada pelos jornalistas António Jorge, Cláudia Costa, Lurdes Dias, Nuno Amaral, Miguel Bastos, e pela produtora Francisca Alves. Apesar dos constrangimentos quanto a recursos profissionais e ao modelo implementado³⁸, o objetivo é “ilustrar com excelência o retrato de cada região, do país por inteiro”³⁹, ambição que exige equilíbrio⁴⁰.

Depois de algumas horas partilhadas com os jornalistas Miguel Bastos e Nuno Carvalho, sentia a responsabilidade de desvendar a atualidade dos diferentes distritos. Doravante, a rotina laboral era iniciada pelas 8h20; começava por analisar a atualidade nacional e regional através da imprensa; consultava o conteúdo recebido, via digital; partilhava com a editora Cláudia Costa algumas sugestões. Em simultâneo, aproveitava para exercitar a escrita e a gravação de revistas de imprensa, ainda que a prioridade fosse apoiar o Portugal em Direto. Ademais, partilhava ideias com os jornalistas da Manhã 1 e do desporto da rádio pública.

2.4 – As etapas do percurso ambicioso do estagiário

2.4.1 – O começo nos bastidores

A primeira saída da redação, proporcionada a 29 de setembro, serviu para acompanhar o estagiário Pedro Ribeiro, que, por frequentar estágio profissional, estava encarregado de compor peça para a Manhã 1 do dia seguinte. O destino foi a Sala Estúdio Perpétuo, cinema encerrado há quatro

³⁷ A figura 1, apresentada na página 39, evidencia a organização geográfica da rádio pública.

³⁸ Consultar o terceiro capítulo: Portugal de norte a sul, do continente às ilhas – *A importância e as debilidades do Portugal em Direto*.

³⁹ Entrevista a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 – Porto, e orientador do estágio curricular) realizada a 28 de dezembro de 2022.

⁴⁰ A quarta e sétima alínea do 50º artigo da mais recente versão da Lei da Rádio (Lei nº 54/2010, p. 5912) esclarecem que a concessão do serviço público de rádio pressupõe o desenvolvimento de programas que incluam todos os segmentos sociais e, por isso, todas as realidades culturais e regionais.

décadas e incorporado no complexo religioso do Perpétuo Socorro, nas proximidades do Marquês portuense. O investimento privado na reabilitação do espaço cultural, na programação artística e educacional, viabilizaram o regresso do público. Daquela manhã em reportagem guardo as primeiras notas sobre como condensar, de modo claro e sucinto, em pouco mais de um minuto, informação transmitida ao longo de uma hora e meia. Por outro lado, recordo o agrado em desvendar aquele projeto e edifício. Ainda que impossibilitado de produzir conteúdos a título “oficial”, seria oportuno partilhar, verbalmente ou digitalmente, o enriquecimento absorvido. No fundo, cumpria um dos pressupostos basilares do ser jornalístico, por natureza curioso e movido pelo desconhecido (Camponez & Oliveira, 2021b; Deggans, 2014; Guzmán, 2014). Uma vez que pretendia maximizar a especialização nas diversas áreas do saber, todos os temas eram interessantes e todas as oportunidades deveriam ser transformadas em qualidade e crescimento.

No dia seguinte, 30 de setembro, nova saída em reportagem, desta feita a par de Nuno Carvalho, experiente profissional no âmbito da cultura. Viajamos até à Fundação de Serralves, onde seria apresentado o projeto de expansão do museu, idealizada pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira. Decorrida a sessão, Nuno Carvalho apresentou um desafio: “como escreverias o texto para a peça?”. Seguiram-se trocas de ideias elucidativas quanto à organização do discurso informativo e do conteúdo gravado, conjugando o conceito de pirâmide invertida com ideias claras e frases concisas. Além de responsável pela peça, o repórter deve propor ao editor (ou editora) do bloco informativo dois breves textos: aquele que antecede o trabalho, e outro (se necessário) de breves informações, de modo a encerrar o tópico.

O entusiasmo em redor destes momentos era inerente ao desejo de aprender e de alcançar a oportunidades. O regresso do Portugal em Direto, a seis de outubro, foi a chave para trilhar o caminho desejado. A primeira entrevista gravada em estúdio, via telefone, abordou os desassossegos da associação Promover e Inovar a Restauração Nacional (PROVAR) relativos à insuficiência de verbas e mão-de-obra para aproveitar o alívio das restrições de lotação. O material trabalhado ocupou dois minutos do programa e foi lido pela editora Cláudia Costa, uma vez que permanecia impedido de dar voz ao conteúdo que vai para o “ar”. No rescaldo do programa fui aconselhado a encurtar os sons extraídos e a embelezar menos o texto, para que este fosse facilmente lido e compreendido. Ainda que a escrita fosse correta e fluída, era crucial alcançar rapidamente o cerne dos temas, de modo a manter a transmissão interessante e dinâmica. O dia inaugural da nova temporada permitiu partilhar polivalência, característica aprofundada nos meses seguintes.

Na primeira semana de outubro adicionei à rotina uma tarefa não jornalística: atender e registar as inscrições para o programa Antena Aberta, emitido entre as 11 horas e o meio-dia. Alguns minutos antes do começo de cada edição, a produtora, Francisca Alves, seguia para a régie e o diretor António Jorge para estúdio. Na redação, uma vez que os jornalistas da Manhã 1 terminavam o turno por volta daquele horário, e os restantes estavam ocupados, acabei por acumular a responsabilidade. Definitivamente, não constituía o método mais animador para um jovem aspirante a jornalista, mas era imperativo ajudar, ainda que, por vezes, o telefone fosse um estorvo à eficiência. Atendia chamadas, registava inscrições, imprimia, saía da redação, caminhava até à régie, onde Francisca Alves estabelecia contacto com os ouvintes. Estava a ser útil e, à data que escrevo estas palavras, estou certo de que os pequenos gestos no quotidiano contribuíram para a confiança depositada pelos jornalistas.

Depois de almoço, a redação tornava-se um espaço sossegado, por vezes aborrecido. Mas não me resignava. Por isso, pesquisava temas regionais, lia as edições impressas, editava revistas de imprensa e aproveitava para debater ideias. Atento à proatividade, o jornalista Nuno Carvalho, responsável pela informação na Antena 2 entre o meio-dia e as 18 horas, partilhou, durante a tarde de 14 de outubro, um estudo desenvolvido pelos docentes Carlos Camponez e João Miranda sobre as expectativas dos estudantes de comunicação social quanto ao mercado de trabalho. O conteúdo foi para o “ar” no último bloco informativo desse dia, lido por Nuno Carvalho. Assim, as primeiras semanas foram também o abrir de portas para o universo académico, cultural e artístico do segundo canal da rádio pública.

2.4.2 – A crescente autonomia e as lições sobre a eficiência em reportagem

O primeiro trabalho para o Portugal em Direto proveniente de uma sugestão foi emitido a 15 de outubro, na antecâmara do Dia Mundial da Fome. A iniciativa promovida pela UD Oliveirense teve por intuito apoiar as associações de solidariedade do concelho, trocando o pagamento de bilhete por um bem alimentar não perecível. O jogo a contar para a Taça de Portugal, frente ao SC Portimonense, adversário da Primeira Liga de futebol, prometia mobilizar a comunidade, pelo que a dinâmica elevou o evento desportivo a ação social. Deste modo, a informação estava enquadrada com parte da génese do Portugal em Direto, e constituiu exceção à regra, uma vez que este programa, por norma, relega o desporto para os devidos noticiários (12h30 e 18h30). No entendimento da editora Cláudia Costa, a estação pública reserva blocos específicos (como o Jornal de Desporto, a Tarde Desportiva, ou as sínteses) para abordar esses tópicos, pelo que o foco do Portugal em Direto se deve cingir ao território e ao desenvolvimento das comunidades⁴¹.

Na tarde de 18 de outubro regresssei ao exterior para acompanhar a jornalista Alexandra Madeira, a propósito de uma paragem “surpresa” do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na freguesia portuense de Campanhã. O desvio no regresso a Belém deveu-se à visita a Manuel Fernandes, outrora sem-abrigo. Por isso, a presença da comitiva presidencial serviu para lembrar a dificuldade em cumprir o Plano para a Erradicação da Pobreza, agravada pelo contexto pandémico e consequentes implicações económicas e sociais. Entre declarações, abraços e acenos, a azáfama daquelas horas evaporou-se quando o contingente militar e político retomou a viagem. Instantes mais tarde, Alexandra Madeira sentou-se na berma do passeio e começou a escrever, enquanto aconselhava o uso daquele método para aproveitar a “memória fresca” e o ferver das ideias. Assim o fiz, em silêncio, pois a jornalista havia começado a gravação do texto, recorrendo aos sons da natureza para enriquecer o trabalho.

Naquela tarde, Alexandra Madeira estava equipada com um aparelho de sistema *Internet Protocol* (IP), que permite a ligação aos estúdios via fibra. Em substituição do modelo Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS - contacto via telefónica), este material divide-se entre a gama que apenas permite gravar, e outra que acumula as funções de editar e enviar faixas de áudio. Aproveitando o melhor aparelho, a jornalista conectou-o ao IP do estúdio de Lisboa, a partir do qual eram emitidos os blocos informativos naquele horário, e enviou os conteúdos. Na sede da Antena 1, a editora apenas

⁴¹ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

ordenou os sons no Dalet⁴² e acertou os níveis de volume. O recurso ao sistema IP potencia a celeridade nas tarefas e a autonomia dos jornalistas, que ainda no exterior é capaz de concluir peças ou falsos diretos. O trabalho de Alexandra Madeira foi emitido às 19 horas, apenas, corroborando uma das mensagens transmitidas pela jornalista na viagem de regresso: a atualidade radiofónica no conceito delineado pela Antena 1 tem tanto de perecível e efémera como de flexível, pois a “reciclagem” e repetição de conteúdos é rejeitada, ao contrário da lógica televisiva. Outra lição surgiu depois de questionar a insistência jornalística em seguir cada passo do Presidente da República e do primeiro-ministro, ainda que sejam figuras de Estado superlativas. A resposta de Alexandra Madeira surgiu em forma de pergunta: “Se cair uma bomba vamos recorrer ao trabalho de outros porque achávamos que não ia acontecer nada?” – Lembrei-me, naquele instante, de que o jornalista deve viver precavido, até para o irreal, de modo a cumprir com a responsabilidade social inerente ao cargo que ocupa. Um objetivo exigente, talvez utópico, mas alinhado com as metas perseguidas pelo serviço público mediático.

Volvidos poucos dias, a 22 de outubro, foi difundida na Manhã 1 a reportagem sobre a reabertura do Teatro Nacional de S. João (Porto) com a amostra gratuita de um ato de “Lear”, obra escrita por William Shakespeare. O trabalho, produzido com Pedro Ribeiro, procurou cumprir com o transporte sensorial exigido pela rádio, a fim de tornar a narrativa acutilante para o ouvinte. Por isso, enquanto subíamos as escadas e o diretor revelava parte da reabilitação, Pedro Ribeiro gravava o batimento dos saltos dos meus sapatos na tijoleira; cá fora, literalmente à porta, sugeri posicionar o equipamento junto dos *skaters* e patinadores que se divertiam, de modo a transmitir o contraste entre os espaços. Conjugados pelo elo textual e auditivo, o caótico e o silencioso, o descontraído e o delicado, os diferentes intervenientes da reportagem proporcionaram a perspetiva visual do Teatro Nacional S. João.

Nesta fase do estágio, ainda no primeiro mês, sentia-me integrado na equipa. Porém, estava ciente de que oportunidades a solo exigiam melhor entendimento dos processos de construção e edição de texto e som. Na tarde de 22 de outubro (sexta-feira), depois de reunir alguma informação, conversei com Nuno Carvalho e Cláudia Costa sobre a pertinência de investigar uma companhia profissional de teatro que havia sido fundada em Oliveira de Azeméis – os Bandevelugo. Composto por elementos de diversas regiões, o grupo beneficia do apoio financeiro do Estado e do município, transmitindo segurança para subsistir à realidade agreste no setor da cultura. A resposta positiva dos jornalistas permitiu encetar contactos, alcançando, horas depois, João Amorim, um dos fundadores do projeto. Uma vez assimilada a importância da componente musical em abordagens artísticas, estava certo de que seria impossível concretizar uma peça de qualidade ao final da tarde de sexta-feira, pelo que o tema foi registado na agenda do Portugal em Direto. Ainda assim, a primeira versão do texto, complementada pelas respostas de João Amorim, foi emitida às 18 horas na Antena 2.

Uma semana depois foi emitido o trabalho final, de novo pela voz de Pedro Ribeiro. O tema foi selecionado pela Manhã 1 e voltou à antena durante o Portugal em Direto. Os ficheiros partilhados pelos Bandevelugo auxiliaram a sonorização da peça, pois permitiram alinhar o conteúdo auditivo com o carácter inquietante da “Tempestade” de William Shakespeare, num paralelo propositado com os anos de pandemia. O processo de edição foi concluído quando a informação sobre a companhia teatral estava aliada à musicalidade da peça em estreia, promovendo uma escuta que surge da profundidade

⁴² Programa de edição de som.

do oceano e emerge à superfície para respirar e recomeçar; reflete, por isso, o surgimento corajoso do grupo profissional, que, apesar dos anos de bloqueio, foi capaz de encontrar apoios e perspetivar o futuro em prol do bem comum. Os jornalistas elogiaram o trabalho entregue e a proatividade apresentada, e sugeriram elementos a melhorar (texto mais direto e simplificado; tom mais enérgico). Permaneceu, assim, no rumo da abrangência temática, merecendo a confiança dos mais experientes: à data da peça mencionada (29 de outubro), já havia acompanhado quatro saídas da redação e produzido 10 peças de forma autónoma (entre Portugal em Direto, Manhã 1, Antena 2).

2.4.3 – A investigação perto de casa pelo ímpeto do estagiário

No princípio de novembro, um *press-release* da Agência Lusa despertou o meu faro de repórter. O Centro de Estudos de Ferreira de Castro havia encetado esforços para divulgar a petição pública que visa salvaguardar a Casa-Museu do escritor natural de Ossela, freguesia de Oliveira de Azeméis. A preocupação relacionava-se com a construção de um centro interpretativo naquele perímetro, em detrimento do património natural deixado por Ferreira de Castro: “A parte rústica deverá ser mantida com o seu aspeto atual, substituindo-se as árvores existentes, quando caídas ou secas, por outras da mesma espécie, não se devendo praticar outras culturas que não sejam as culturas praticadas na infância”⁴³. Desconhecia tal empreitada, estive em reportagem naquele local havia pouco mais de um ano e o tópico não tinha sido mencionado. Estranhava aquela aparição espontânea. Apresentei o tema a António Jorge, Nuno Amaral e Miguel Bastos⁴⁴, a fim de convencer os jornalistas sobre a importância de desenvolver o tema presencialmente, uma vez que se trata da herança deixada pelo escritor português mais traduzido no mundo até ao Prémio Nobel de José Saramago em 1999. O interesse na proposta permitiu iniciar contactos e recolher dados cronológicos. No curto-prazo concluí que nenhum elemento da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pretendia abordar o tema, remetendo o interesse para o presidente da Junta de Freguesia de Ossela, que prontamente agendou entrevista. A resposta do presidente do centro de estudos, Carlos Castro, foi idêntica.

A investigação na Web e a troca de mensagens permitiram construir sentido em torno daquele problema: a ideia do centro interpretativo remonta a 2004, quando o executivo de Ápio Assunção⁴⁵ propôs edificar o espaço cultural junto ao carvalho, afastado da casa-museu, a fim de valorizar a área de cultivo. O projeto, entretanto arquivado, foi recuperado pela autarquia com o objetivo de beneficiar do Quadro Portugal 2020 e, assim, receber apoios estruturais da União Europeia. Para ser considerado património cultural⁴⁶, o imóvel deveria contemplar uma passagem entre os edifícios, pelo que teria de ocupar a horta e a área circundante do castanheiro, cobrindo a zona natural com cimento. Durante a conversa com o presidente de Ossela, José Santos explicou que o abandono da atividade agrícola, outrora sustento da comunidade, resultou em terrenos baldios e “matagais”, pelo que a melhor forma de homenagear Ferreira de Castro passa por requalificar o espaço. Em contraposição, o presidente do centro de estudos, Carlos Castro, argumentou que a memória do escritor só pode ser salvaguardada se o perímetro da propriedade for zelado, responsabilizando as entidades políticas pelo descuido e pelo

⁴³ “A Selva”, Ferreira de Castro (1930)

⁴⁴ Editor durante aquelas semanas.

⁴⁵ Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis entre 2001 e 2009.

⁴⁶ Condições para o acesso ao Quadro Portugal 2020: <https://www.portaldosincentivos.pt/index.php/portugal-2020>

facilitismo na solução encontrada. Todavia, reiterou José Santos, a empreitada avançava antes de 2022 e teria um ano para ser concluída.⁴⁷

O começo da semana desafiava a elaboração de rascunhos, explicando as ideias antagónicas, a cronologia do projeto e a posição da tutela municipal⁴⁸. Foram dias de escrita e reescrita; construção e reinvenção; posicionamento, edição e eliminação dos elementos sonoros, tarefas que exigem paciência, autocrítica e avaliações externas. Nesse sentido, reuni, em momentos diversos, com os jornalistas Miguel Bastos, Cláudia Aguiar Rodrigues, Nuno Moura Brás, e com os estagiários João Couraceiro e Pedro Ribeiro, franqueando portas à sinceridade e aos pormenores. Os contributos foram a muleta para, entre outros aspetos, elaborar um guião textual e sonoro dinâmico, conciso, informativo e esclarecedor. Por isso, ao sabor das palavras eternizadas na “Selva”, o ouvinte visualizava a Casa-Museu, o castanheiro, as flores hortências e avistava, ao fundo, o carvalho. No dia 15 de novembro, a reportagem⁴⁹ foi para o “ar” no Portugal em Direto e na Antena 2, mas com locução de Pedro Ribeiro. A apreciação positiva de António Jorge e de outros jornalistas foi motivo de regozijo. Sentia-me confiante e credibilizado pelos experientes profissionais da rádio pública, ainda que prevalecesse o amargo dos sucessivos trabalhos com locução de outrem.

2.4.4 – De Coimbra a Vila Real – a comitiva do Portugal em Direto na estrada

O Portugal em Direto retomou as emissões especiais a 26 de novembro, prática que aborda a atualidade ou temas em específico a partir de distritos que não Porto ou Lisboa. A dinâmica, interrompida pela pandemia, encontrou mote na vaga Ómicron, que agravava a capacidade de resposta das enfermarias e das Unidades de Cuidados Intensivos, e obrigou o país a recuar para a fase de contingência. A emissão, realizada no átrio principal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC)⁵⁰, foi conduzida pela editora Cláudia Costa, auxiliada pelos jornalistas Nuno Amaral e Pedro Ribeiro (Coimbra)⁵¹, assim como pelo técnico Jaime Antunes (Coimbra). As reportagens em direto foram da autoria dos jornalistas Rita Soares (Lisboa) e Horácio Antunes (Coimbra), enquanto a reportagem gravada foi produzida pela jornalista Carolina Ferreira (Coimbra). No estúdio improvisado foi entrevistado o presidente do Conselho de Administração dos CHUC, Carlos Santos, e o diretor do serviço de pneumologia, Carlos Cordeiro.

Enquanto parte da comitiva, viajei com Cláudia Costa, Nuno Amaral e o estagiário Pedro Ribeiro até à (minha) cidade universitária. Durante o programa, escrevi algumas notas sobre os bastidores e como a jornalista descrevia o espaço, geria o tempo e a informação. Naquela manhã esteve presente a

⁴⁷ As entrevistas foram realizadas a 6 de novembro de 2021 (sábado).

⁴⁸ A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não prestou declarações, ainda que o presidente da Junta de Freguesia de Ossela, José Santos, tenha descartado qualquer secretismo ou receio.

⁴⁹ Disponível em: https://soundcloud.com/samuel-santos-755625301/projeto-centro-interpretativo-na-casa-museu-ferreira-de-castro-ossela-oliveira-de-azemeis/-Nqui6Lqd9HM?utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing

⁵⁰ “Referência nacional e internacional em algumas especialidades e técnicas, nomeadamente na área dos transplantes, da cirurgia cardio-torácica, queimados, banco de ossos, oftalmologia, medicina da reprodução, genética médica, entre várias outras. Os CHUC englobam o Hospital da Universidade de Coimbra, o bloco de Celas, e a maternidade Doutor Daniel de Matos fica a setecentos metros do hospital pediátrico.” – Abertura da emissão especial pela editora Cláudia Costa. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p470/e582107/portugal-em-direto>

⁵¹ Jornalista no centro de produção de Coimbra; pai do estagiário Pedro Ribeiro.

provedora do ouvinte, a jornalista Graça Franco, que, antes da emissão, gravou os pareceres dos profissionais sobre os recursos humanos e técnicos disponíveis para a concretização diária do Portugal em Direto⁵². Atento ao interesse de Graça Franco, auxiliei a provedora na escuta das reportagens via FM, enquanto esta observava, meticulosamente, a dinâmica no estúdio improvisado: as entrevistas, a chegada e saída dos repórteres, as indicações sobre as horas, a reestruturação das questões e a comunicação entre os jornalistas e o técnico. Estava preparado para contribuir de algum modo, a fim de me afirmar enquanto elemento útil e não somente corpo presente.

Na penúltima semana de estágio, no dia 14 de dezembro, a equipa do Portugal em Direto fixada no Porto regressou à estrada para rumar até ao Peso da Régua, a propósito dos 20 anos do Douro Vinhateiro enquanto Património Mundial da UNESCO.⁵³ Desta feita sem Pedro Ribeiro, que havia terminado o estágio profissional, viajei com os jornalistas Miguel Bastos e Cláudia Costa. Por sua vez, o repórter Nuno Amaral estava na fronteira entre Vila Real e Viseu desde madrugada, pois participou, em direto, na Manhã 1. O trajeto até ao Museu do Douro contou com algumas peripécias, o que obrigou Cláudia Costa a lançar os temas do programa ainda na viatura. Para agravar as dificuldades, o aparelho de comunicação havia desgravado o IP do estúdio de Lisboa, constrangimento que obrigou a recorrer ao método clássico RDIS. A evolução da rádio, de facto, encontra métodos para se reinventar, mas jamais descarta as dinâmicas anteriores, alternativas fundamentais nos momentos de improviso ou para solucionar falhas de aparelhos mais sofisticados (Ala-Fossi et al., 2008; Amaral et al., 2006). Findos os “títulos”, seguimos até ao museu, onde nos esperavam o repórter Nuno Amaral e os técnicos João Barros e Rui Fonseca, que também viajaram na antecâmara da alvorada.

O edifício, outrora pertence à Real Companhia Velha, estava apinhado de turistas e técnicos, mas não da Antena 1, uma vez que a nossa comitiva era composta apenas por seis elementos. Na noite daquele 14 de dezembro, a sala maior acolheu o debate “É ou Não É?” da RTP1. Para o “nosso” programa foi reservada uma sala pequena, mas aconchegada, junto à zona de refeição. Dali, conseguíamos observar, por uma janela, a imensidão de cabos, cadeiras, carpetes, luzes, gruas, câmaras e profissionais envolvidos - a diferença abismal entre o serviço público de rádio e o serviço público de televisão. Montamos novo estúdio improvisado, recorrendo a duas mesas e várias cadeiras, e no entretanto chegaram os entrevistados: o presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, Gilberto Igrejas, e o investigador João Santos, profissional no Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

Durante a segunda presença em emissões especiais fui encarregado pela coordenação entre a editora Cláudia Costa e os repórteres Nuno Amaral e Miguel Bastos, uma vez que o sistema IP não permite a conexão simultânea dos aparelhos ao estúdio. Por isso, enquanto decorriam as entrevistas, contactava os jornalistas, ora no Peso da Régua, ora em Lamego; avisava os técnicos, que preparavam a via para a reportagem; informava a editora das condições reunidas para avançar com os diretos (três). A responsabilidade da tarefa fez-me sentir útil e parte da equipa, uma espécie de elemento oculto, pois o nome não pôde ser mencionado na ficha técnica. Durante aqueles 44 minutos observei, de novo, o entusiasmo dos mais experientes por trabalhar fora da redação, expostos a imprevistos e desafiados pelas condições. São oportunidades para as quais se investe o esforço quotidiano.

⁵² Terceiro episódio de “Em Nome do Ouvinte – O Programa da Provedora do Ouvinte – VI Série” – Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p9584/e586155/em-nome-do-ouvinte-o-programa-da-provedora-do-ouvinte-vi-serie>

⁵³ Horas antes, estive próximo de entrevistar a advogada de João Rendeiro, uma vez que domino o idioma francês. Contudo, o momento coincidiu com a saída da redação.

As experiências acumuladas nas emissões especiais do Portugal em Direto foram diferentes, mas acompanharam o ascendente do estágio. Em Coimbra assisti à emissão e tomei a iniciativa de auxiliar a provedora do ouvinte; em Vila Real fui responsabilizado pela coordenação das reportagens, pois a confiança depositada era superior e os recursos profissionais menores. A emissão nos CHUC contou com seis jornalistas (três de Coimbra, uma de Lisboa e dois do Porto), dois estagiários (Porto) e um técnico (Coimbra). Semanas depois, a emissão junto ao Douro Vinhateiro foi realizada por três jornalistas, um estagiário e dois técnicos, todos do centro de produção do Porto. Face ao relatado, esta parcela dos três meses é indispensável para explicar o trajeto percorrido na Antena 1 e, em especial, no Portugal em Direto.

2.4.5 – As saudades antecipadas e o empenho até ao último segundo

As semanas finais, entre 23 de novembro e 23 de dezembro (19 dias na redação⁵⁴), foram enriquecidas pelos conteúdos entregues ao Portugal em Direto (8), à Manhã 1 (1), à Antena 2 (1), e ao Jornal de Desporto (3). Desse período, importa salientar os trabalhos sobre as feiras no Porto; a festa de S. Gonçalinho em Aveiro; a proteção dos rios em Famalicão; as culturas agrícolas ameaçadas em Salreu (Estarreja); as 35 mil famílias no limiar da pobreza. Os conteúdos, incorporados no Portugal em Direto entre 13 e 17 de dezembro, estiveram isentos de correções, comprovando que no término do estágio foi atingido o expoente da atividade, o alinhamento ideal com as diretrizes textuais e sonoras.

Como acima referido, o interesse por múltiplas temáticas permitiram trabalhar também com o desporto, fruto do apoio e interesse dos jornalistas Cláudia Martins, Ricardo Pinheiro, Fernando Eurico, João Gomes Dias e Nuno Rodrigues. Para esta editoria produzi, no último mês, as seguintes entrevistas: Miguel Queiroz e Mário Gomes⁵⁵, capitão e selecionador nacional de basquetebol, respetivamente, a propósito da estreia na segunda fase de qualificação para a FIBA World Cup 2023; José Barbosa e Norberto Alves, atleta e *coach* do SL Benfica, assim como a João Paulo Fernandes e Luís Magalhães, capitão e *coach* do Sporting CP, sobre o apuramento inédito das equipas de basquetebol para a segunda fase da FIBA Europe Cup⁵⁶. Uma vez mais, os conteúdos foram para “ar” sem mencionar o nome do autor.

O derradeiro trabalho produzido para a Manhã 1 foi gravado no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto), numa tarefa delegada por António Jorge. Na sala destinada à exposição “Depositorium II”, que revela peças de reserva, conversei com o diretor, António Ponte, enquanto profissionais de restauro se aglomeravam junto de pinturas e esculturas, ora com telas e pincéis, ora com brocas e panos. Da entrevista resultaram fragmentos que salientam a relação entre a morte, a fé, a ciência e a arte, elementos basilares naquela mostra artística, e importantes na construção textual. Ao escutar o conteúdo produzido, entendo a escolha da trilha sonora enquanto mote para a viagem, pois inaugura a peça com acento profundo e tenebroso que, no final, emerge a tons angelicais e de salvação, corroborando a narrativa do “Depositorium II”. Importa sublinhar a locução pausada, mas correta,

⁵⁴ Entre 20 e 24 de dezembro, o Portugal em Direto foi realizado a partir de Bragança por António Jorge e Afonso de Sousa (correspondente).

⁵⁵ Emitidas no Jornal de Desporto de 25 de novembro.

⁵⁶ Emitidas no Jornal de Desporto entre sete e oito de dezembro.

perceptível e natural, perfilada com o carácter cultural⁵⁷. Contudo, este trabalho ficou na totalidade em arquivo, pois a jornalista Alexandra Madeira apenas solicitou a gravação da entrevista.

Foram três meses intensos e apaixonantes, em dias que começavam às seis da manhã e terminavam entre as 18h15 e as 19 horas. O esforço foi compensado pela alegria em estagiar na Antena 1 e aprender com profissionais muito experientes. Quanto aos constrangimentos inerentes à condição ocupada, a paciência e a disponibilidade foram a chave para evoluir, uma vez que, respeitando a maioria dos pressupostos, conquistei a confiança da tutela para operar no exterior em singulares ocasiões e, de modo mais frequente, gravar entrevistas em estúdio. A proatividade gerou oportunidades e explica a cronologia relatada neste capítulo, pelo que concluí o estágio curricular motivado, valorizado e expectante quanto a um possível estágio profissional. Porém, esse passo é excepcionalmente promovido e burocraticamente demorado, realidade explicada por alguns jornalistas e pelo orientador deste relatório, o professor Sílvio Santos. Em suma, a experiência esteve perto da sonhada e foi cumprida além das condicionantes.

O último parágrafo desta extensa análise reservo para os técnicos do centro de produção do Porto da Antena 1, em particular o Rui Fonseca, o João Barros, o Edgar Barbosa, o Alberto Cardoso e o Licínio Fonseca, que todos os dias dedicaram parte da paciência para ensinar os pormenores técnicos de edição de som, de saber ler ao microfone, de saber controlar autonomamente os computadores dos estúdios e das régies. Ao mesmo tempo, em diversas ocasiões, foram a companhia que permitiu manter o equilíbrio mental. São uma equipa diversa, coesa e de extremo brio, que conjuga a juventude e o calejo das décadas. Aprendi também com eles sobre a magia da rádio e sobre a ética do serviço público. A “camaradagem” foi honesta e é um dos elementos mais preciosos que guardo desta (breve) aventura.⁵⁸

2.5 – A cronologia prática do estagiário⁵⁹

Data de Emissão	Tema	Programa	Grau de Autonomia
29 de	Reabertura da Sala Estúdio Perpétuo (Porto)	Manhã 1	Acompanhar

⁵⁷ Disponível em: https://soundcloud.com/samuel-santos-755625301/depositorium-ii/s-GpWCQSS9D2Y?si=eb1fb8e2e7b549398f9ac11ef0233459&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing

⁵⁸ Depois de conversar com o orientador de estágio, António Jorge, entendi que a terapia da fala seria o investimento indicado para resolver os problemas de dicção acima indicados (consultar página 18). O fim do estágio (23 de dezembro) permitiu esse progresso, realizado entre 28 de dezembro e 9 de março, em Oliveira de Azeméis, com acompanhamento da Doutora Joana Bastos. Serve esta breve nota para enaltecer a tremenda terapeuta que me auxiliou a superar deficiências motoras que, em simultâneo, se traduziam em inseguranças. Confirmo, pelas recentes oportunidades profissionais, a devida pronúncia do fonema “L” e a correta utilização do fonema “Z”.

⁵⁹ Disponíveis em: <https://samuelsantos9928.wordpress.com/2021/12/29/conteudos-estagio-curricular-antena-1-porto/>

setembro		(Antena 1)	
30 de setembro	Apresentação do projeto de Álvaro Siza Vieira para a ampliação do museu da Fundação de Serralves (Porto)	Manhã 1 (Antena 1)	Acompanhar
2 de outubro (sábado)	Avisos meteorológicos – Instituto Português do Mar e Atmosfera	Notícias (Antena 1)	Breve
6 de outubro	Preocupações do setor da restauração – PROVAR	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
8 de outubro	22 unidades ferroviárias para complementar o serviço regional da Comboios de Portugal	Portugal em Direto (Antena 1)	Breve
12 de outubro	Aveiro Tech Week	Portugal em Direto (Antena 1)	Breve
14 de outubro	Estudo sobre as expectativas dos jovens jornalistas	Notícias (Antena 2)	Entrevista (Estúdio)
17 de outubro	Iniciativa no âmbito do Dia Mundial Contra a Fome planeada para o jogo entre UD Oliveirense e SC Portimonense	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
18 de outubro	Visita do Presidente da República a Campanhã (Porto)	Manhã 1 (Antena 1)	Acompanhar
21 de outubro	Reabertura do Teatro Nacional de S. João (Porto)	Manhã 1 (Antena 1)	Acompanhar
22 de outubro	“José Rodrigues, o Guardador do Sol” – exposição na Casa Comum da Reitoria da Universidade do Porto	Manhã 1 (Antena 1)	Edição de texto
26 de	Maior descarga de bacalhau seco em Portugal	Portugal	Entrevista

outubro	(duas mil toneladas) decorreu no Porto de Aveiro	em Direto (Antena 1)	(Estúdio)
27 de outubro	Colóquio internacional sobre produção cultural no Teatro Académico de Gil Vicente (Coimbra)	Notícias (Antena 2)	Entrevista (Estúdio)
29 de outubro	Estreia da companhia profissional de teatro Bandedelugo (Oliveira de Azeméis)	Manhã 1 e Portugal em Direto (Antena 1); Notícias (Antena 2)	Entrevista (Estúdio)
2 de novembro	Protesto dos trabalhadores no Bingo da Boavista (Porto)	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
5 de novembro	Festival Novembro Jazz (São João da Madeira)	Notícias (Antena 2); Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
11 de novembro	Dia Nacional da Igualdade Salarial – estudo da Willis Towers Watson	Notícias (Antena 2)	Entrevista (Estúdio)
12 de novembro	Danny Fenster, jornalista norte-americano, condenado a 11 anos de prisão em Myanmar – reação da Amnistia Internacional	Notícias (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
15 de novembro	Reabertura da histórica Casa da Cultura em Ponte da Barca (Viana do Castelo)	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
15 de novembro	Petição pública apresentada pelo Centro de Estudos Ferreira de Castro em resposta ao plano de construção de centro interpretativo na Casa-Museu do escritor (Oliveira de Azeméis)	Portugal em Direto (Antena 1)	Reportagem
15 de	Mundial de Hóquei em Patins – Entrevista ao presidente da Federação Portuguesa de	Jornal de Desporto	Entrevista

novembro	Patinagem, Luís Sénica	(Antena 1)	(Estúdio)
16 de novembro	Construção de ciclovia que liga o Porto a Matosinhos	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
18 de novembro	Governo garante o cumprimento do Plano Ferroviário	Portugal em Direto (Antena 1)	Breve
23 de novembro	Sinergia entre a Associação Nacional de Farmácias e os municípios para vacinar contra a Covid-19 e a gripe	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
25 de novembro	Seleção Nacional de Basquetebol participa na segunda ronda de qualificação para a FIBA World Cup 2023	Jornal de Desporto (Antena 1)	Entrevistas
26 de novembro	<i>Emissão Especial do Portugal em Direto a partir dos CHUC (Coimbra)</i>	Portugal em Direto (Antena 1)	Auxílio Técnico
30 de novembro	“Depositorium II” em exposição no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto)	Manhã 1 (Antena 1)	Entrevista
2 de dezembro	Aumento do preço do grão de café	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
7 de dezembro	Lotação quase esgotada nas Aldeias do Xisto para o fim do ano	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
7 de dezembro	SL Benfica e Sporting CP participam na segunda fase da FIBA Europe Cup	Jornal de Desporto (Antena 1)	Entrevistas (Estúdio)
8 de dezembro	SL Benfica e Sporting CP participam na segunda fase da FIBA Europe Cup	Jornal de Desporto (Antena 1)	Entrevistas (Estúdio)

13 de dezembro	Nova data para a Festa de S. Gonçálinho (Aveiro)	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
13 de dezembro	Plano para a preservação dos rios no concelho de Famalicão	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
14 de dezembro	<i>Emissão Especial do Portugal em Direto a partir do Museu do Douro (Vila Real)</i>	Portugal em Direto (Antena 1)	Coordenação e Auxílio Técnico
16 de dezembro	Encerramento e realocização de feiras no Porto	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
16 de dezembro	Cultivos agrícolas em Salreu (Estarreja) ameaçados pelo avanço das águas salgadas da ria de Aveiro	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
17 de dezembro	35 mil famílias residentes em Portugal no limiar da pobreza e apoiadas pelo programa 1º Direito	Portugal em Direto (Antena 1)	Entrevista (Estúdio)
23 de dezembro	Ao longo do ano, 250 artistas portugueses foram apoiados por fundos da Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos	Notícias (Antena 2)	Entrevista (Estúdio)

Tabela 1 - Trabalhos realizados durante o estágio curricular na Antena 1

3. Portugal de norte a sul, do continente às ilhas – *A importância e as debilidades do Portugal em Direto*

3.1 – Descrição do Estudo e Metodologia

O estudo empírico embebido neste capítulo teve por objetivo identificar as características do Portugal em Direto, de forma a promover uma reflexão acerca dos valores inerentes à dimensão de proximidade pretendida. O processo, maioritariamente quantitativo, mas também qualitativo, foi antecedido por um período de conversas informais sobre a capacidade de abrangência geográfica do programa. A investigação foi, posteriormente, assente em entrevistas semiestruturadas a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 - Porto), Cláudia Costa (editora), Nuno Galopim (diretor de programas), João Paulo Baltazar (diretor de informação) e a Jorge Alexandre Lopes (diretor adjunto de programas para as novas plataformas de distribuição; coordenador de conteúdo Web da RTP), contributos cruciais para dar corpo à análise proposta. Os cinco entrevistados são elos entre as diversas dimensões (FM e *online*), dinâmicas e problemáticas do programa em estudo.

A abordagem metodológica implicou a audição e análise de 54 edições⁶⁰ do Portugal em Direto, transmitido de segunda a sexta-feira na Antena 1, por norma entre as 13h15 e as 13h59. De modo a evidenciar os assuntos escolhidos para relatar a atualidade regional ao longo dos três meses, os temas foram segmentados em 13 categorias: economia; política; ambiente; cultura; arte; desporto; saúde; educação; tecnologia; mobilidade; segurança; *media* regionais; turismo⁶¹. Pelas suas especificidades, importa esclarecer a distinção entre cultura e arte, assim como explicar a categoria de “*media* regionais”:

- O termo cultura é definido enquanto “totalidade dos costumes, das tradições, das crenças, dos padrões morais, das manifestações artísticas e intelectuais e de outras características que distinguem uma sociedade ou grupo social”⁶². Por isso, a categoria contempla os temas que abordam as tradições e o património (material e imaterial) das diversas regiões portuguesas.
- Por sua vez, e entre várias definições, este exercício compreende o termo arte enquanto “produção de obras, formas ou peças orientadas por um ideal estético ou com o objetivo de expressar subjetividade ou transmitir um conceito ou uma mensagem”⁶³. Assim, a categoria foi circunscrita às áreas do teatro, música, poesia, amostras de escultura e de outros motivos artísticos.
- Na procura de informar sobre todos os distritos, o Portugal em Direto promove entrevistas com diretores de *media* regionais ou locais. A secção dedicada a esses momentos é distinta e um elemento fundamental para evidenciar o carácter diferenciador e abrangente do programa.

⁶⁰ Período compreendido entre seis de outubro e 24 de dezembro de 2021

⁶¹ O raciocínio está ilustrado nos gráficos 1 e 2, presentes na página 38.

⁶² Fonte: <https://dicionario.priberam.org/cultura>

⁶³ Fonte: <https://dicionario.priberam.org/arte>

A obrigação da rádio pública em fornecer blocos informativos diversificados delega no Portugal em Direto o objetivo de abordar a atualidade fora das metrópoles e principais centros urbanos, sem que tal permita menor brio e responsabilidade. Portanto, na procura de compor o quadro de valências e debilidades do modelo implementado, e para enquadrar a importância da rede de correspondentes, contabilizei a soma de temas por distrito⁶⁴. Uma vez que alguns trabalhos agrupavam distritos, ou se referiam a regiões (Médio Alentejo, Douro Vinhateiro, etc.), incluí a categoria geográfica “Geral”. Em simultâneo, distingui entre emissões em estúdio ou no exterior, assim como o tipo de trabalho difundido (entrevista, reportagem, breve, peça ou conteúdo emitido desde estúdio).

A principal dificuldade no desenvolvimento deste capítulo surgiu *a posteriori* da recolha de dados para o estudo. O Tempo de Antena, obrigação do serviço público de rádio⁶⁵, está alocado entre o término do Portugal em Direto e as duas da tarde, pelo que a extensão vai condicionar a diversidade de conteúdos, assim como a difusão de entrevistas e reportagens. Ora, se o Portugal em Direto é considerado uma bandeira do serviço público, então a subtração de minutos aparenta ser antagónica. A editora Cláudia Costa, entrevistada em janeiro de 2022, explica que “os partidos e associações devem esgotar o Tempo de Antena previsto até o final do ano”. Não obstante, a jornalista distingue a obrigação da rádio pública do encaixe do Tempo de Antena junto do Portugal em Direto, quando nas horas seguintes são emitidos “espaços só de música, não há programa de autor ou informação”. Encontrar resposta ou justificação para algo que os próprios jornalistas desconhecem afigurava-se exigente. Os entrevistados delegaram a resposta na Direção de Programas tutelada por Nuno Galopim. Esse diálogo foi peça-chave para a análise redigida. Ainda que a primeira data de reunião tenha sido acordada de modo célere, imprevistos profissionais forçaram adiamentos sucessivos. Felizmente, mais tarde, numa fase crucial deste relatório, no final de maio, foi possível entrevistar Nuno Galopim e colocar as devidas questões sobre o Portugal em Direto e o Tempo de Antena.

3.2 – Jornalismo de proximidade e de serviço público de rádio na Era Digital

3.2.1 – As normas, as disparidades e o regresso ao básico

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão em vigor, assinado em março de 2015 e válido até 2031, contempla a obrigação de a RTP organizar grelhas de programas de forma “variada, diferenciadora e abrangente”, a fim de promover a diversidade cultural e os interesses das minorias. Numa lógica informativa, é realçada a importância de difundir conteúdos jornalísticos direcionados a públicos específicos, incluindo nessa medida o interesse social, capaz de quebrar barreiras geográficas e ideológicas, promovendo, assim, “as questões de integração, igualdade de género, coesão social e interesses das minorias”. Ademais, o documento sublinha a necessidade de envolver meios técnicos e tecnológicos para impulsionar a qualidade e acessibilidade das emissões, assim como a preponderância do serviço público junto de todos os cidadãos que residem em Portugal,

⁶⁴ Nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, os trabalhos não foram discriminados consoante as ilhas, pelo que a contabilidade enquadrava cada arquipélago como um só, o equivalente a um distrito. A informação deve ser consultada nas figuras 1 e 2, e no gráfico 3 (páginas 39 e 40).

⁶⁵ Lei 54/2010: Lei da Rádio, 2010, pp. 5912-5913.

ou até naqueles que “apenas” partilham afinidade ou interesse pelo país e respetiva cultura⁶⁶. Deste modo, e numa era de constante evolução, as máximas do serviço público idealizadas por Louis Rolland permanecem úteis, sobretudo quando abordada a dimensão mutável dos *media* e da sociedade, assim como os valores de igualdade, universalidade⁶⁷, eficiência, qualidade e acessibilidade (Bardoel & D'Haenens, 2008a; Bezerra, 2008, pp. 126-131; Prosser, 2005; Thomass, 2003).

Contudo, a fase tecnológica e de inclusão tem evoluído para um patamar antagónico, pois o veloz avanço dos sistemas de comunicação não é acompanhado pelas estruturas de telecomunicações. Portanto, o país divide-se em duas realidades. Por um lado, parte dos cidadãos reforçam elos *online* consoante o consumo e beneficiam do dissipar de barreiras geográficas, tornando possível a comunicação instantânea a milhares de quilómetros de distância. A dinâmica veio revolucionar o sentido de presença, pois as ferramentas digitais alienam o indivíduo do estado físico e do momento. Por isso, a mente posiciona-se consoante o contexto e o território pisado pela pegada digital e comunicacional (Camponez, 2002, pp. 157, 271-273; Correia, 1998, pp. 136-137, 152). A este propósito, o sociólogo Manuel Castells (2004, p. 374) considera que residimos em chalés individuais, pois, no contexto multiplataforma, a segmentação de conteúdo mascara o sucessivo moldar dos consumidores a determinados *status-quo*, fator que limita a perceção do meio envolvente (Camponez, 2002, pp. 84-85; Deuze M., 2011; Rodrigues, 1990, p. 57).

Numa realidade paralela subsistem os “*info-excluídos*” (Camponez, 2002, pp. 50-51) – parcela da sociedade silenciada, desconectada da globalização pela falta de equipamentos eletrónicos; constituem a consequência básica da disparidade de infraestruturas de telecomunicações, da digitalização da esfera pública e da migração do mundo para o *online*. A lógica de um mundo homogéneo, acessível e digital, ameaça a subsistência das culturas exclusivas das comunidades recônditas e únicas (Camponez, 2002, pp. 31-32; Correia, 1998, pp. 121-164; Moring & Salmi, 1998). Deste modo, a sociedade em rede *online*, capaz de abarcar diversas dimensões do quotidiano, é um modelo imperfeito, ambíguo, provada a incapacidade de concretizar a teia comunitária.

A jornalista Penelope Muse Abernathy aborda na obra “*New deserts and ghost newspapers: Will local news survive?*” (2020, pp. 66; 89-90) a fragmentação digital, financeira e cultural no panorama mediático norte-americano. Ainda que tal realidade seja em diversos aspetos díspar do contexto português, é um facto que os “novos desertos da informação” não se circunscrevem aos Estados Unidos da América, pois em Portugal prevalecem as “terras de ninguém”⁶⁸, devido à falta de meios económicos e de estruturas para devidamente trabalhar sobre a atualidade das regiões. Nesta contemporaneidade de inúmeras ferramentas digitais, mas de cobertura jornalística desigual, importa recuar aos pressupostos básicos da atividade para refletir sobre o trilha a percorrer (Singer, 2014, p. 49). A ERC lembra a preponderância dos *media* na garantia da diversidade sociocultural, da discussão plural e da coesão social, elementos que permitem a manutenção do sistema democrático (A diversidade sociocultural nos media. 2015-2017, 2019). Esta diretriz, por muitos compreendida enquanto básica, é chave para

⁶⁶ Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão (páginas 8-11, 22):

<https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

⁶⁷ Os termos “igualdade” e “universalidade” são distintos, pois o segundo é referente à disponibilidade do serviço público de qualidade no contexto geográfico, inclusive para as regiões remotas.

⁶⁸ Expressão utilizada por Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) na entrevista realizada a 18 de janeiro de 2022.

distinguir o jornalismo manipulado pelas audiências do jornalismo movido pelo bem comum, abrangente e distinto.

Deste modo, o jornalista que trabalha em prol do cidadão, e não do consumidor, deve predispor-se a questionar as respetivas convicções sociais e culturais, pois na era digital, o inesperado e o inédito sucedem-se, exigindo a este profissional a constante verificação dos factos e humildade quanto à realidade desconhecida. Apenas desta forma será capaz de se precaver quanto ao “mito da vida” (Deggans, 2014). Em simultâneo, após a superação do “ego”, vai encontrar nos outros cidadãos a reciprocidade necessária para compreender o agir humano, evoluindo para o sujeito (neste caso, jornalista) enquanto pensador da sociedade (Correia, 1998, pp. 126-127).

3.2.2 – O padrão inclusivo na Europa e o caso único em Portugal

Na obra “Os media de serviço público”, Sílvio Santos (2013b, pp. 33-45) apresenta o roteiro de serviços públicos em diferentes países europeus, a fim de evidenciar as disparidades entre os modelos no velho continente. Dessa leitura, e posterior investigação, concluí que a Finlândia e o Reino Unido optaram por rumos distintos, mas cuja concretização é idêntica e notável. Na atualidade sustentam um projeto mediático diverso, ambicioso, interessante, ainda que imperfeito. O modelo finlandês embebeu a perceção do serviço público enquanto bem de responsabilidade partilhada e, por isso, obrigado a gerar conteúdo direcionado às comunidades estrangeiras e minoritárias. Apesar de contrariedades económicas, os operadores públicos finlandeses, sobretudo através do investimento público e da revisão dos métodos de financiamento, foram capazes de desenvolver programas para a comunidade sueca. Mantendo como prioridade o enriquecimento cultural, independentemente da crescente competição no mercado, a Yleisradio⁶⁹ enceteu esforços para cumprir desafios contraditórios: fortalecer a programação para o grupo predominante, a fim de competir com os projetos privados; em simultâneo, alocar recursos na consolidação da oferta cultural e informativa da audiência minoritária (Burnley, 2017; Moring & Salmi, 1998; Santos, 2013b). Nesta dinâmica de enriquecimento mútuo, de partilha e integração, o caso finlandês atesta a importância de investir na coesão social através de conteúdos interessantes, informativos e diversos, a fim de promover a identificação das diferentes camadas sociais e ideológicas (Crookes & Vittet-Philippe, 1986, pp. 21-24). O antigo Presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio salientou o esforço do serviço público mediático da Finlândia em conciliar o Estado de Direito e o combate às desigualdades sociais. Apesar dos “recursos limitados”, os “incentivos à formação e experimentação na área informacional” valorizaram a cultura e a identidade, elevando o país nórdico ao grupo “das sociedades de informação mais competitivas”, esclareceu Jorge Sampaio (Castells & Cardoso, 2006, pp. 420-421).

O Reino Unido, por sua vez, promove um sistema *media* único na Europa. A estação pública (BBC) recorre às novas plataformas digitais para reforçar o cumprimento dos objetivos, rotina que não surpreende. O elemento diferenciador no modelo britânico está na obrigação de os operadores privados contribuírem com conteúdos formativos e inclusivos (Santos, 2013b). O diretor da BBC, Tony Hall, ao abordar o plano delineado para o período entre 2016 e 2020, propôs abranger tantas vezes quanto as culturas coexistentes no Reino Unido: “quero assegurar que lideramos pelo exemplo, utilizando a nossa

⁶⁹ Emissora pública na Finlândia. Integra o consórcio Nordvision, no qual se aglomeram as emissoras estatais dos países nórdicos.

influência para trazer mudanças reais” (BBC, 2015, p. 3). Os conteúdos produzidos para as diferentes plataformas contavam, em 2015, com tradução em 31 idiomas, e incluíam áudio-descrição quando possível (BBC, 2015, pp. 6-7). Segundo Tony Hall, a evolução cultural deve ser acompanhada pela diversidade nas redações, a fim de reunir profissionais sensíveis aos diversos contextos da Grã-Bretanha. Em suma, o futuro da BBC passa por “celebrar a diferença” enquanto modo de prosperar socialmente, sem que tal signifique a subtração de qualidade e ética nos conteúdos jornalísticos (BBC, 2015, pp. 13-18).

A argumentação de Tony Hall converge para algumas ideias redigidas por Eric Deggans (2014, pp. 189-198). Ao refletir sobre a expansão digital, o jornalista aponta aos pares a responsabilidade comum de investigar novas perspectivas, ideias e valores, a fim de enriquecer a informação entregue ao público. Ainda que não ignore o panorama competitivo, Eric Deggans considera crucial conservar os pressupostos éticos, uma vez que constituem a base que viabiliza o usufruto das potencialidades do jornalismo *online*. Deste modo, o autor lembra a oportunidade de despertar os cidadãos para a armadilha do “mito da vida”, de descobrir a realidade na íntegra. Esse foi o trajeto delineado pela BBC para 2020, permanecendo alinhado com o Protocolo de Amesterdão (1997), que previa *media* públicos com especial atenção ao panorama social e cultural.

Os casos da Finlândia e do Reino Unido constituem exceções no panorama mediático público europeu, sendo a bússola quanto ao modelo ideal a implementar (Santos, 2013b, pp. 33-45). O progresso exige mudanças em diferentes matérias, como indica o relatório de novembro de 2014 da Circom (European Association of Regional Television): “cada serviço público é resultado do país ou da região que serve – reflete o tamanho e densidade populacional, a estrutura política, as influências culturais” (2014, p. 8). Ademais, esse processo reitera o carácter interdependente dos serviços públicos de *media* e a própria sociedade: a subsistência a longo-prazo do primeiro está assente na sociedade “madura e democrática”, que, por sua vez, necessita destes projetos para incorporar cidadãos formados e críticos (Price & Raboy, 2003, p. 148).

No contexto português, a rádio pública congrega a transmissão no FM e no sistema multiplataforma digital. Contudo, face à dimensão do território, ao poderio financeiro e aos recursos humanos disponíveis, é irrealista pensar no universo RTP (ou nos projetos da Rádio Renascença e da TSF Rádio Notícias) próximo de multinacionais como a BBC. Ainda assim, à escala nacional, o antigo secretário executivo da redação *offline* da Rádio Renascença, Rodrigo Santos, lembra a importância de investir na formação dos portugueses e de criar condições para que os cidadãos acedam às oportunidades criadas pelas entidades radiofónicas (Amaral et al., 2006, p. 30), a fim de valorizar e rentabilizar as novas ferramentas jornalísticas. Não obstante, importa sublinhar o aspeto económico enquanto fator determinante para o grau de aproveitamento das oportunidades apresentadas pela conjuntura tecnológica (Amaral et al., 2006, p. 38). No caso da Antena 1, face ao financiamento alternativo à publicidade e às audiências, o carácter multicultural dos programas deve auxiliar ao elo com as comunidades, via FM ou através da RTP Play, para que o cidadão reconheça no serviço público de rádio a utilidade, importância e legitimidade necessária para galvanizar o projeto. Dessa forma, o investimento na comunicação bidirecional, instantânea e multiplataforma será justificado e acompanhado de conteúdos alinhados com os valores da abrangência, da igualdade e do incentivo à reflexão (Cordeiro, 2004; Stavisky & Avery, 2003, p. 145).

O Portugal em Direto é o espelho do serviço público de rádio, uma vez que persegue a coesão territorial e cultural. Nas palavras de João Carlos Correia (1998, p. 121), a recuperação da comunidade igualitária e comunicativa é apenas possível se os *media* fomentarem dinâmicas que procuram o saber mútuo e partilhado. Por isso, o programa de carácter regional entrega ao ouvinte a oportunidade de existir para lá do “mito da vida”, reestruturando a ideia de espaço público e de opinião pública⁷⁰, aglutinando elites e comunidades esquecidas (Correia, 1998; Deggans, 2014; Wolton, 1996, p. 172). Nesta abertura ao país, e abertura do país à redescoberta, a fusão entre os laços identitários e a cultura universal permite caracterizar a especificidade de cada aldeia, vila, cidade e tradição, assim como entender os elos que identificam os cidadãos dispersos no mapa (Cádima, 1999, pp. 16-17; Wolton, 1996, p. 169). Além disso, o fenómeno permite responsabilizar o operador público pela conjugação dos *media* tradicionais e dos novos *media*, a fim de englobar toda a sociedade na dinâmica informativa. Caso contrário, o Portugal em Direto transformar-se-à num vazio de abrangência inalcançada: “Um dos problemas de perder a cobertura local é que nunca sabemos o que não sabemos” (Sullivan, 2018).

3.3 – Um bem público (re)construído e equilibrado no quotidiano

De seguida são apresentados gráficos e figuras ilustrativos das conclusões alcançadas após a análise de 54 edições do Portugal em Direto, conforme a metodologia acima explanada.

⁷⁰ Ao permitir que o cidadão seja capaz de compreender a realidade para lá do próprio contexto, o Portugal em Direto reforça a noção de que a opinião pública das metrópoles e dos centros urbanos resulta do centralismo político, industrial e económico (Bordieu, 1980). A ideologia comunitária não deve ser analisada enquanto elemento implicitamente adquirido, uma vez que resulta das perceções construídas no quotidiano. Ao mesmo tempo, o indivíduo gera ideias sobre o que não conhece através de partilhas externas ou por via de símbolos memorizados, construindo pseudo-ambientes potencialmente falaciosos. É neste cruzamento entre as ideias da comunidade e o restante mundo que nasce a definição de opinião pública (Lippmann, 2008). Ao revelar estórias e tradições, o Portugal em Direto é a bússola para a descoberta do país pelos próprios cidadãos, por fim capazes de reconhecer os elementos que caracterizam as diferentes regiões e de desvendar as raízes comuns (Dijk, 2005, pp. 19-21).

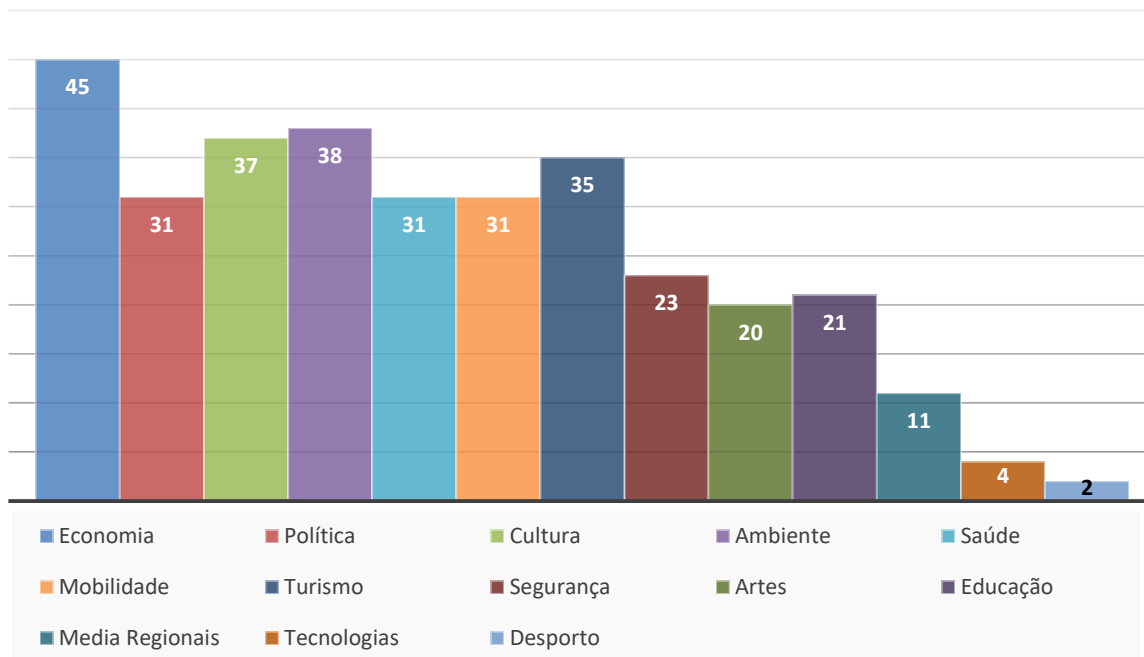


Gráfico 1 – Distribuição quantitativa de temas no Portugal em Direto (entre 6 de outubro e 24 de dezembro – 54 edições)

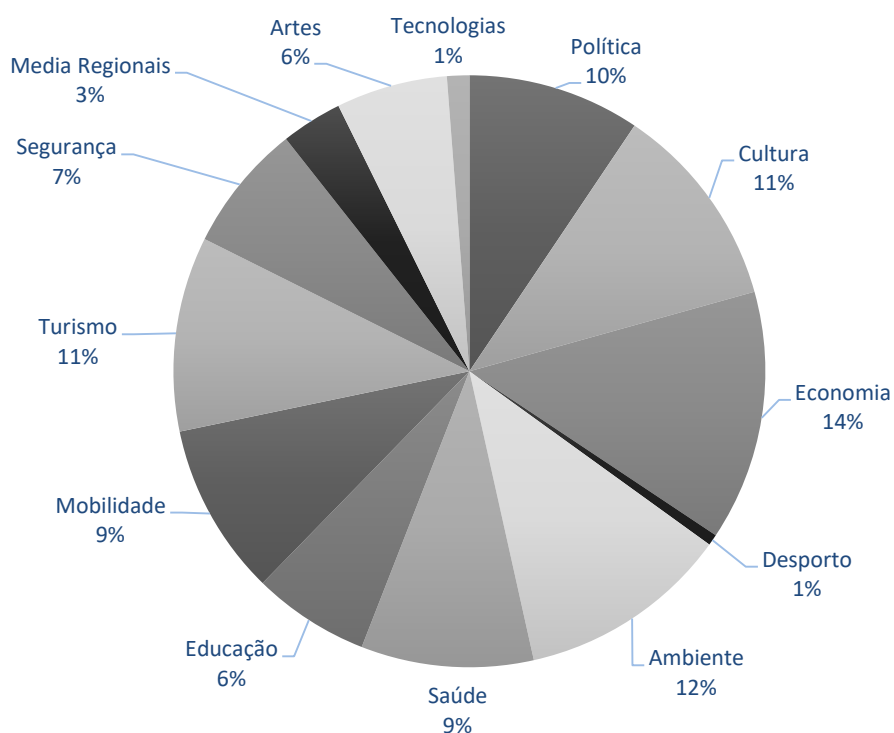


Gráfico 2 – Distribuição percentual de temas no Portugal em Direto (entre 6 de outubro e 24 de dezembro – 54 edições)



Figura 1 – Distribuição de centros de produção (azul) e correspondentes (verde) da Antena 1

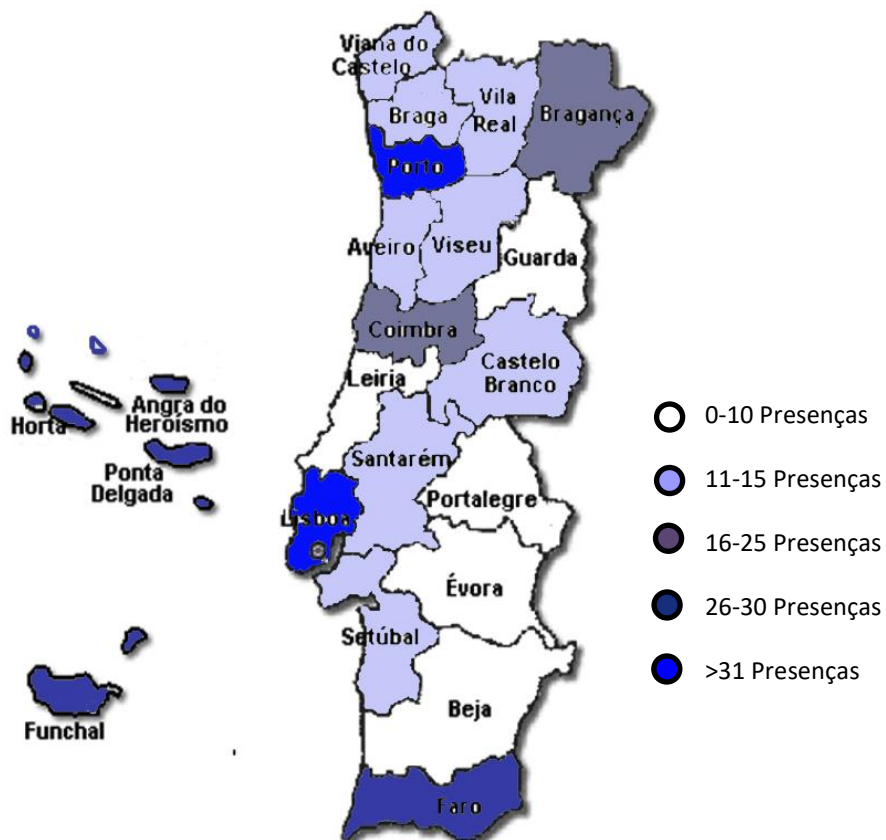


Figura 2 – Presenças dos distritos em edições do Portugal em Direto (Antena 1)

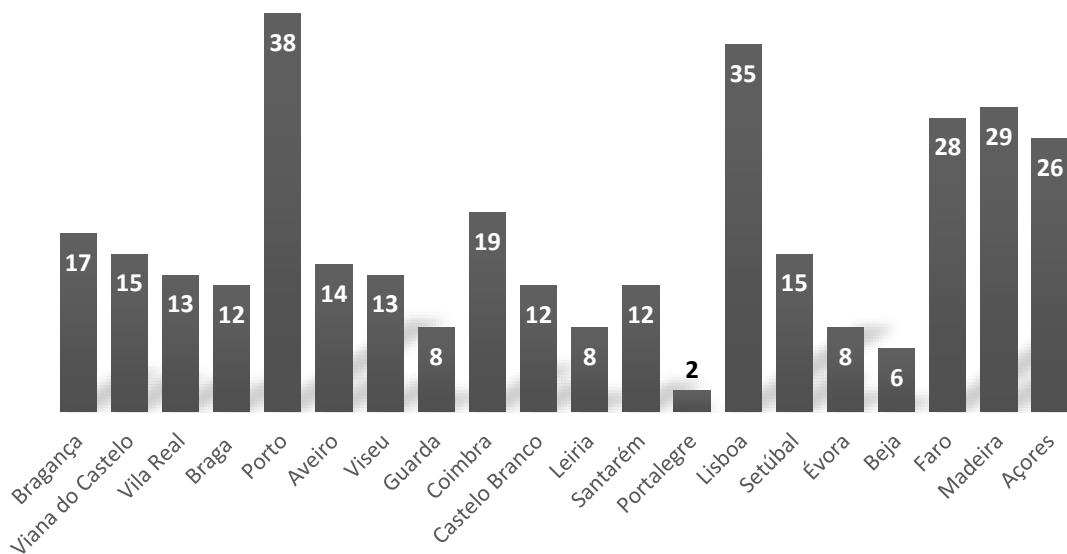
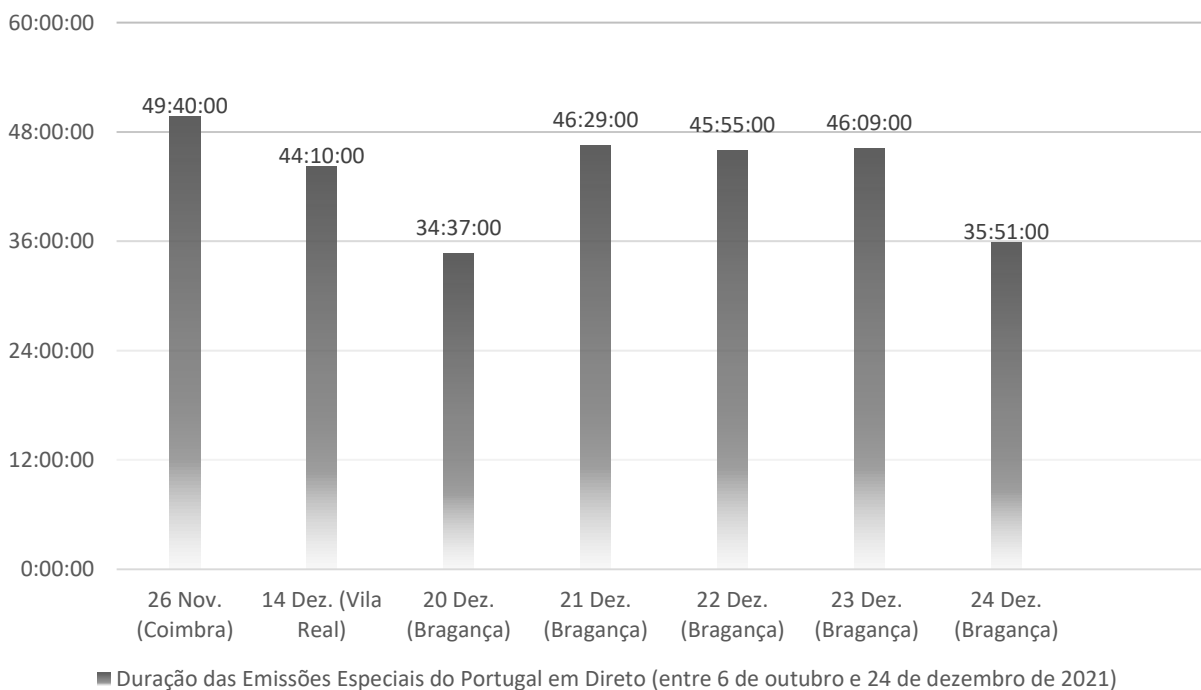


Gráfico 3 – Valores totais de presenças dos distritos em edições do Portugal em Direto (Antena 1)



- Gráfico 4

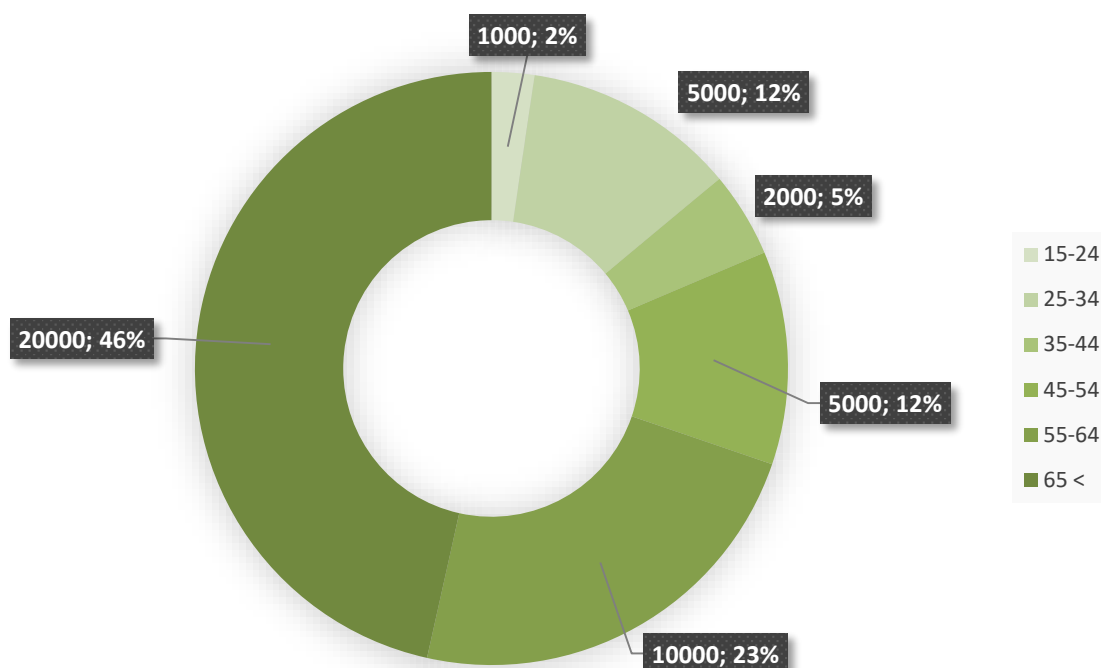


Gráfico 5 – Média diária de ouvintes do Portugal em Direto por faixas etárias (2020)

3.3.1 – A fuga ao topo de hora e as dinâmicas para unir o país

As 54 edições do Portugal em Direto analisadas conduziram a ilações que permitem entender o cumprimento dos pressupostos de serviço público aos quais o programa é proposto. Na procura de se distinguir das notícias de topo de hora, a equipa responsável trabalhou sobre a recuperação da cultura, das artes, do turismo e da economia face aos anos de pandemia. Contudo, os últimos dias de outubro forçaram os editores e correspondentes a abordar o aumento de casos de Covid-19 e o surgimento da variante “Ómicron” nas várias regiões. Por isso, o tópico “Saúde” foi um dos mais recorrentes, sobretudo entre 19 de novembro e 13 de dezembro. O retrocesso na recuperação do país foi o mote para, no dia 23 de novembro, o editor Miguel Bastos ocupar os quinze minutos iniciais com uma ronda por todo o território, entre peças e entrevistas, a fim de evidenciar os constrangimentos partilhados para estancar a nova vaga de infeções. Em simultâneo, e como é norma no final do ano, o início da vacinação contra a gripe adicionou motivos para reportagem. Dias depois, a 26 de novembro, a emissão desde os CHUC (Coimbra) permitiu abordar, de modo especializado, as consequências no presente e no futuro próximo⁷¹. A atualidade sanitária fora das metrópoles exigiu o acompanhamento permanente dos correspondentes e dos centros de produção, pelo que a categoria “Saúde” esteve presente em 31 programas⁷².

⁷¹ Consultar informação redigida nas páginas 24 e 25.

⁷² Recomendada a consulta dos gráficos 1 e 2 na página 38.

Os tópicos usuais revelaram elos com a pandemia, fruto das consequências registadas nos variados setores do mercado de trabalho e da sociedade. Ainda assim, escapavam à bolha replicada de hora em hora graças ao contexto regional. A categoria “Economia”, presente em 45 dias, foi a mais constante e permitiu abordar as preocupações das comunidades quanto à crise agrícola e dos combustíveis, o aumento do preço das matérias-primas e dos produtos. Foram desenvolvidas reportagens na zona do Alentejo ou do Minho, por exemplo, para conversar sobre as plantações locais e o lucro (ou prejuízo) proveniente da terra semeada; de salientar igualmente as sucessivas entrevistas em pequenos estabelecimentos comerciais e com associações, a fim de conhecer as dificuldades de transporte e pagamento dos produtos e respetivas matérias-primas. Esta dinâmica permite edificar o espaço comum dos cidadãos, no qual os ouvintes se correlacionam no conteúdo difundido, independentemente da distância geográfica, pois a origem da preocupação é partilhada. Desse modo, o formato do Portugal em Direto parece próximo do conceito que incentiva à comunicação e cidadania (Bardoel & d'Haenens, 2004; Habermas, 1996).

A segunda linha de temas interdependentes da realidade social e pandémica é elencada pela “Cultura” (presente em 37 programas), pelo “Turismo” (presente em 35 programas) e pelas “Artes” (presente em 20 programas). Apresentando a vontade de associações se libertarem de algumas medidas restritivas de lotação, e divulgando a reabertura de salas de espetáculo e das aldeias históricas, como as do Xisto, o Portugal em Direto recorria a estes tópicos para espelhar os avanços e recuos da retoma social das diversas comunidades no pós Covid-19. Numa era mediática movida pelas audiências, os objetivos do programa, lembra o diretor António Jorge, extrapolam o sentido de popularidade: “queremos o rigor, a qualidade e o equilíbrio”⁷³. Nesse sentido, a voz local coexiste num mundo imenso do coro radiofónico, mas com a vantagem de se conectar a sentimentos de herança cultural e identidade (Jauert, 1997, pp. 104-105).

A fuga às notícias de topo de hora está espelhada no trabalho de valorização ambiental. O tópico, presente em 38 emissões, apenas superado pelo grupo de foro económico, esteve alicerçado na rubrica semanal “Os Nossos Animais Selvagens”. Em reportagem por todo o país, o jornalista Luís Henrique Pereira dá voz ao património de fauna e flora, em conteúdos que ocupam cerca de seis minutos do Portugal em Direto. A dinâmica permite evidenciar uma perspetiva diferente e única da riqueza nas regiões. De novo, o objetivo de encontrar o interesse partilhado pelos cidadãos, independentemente da posição geográfica, está próximo de ser cumprido. A rubrica, emitida às quintas-feiras, permitia esquecer a realidade pandémica e conjugar as comunidades com a natureza. A categoria “Ambiente” incorporou outros temas da atualidade regional como as explorações de lítio, a preservação dos ecossistemas florestais e montanhosos, e a aquacultura nos arquipélagos.

A informação política incorporada no Portugal em Direto foi outro elemento diferenciador no panorama jornalístico da rádio pública. Este quadrante social esteve assente no rescaldo das eleições legislativas, com entrevistas semanais aos autarcas. Emitidas em dois momentos do programa, as conversas ocupavam as principais fatias de tempo, e distinguiam-se pelo formato presencial, o que possibilitou a adição de características de reportagem. Somente por uma ocasião o método de labor foi diferente: face à preenchida agenda do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, o jornalista Joaquim Reis optou por acompanhar um dia na (nova) vida de José Manuel Silva. Ainda que a

⁷³ Entrevista a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 – Porto, e orientador do estágio curricular) realizada a 28 de dezembro de 2022.

recuperação da pandemia permanecesse intermitente, a dinâmica antecipava a intenção futura de recuperar as rotinas de reportagem e de diminuir o recurso a meios digitais e de distância⁷⁴, normalizados durante a domiciliação profissional (Mateus, 2019, p. 549; Miranda et al., 2021, pp. 292, 301). Em simultâneo, os trabalhos, exclusivos do Portugal em Direto, conectam as comunidades pelo currículo da maioria dos dirigentes políticos, e permitem acompanhar o desenvolvimento das regiões.

As dinâmicas acima mencionadas são complementadas por entrevistas em direto, tanto em estúdio como à distância, com diretores de *medias* regionais. Os editores Cláudia Costa e Miguel Bastos reservaram, por semana, cerca de uma dezena de minutos para divulgar projetos radiofónicos e de imprensa, alguns históricos, como O Gaiense. A sinergia entre a rádio pública, que trabalha a atualidade nacional para lá dos temas dominantes (e das metrópoles), e os *media* locais reforça o elo transversal ao quotidiano da aldeia recôndita e da cidade movida pela tecnologia pioneira (Crookes & Vittet-Philippe, 1986, pp. 89-90; Wolton, 1996, p. 172). Em suma, a organização de cada Portugal em Direto procura envolver o país, enquanto unidade, em torno de inúmeras histórias impossíveis de revelar nos outros curtos noticiários, construindo, assim, comunidades de identidade e de interesse (Camponez, 2002, pp. 128-129). Nas palavras de Jean Tibi (1975): “O jornalista regional é um músico sentado frente a grandes órgãos para aí tocar valsas populares” (Camponez, 2002, p. 107).

Encerro esta primeira fase de análise realçando os restantes tópicos⁷⁵: “Mobilidade” (31 presenças), “Segurança” (23 presenças), “Educação” (21 presenças) e “Desporto” (duas presenças⁷⁶). A categoria “Mobilidade” foi criada para enquadrar os trabalhos sobre o défice de transporte em determinadas zonas do país, ou pelos constrangimentos nas principais cidades (as obras no Metro do Porto, por exemplo). Priorizando as preocupações daqueles cuja voz não é escutada nos *media* com a frequência ideal, o Portugal em Direto espelhou as díspares realidades escolares e de segurança entre pequenos e grandes centros urbanos, por vezes pouco condizentes com o grau económico associado.

Sintetizando ilações, e como evidenciado pelos gráficos 1 e 2, o equilíbrio entre temas é construído no quotidiano, a fim de (in)formar e sensibilizar o cidadão para os assuntos mais pertinentes nos diferentes distritos⁷⁷. Não obstante, a génese cultural prevalece e a economia surge como tema dominante em resultado dos constrangimentos provocados pela pandemia. Esta harmonia utópica, agilizada diariamente, é irrepetível quanto aos dados geográficos, pois são expostas carências económicas e profissionais que impedem o Portugal em Direto alcançar os objetivos do serviço público de rádio⁷⁸.

⁷⁴ Entrevista a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 – Porto, e orientador do estágio curricular) realizada a 28 de dezembro de 2022.

⁷⁵ Recomendada a consulta dos gráficos 1 e 2 na página 38.

⁷⁶ A escassez de atualidade desportiva no atual formato do Portugal em Direto relaciona-se com a valorização de outras vertentes sociais, como a cultura e o ambiente. O Jornal de Desporto, emitido diariamente às 12h30 e 18h30, explora os tópicos de modo especializado. Não obstante, explica a editora Cláudia Costa, em formatos anteriores do Portugal em Direto foram incluídas rubricas sobre clubes e competições amadoras ou menos mediáticas. A dinâmica foi alocada na Tarde Desportiva, emitida durante as tardes de domingo.

⁷⁷ Entrevista Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

⁷⁸ Recomendada a consulta das figuras 1 e 2, e do gráfico 3, nas páginas 39 e 40.

3.3.2 – O Portugal possível para o jornalismo de proximidade na rádio pública

Pelo redigido no tópico anterior, torna-se inegável que o jornalismo regional é fundamental para o processo democrático, face ao trabalho com propósitos de coesão e formação comunitária. Ainda que a era digital tenha fundado o debate sobre o sentido de pertença e os lugares físicos, e que alguns temas sejam transversais aos distritos, na verdade parte nuclear da atualidade regional exige o acompanhamento contínuo, presencial. Caso contrário, o jornalista define valores-notícias a partir de percepções partilhadas por terceiros, sobre o que não experienciou (Dijk, 1996, pp. 173-161). Quando conhecedor do meio sobre o qual informa, o jornalista assimila valores e práticas civilizacionais, fruto do quotidiano, que permitem definir o que constitui notícia (Camponez, 2002, pp. 102-103, 165-168; Dijk, 1996, p. 80). Somente por via desta base social partilhada o jornalista é capaz de informar com rigor e propriedade, evitando a armadilha do “mito da vida”, que limita a percepção plena do país (Deggans, 2014; Dijk, 2005).

Perante a “*info-exclusão*” e o perigo de determinadas regiões serem esquecidas, importa ressaltar alguns pressupostos legais, aparentemente óbvios e adquiridos (Abernathy, 2020, pp. 89-90; Camponez, 2002, pp. 50-51). A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, entre o 20º e o 24º artigo, sublinha a importância de os serviços públicos mediáticos fomentarem a abrangência cultural, ideológica e geográfica. Por sua vez, a Constituição da República Portuguesa salienta, entre o artigo 12º e 15º do Título I, a igualdade em direitos e deveres entre indivíduos, reforçando o combate à exclusão (ERC, 2009, pp. 33-46). Apesar da reduzida extensão territorial do país, o Portugal em Direto padece, precisamente, da incapacidade em investir na inclusão massiva, consequência do baixo orçamento, que impossibilita o reforço dos recursos profissionais, estabelecendo a máxima “fazer mais com menos” (Chevallier, 2018, p. 124). Ora, tal conjuntura limita a capacidade de o atual modelo do Portugal em Direto cumprir objetivos propostos, uma vez que delega à rede de correspondentes parte crucial dos conteúdos difundidos. Como apresentado na Figura 1 (página 39), a rádio pública, para além da sede lisboeta, fixou centros de produção nos distritos do Porto, Coimbra e Faro, assim como nos arquipélagos da Madeira e Açores. Os correspondentes estão distribuídos pelos distritos de Bragança, Guarda, Braga, Viseu, Castelo Branco e Évora.

O mapa apresentado, ainda assim, merece algumas ressalvas, a fim de ilustrar devidamente os recursos profissionais. Como redigido anteriormente, o jornalista alocado em determinado distrito pertence ao universo RTP, e não somente à rádio pública, ou incorpora a condição de colaborador. Por isso, sem a aplicação do regime de exclusividade, pode acumular tarefas com programas informativos de televisão, sobretudo com o Portugal em Direto⁷⁹, pelo que as peças e as reportagens fornecidas requerem disponibilidade e proatividade⁸⁰. Deste modo, é difícil alcançar presencialmente outras regiões, despidas de centros de produção, de correspondentes ou colaboradores. São os “territórios de ninguém”, segundo a jornalista Cláudia Costa⁸¹.

⁷⁹ Tanto a RTP1 como a Antena 1 incorporam na grelha de programas um espaço dedicado à informação regional, o Portugal em Direto. Ainda que homónimos, os projetos apenas partilham a génese e o enquadramento jornalístico.

⁸⁰ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

⁸¹ Terceiro episódio de “Em Nome do Ouvinte – O Programa da Provedora do Ouvinte – VI Série” – Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p9584/e586155/em-nome-do-ouvinte-o-programa-da-provedora-do-ouvinte-vi-serie>

Entre outubro e dezembro de 2021, Portalegre foi o distrito menos abordado. Surge no planeamento de modo consecutivo: a nove de novembro com uma peça sobre a produção de castanha na Serra do Marvão; no dia seguinte uma reportagem sobre o Festival Internacional de Balões de Ar Quente. Os trabalhos foram produzidos pelo jornalista Paulo Nobre, correspondente da RTP no Alentejo. Os trabalhos constituíram os minutos de voz dos portalegrenses na rádio pública, sobre as dificuldades económicas e agrárias, e sobre o evento que prometia mobilizar centenas de turistas. Tendo por certo que nem todo o acontecimento é passível de ser noticiado, tal como acontecia no modelo anterior do Portugal em Direto, o raciocínio de Teun Van Dijk (1996) sobre a perceção da realidade e dos valores-notícia corresponde a este caso. Os jornalistas sediados no Porto ou em Lisboa, salvo raras exceções, não têm como deter o pleno conhecimento das preocupações em Portalegre, à luz do que constitui novidade ou gera preocupação nessa região. O recurso ao jornalista Paulo Nobre, responsável pela área alentejana, é um remedeio, uma vez que possui outra sensibilidade, graças à experiência acumulada (Crookes & Vittet-Philippe, 1986, pp. 89-90). Ainda que as entraves colocadas pela pandemia dificultassem o afloramento da atualidade através do contacto presencial, a Figura 2 e o Gráfico 3 (páginas 39 e 40) esclarecem o trabalho desenvolvido na zona do Alentejo, apesar da sede em Lisboa, do centro de produção em Faro e dos correspondentes nas áreas circundantes.

De modo a ilustrar a representatividade dos distritos ao longo das 54 edições estudadas, elaborei a Figura 2 (página 39), na qual elenquei cinco categorias (0-10 presenças; 11-15; 16-25; 26-30; >31) que permitem extrair ilações sobre a importância dos centros de produção, assim como da rede de correspondentes. Os dados da figura são complementados pela informação inscrita no Gráfico 3 (página 40). O distrito de Beja contabilizou seis presenças no Portugal em Direto, naturalmente espaçadas na cronologia: a primeira foi registada a 13 de outubro; a segunda a 15 de novembro; a quinta presença foi registada a 25 de novembro; a sexta, e última, a 16 de dezembro. Os distritos de Portalegre, Guarda, Leiria e Évora completam o contingente abaixo da dezena de presenças no programa de teor regional.

O segundo grupo, composto pelos distritos de Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Santarém e Setúbal, são circundados por centros de produção, e alguns usufruem de um profissional especializado. Curiosamente, tal contexto não beneficiou o distrito de Leiria, entroncado entre Lisboa e Coimbra. De seguida, num terceiro patamar, Bragança, em resultado da semana especial emitida entre 20 e 24 de dezembro, faz dupla com o distrito coimbrã, cuja equipa é fundamental para o elo com o centro do país. A quarta categoria apresenta Faro e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores – o centro de produção mais a sul no continente, assim como os profissionais além-mar, trabalham, maioritariamente, sobre as respetivas áreas, pelo que assinam presença assídua no programa. Por fim, e como seria óbvio, os distritos de Porto e Lisboa dominam a contagem, em resultado do posicionamento geográfico da equipa responsável pelo Portugal em Direto e da sede da Antena 1.⁸²

Uma vez compreendido que o Portugal em Direto apenas fará sentido quando capaz de valorizar a identidade das comunidades, o exemplo da região francesa de Aquitânia torna-se pertinente. A diversidade cultural e artística, aliadas ao respeito e à partilha, geraram um dinamismo regional ímpar,

⁸² O planeamento do Portugal em Direto incorporou, em múltiplas edições, temas partilhados por diferentes distritos, como a crise agrícola e meteorológica no Médio Alentejo, ou o plano de vacinação contra a gripe. Por isso, foi incluída a categoria “Geral” (utilizada em 36 programas), que conjuga várias identidades e realidades. Deste modo, nas outras dezoito categorias é embebida a cultura e a herança que distingue determinado contexto regional (Camponez, 2002, pp. 271-273).

devidamente aproveitado pela rádio local. Trabalhando alicerçada nas diferentes vozes, o gosto pela criação era prioridade e, por isso, o projeto radiofónico era caracterizado pelos baixos orçamentos, o uso humilde de tecnologias e o alcance registado entre as principais emissoras francesas (Crookes & Vittet-Philippe, 1986, pp. 80-90, 160). Recorro a este caso para salientar a importância do trabalho jornalístico sobre os cidadãos que não encontram outras oportunidades para comunicar com a sociedade (Camponez, 2002, pp. 277-278; Lamizet, 1992). Não obstante, em termos práticos, a viabilidade dos objetivos teorizados para a rádio pública portuguesa depende do financiamento, da liberdade profissional concedida, assim como da estabilidade administrativa e política (Chevallier, 2018, p. 125; Crookes & Vittet-Philippe, 1986, p. 58).

Pelo redigido nos últimos parágrafos, é perceptível a preponderância da rede de correspondentes na concretização de um programa abrangente, equilibrado e interessante. O diretor de informação da Antena 1, João Paulo Baltazar⁸³, reconhece que os dados expostos geram preocupação, pois a fixação de um correspondente por distrito seria o ideal. Admitindo que apenas “com as botas no terreno” se materializa a intenção de produzir jornalismo de proximidade, e por isso de mais-valia para o auditório, João Paulo Baltazar lamenta o fracasso dos concursos para reforçar as equipas, ora por falta de candidatos, ora pelos perfis adequados escassearem: “jovens recém-licenciados a contrato experimental para que, eventualmente, pudessem integrar a equipa”⁸⁴. Ainda assim, o diretor de informação da Antena 1 ressalva a possibilidade de serem contadas histórias sobre todos os distritos, independentemente dos recursos no local, sublinhando as valências a extrair de plataformas digitais como o Zoom ou o Teams⁸⁵. O copo meio-cheio perspetivado por João Paulo Baltazar foi de encontro à análise do diretor do centro de produção a norte, António Jorge:

A aposta em mais jornalistas, correspondentes e colaboradores é essencial para continuar a ilustrar com excelência o retrato de cada região, do país por inteiro. Seriam necessários mais recursos humanos para trabalhar frequentemente em reportagem, o que iria eliminar a predominância das chamadas telefónicas.⁸⁶

Apesar de observações diferenciadas, os diretores convergem sobre os distritos prioritários a reforçar com a fixação de um jornalista: Portalegre, Beja, Setúbal e Vila Real. Ainda assim, a editora do Portugal em Direto, Cláudia Costa, esclarece que novos profissionais espalhados pelo país pode não significar o colmatar das carências do Portugal em Direto: “alguns correspondentes estão a operar para televisão, ou não são proativos. A alternativa é os jornalistas trabalharem via telefónica. Havendo um

⁸³ Entrevista a João Paulo Baltazar (diretor de informação da Antena 1) realizada a 17 de fevereiro de 2022.

⁸⁴ A este propósito importa recuperar o trabalho publicado pelos investigadores José Luís Garcia, José Nuno Matos e Pedro Alcântara da Silva (2021), que aponta a precaridade como um dos alicerces do regime mediático conduzido pela racionalidade económica e avanço tecnológico. Numa era de jovens licenciados entregues à “carreira portefólio”, reféns de contratos temporários, para quem as garantias de estabilidade são mínimas, a proposta de correspondência a prazo num distrito está circunscrita no panorama do “temporário permanente” (Deuze M., 2007; Beck, 2000, p. 70; Garcia et al., 2021, p. 276; Matos, 2020, p. 549).

⁸⁵ A pandemia obrigou os *media* a recorrerem a plataformas de videoconferência, a fim de tornar exequível o quotidiano dos jornalistas durante a domiciliação profissional. Porém, um ano e meio depois, e com o país em recuperação, tais soluções confirmaram tendências pré-pandemia: a “*taylorização*” do trabalho, o “jornalismo sentado” e a reciclagem de informação via *online* (Boczkowski, 2010; Mateus, 2019; Miranda et al., 2021). O renovado *modus operandi* incutido nas redações é antagónico perante a génese do Portugal em Direto: “o lugar do jornalista é entre os cidadãos, e esse esforço obriga-os a cultivar a proximidade” (Camponez, 2002, pp. 165-168).

⁸⁶ Entrevista a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 – Porto, e orientador do estágio curricular) realizada a 28 de dezembro de 2022.

correspondente por distrito, que acumula com a televisão, depende da proatividade”. Ademais, Cláudia Costa reitera: “quem ouve este programa pensa que temos uma grande rede de correspondentes e de jornalistas, e não é verdade. Fazemos serviço público”.⁸⁷

3.3.3 – O equilíbrio construído diariamente e a problemática em torno do Tempo de Antena

O ambicionado equilíbrio geográfico e temático afigura-se utópico, não somente pelos recursos financeiros da Antena 1, como pelos minutos dedicados ao Portugal em Direto. Devido à curta rede de correspondentes, o trabalho sobre diversos assuntos e para inúmeras comunidades assenta no contacto telefónico a partir de Porto e Lisboa⁸⁸. Em simultâneo, e naturalmente, cerca de 45 minutos não é suficiente para englobar a atualidade de todo o país. Por isso, a meta diária passa por compor edições ecléticas e interessante, cumprindo com a abrangência, o rigor e a alternância geográfica exigidos pelo Contrato de Concessão⁸⁹.

A volatilidade do conteúdo jornalístico e o difícil equilíbrio são evidentes depois de analisada a emissão difundida a 23 de novembro de 2021. Durante 42 minutos de programa foram envolvidos nove distritos (Vila Real, Bragança, Viana do Castelo, Porto, Leiria, Évora, Faro, Madeira) e sete categorias temáticas (política, cultura, saúde, economia, educação, segurança, *media* regionais); a maior fatia de tempo foi tomada pela Covid-19 e vacinação contra a gripe (treze minutos). Apontar defeitos a tal planeamento, rico quanto aos tópicos abordados e na dimensão geográfica, acaba por ser inoportuno, pois foram incluídas reportagens em direto, uma entrevista e peças. Deste modo, e como refere António Jorge, o equilíbrio dos diferentes índices é gerido no dia-a-dia, pelo que o balanço deve ser realizado no médio-prazo.

A edição de 23 de novembro não foi procedida de Tempo de Antena, bloco de programação obrigatório no serviço público de rádio e televisão providenciado “aos partidos políticos, às organizações sindicais, profissionais e representativas das atividades económicas, bem como às associações de defesa do ambiente e do consumidor, e, ainda, às organizações não-governamentais que promovam a igualdade de oportunidades” (Lei nº 54/2010: Lei da Rádio, 2010, p. 5912). Os minutos concedidos a cada entidade devem ser usufruídos até ao final do ano. Na Antena 1, o Tempo de Antena está alocado entre o término do Portugal em Direto e o espaço noticioso das 14 horas. Por isso, como explica a editora Cláudia Costa, o programa é encurtado a partir de novembro:

- Entre 18 de novembro e 24 de dezembro, o Tempo de Antena surge por 12 vezes (em 25 possíveis);
- O Tempo de Antena foi registado em apenas cinco dias no período compreendido entre 8 de outubro e 17 de novembro;

⁸⁷ Terceiro episódio de “Em Nome do Ouvinte – O Programa da Provedora do Ouvinte – VI Série” – Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p9584/e586155/em-nome-do-ouvinte-o-programa-da-provedora-do-ouvinte-vi-serie>

⁸⁸ Entrevista Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

⁸⁹ Disponível em: <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

- Entre 29 de novembro e 15 de dezembro, em 11 edições possíveis, o Tempo de Antena encurtou nove, de modo consecutivo;
- A edição com menos minutos foi registada a 15 de dezembro: 30 minutos e 15 segundos. A média foi fixada nos 41 minutos e 45 segundos;
- O Portugal em Direto foi procedido de Tempo de Antena em 17 dias (32%).

Face aos constrangimentos enunciados, o esclarecimento surgiu, naturalmente, pelo diretor de programas, Nuno Galopim, nomeado em outubro de 2021 para o cargo: “muitas das entidades trabalham com temáticas que não são, de todo, estranhas ao Portugal em Direto”. Por isso, considera desprovido de sentido alocar o dever no *prime-time* da manhã; no *drive-time* da tarde, em que “outro tipo de conteúdos têm de fazer sentido”; ou nos horários noturnos, de audiência residual e especializada. Ademais, argumenta Nuno Galopim, o Tempo de Antena deve colher a atenção do auditório durante a hora de almoço, sendo antecedido por um espaço informativo de relevo, e prosseguindo com a partilha de conteúdos “do país real, do país profundo”⁹⁰. Não obstante, devido aos minutos acumulados para novembro e dezembro, o diretor de programas reconhece a necessidade de debater e renovar os moldes sobre os quais assenta esta obrigação da rádio pública:

Faz sentido na sociedade contemporânea e digital, com novas ferramentas de comunicação, como as redes sociais, entender o Tempo de Antena tal e qual se fazia como espaço de comunicação na rádio dos anos 80? As entidades têm formas de chegar às pessoas através das redes sociais, que não existiam quando foram definidas as leis do Tempo de Antena. O facto é que o Tempo de Antena ainda existe, e quem dele usufrui utiliza as redes sociais para comunicar. Mas, já que têm aqueles minutos de rádio que querem usar, quando chega ao final do ano, para não ficarem sem eles, usam-nos.

Na procura de trabalhar sobre tantas regiões quanto as existentes em território nacional, o Portugal em Direto conhece no plano legal a contrariedade explanada. Por isso, para além da rede de correspondentes escassa, é garantida a subtração de minutos na emissão durante as últimas semanas do ano. As explicações prestadas por Nuno Galopim confirmam a necessidade de o Conselho de Administração da RTP e a Assembleia da República reverem o 53º artigo da Lei nº 54/2010 (p. 5912), que determina a atribuição do direito de antena. Em suma, limitado pelos recursos humanos e pelo horário, a equipa responsável pelo Portugal em Direto organiza planeamentos que, no médio-prazo, devem cumprir com o equilíbrio temático e geográfico contratualizado com o Estado. Os gráficos e as figuras apresentados no princípio deste capítulo ilustram a dificuldade inerente ao equilíbrio pretendido, pelos motivos anteriormente abordados.

A fórmula final do Portugal em Direto, segundo António Jorge, reforça o sentido de notícia (ou seja, conteúdos para lá de agenda) e de reportagem em direto, suportada pela ampla, proativa e coesa rede de correspondentes. Tal conjuntura permitiria garantir, no curto-prazo, a almejada variedade geográfica e temática, revelando “os diferentes matizes do país”⁹¹. O programa aproxima-se do plano delineado quando realizado fora de estúdio, pois divulga a atualidade, os projetos e as tradições de determinada região. Como acima explanado, a situação pandémica interrompeu essa rotina, pelo que

⁹⁰ Entrevista a Nuno Galopim (diretor de programas da Antena 1) realizada a 19 de maio de 2022.

⁹¹ Entrevista a António Jorge (diretor do centro de produção da Antena 1 – Porto, e orientador do estágio curricular) realizada a 28 de dezembro de 2022.

somente experienciei o retomar das emissões especiais aquando da viagem a Coimbra e a Vila Real⁹². Ainda assim, em resultado do alívio das restrições sanitárias, essas edições ímpares foram o mote para 2022. Entre 11 de abril e 30 de maio, a equipa do Portugal em Direto acumulou experiências na Covilhã, no Fundão, em Alcains, em Monsanto e em Setúbal. O diretor de programas da Antena 1, Nuno Galopim assume satisfação pela estratégia implementada, em prol da “rádio de proximidade” e de um programa que “caminhe pelo país fora”⁹³.

Sem ocultar as debilidades enumeradas, a informação regional encontra nas emissões especiais inúmeros motivos para compor reportagens, assim como diversos assuntos alinhados com os valores-notícia, cumprindo as ambições delineadas pelos diretores João Paulo Baltazar e António Jorge. Ademais, as edições do Portugal em Direto realizadas em Coimbra, Vila Real e Bragança não foram procedidas de Tempo de Antena. Importa, por isso, lembrar a média de duração do programa no período estudado (41 minutos e 45 segundos), a fim de valorizar a extensão da maioria das emissões em exterior, consequência da pertinência das reportagens e da fluidez das entrevistas e debates. O Gráfico 4, embebido na página 40, apresenta os dados pertinentes a esse respeito. O programa realizado nos CHUC, em Coimbra, foi o mais extenso, terminou segundos depois das duas da tarde. Por norma, o *jingle* de abertura soa entre as 13h10 e as 13h15, e o encerramento deve ser procedido até às 13h59.

3.4 – A caracterização do Portugal em Direto pelo Marktest e no domínio digital

O serviço público rema por oposição à lógica individualista e segmentada dos operadores comerciais, que perspetivam o cidadão enquanto consumidor e pautam o quotidiano consoante a popularidade, em detrimento do rigor (Camponez, 2002, pp. 84-92; Deuze M. , 2011). Em simultâneo, a posição ocupada pelo indivíduo em contextos comerciais, nos quais recebe benefícios por subscrever determinados serviços, gerou nele a expectativa de ser agraciado pelos contributos monetários transferidos para o operador público (Berry R. , 2013). Deste modo, o consumidor almeja um patamar de reconhecimento exclusivo, inaugurando novas categorias (negativas) de cidadania: altruísta e voluntário impuro (Brunner, 1998, pp. 587-601).

Os parâmetros apresentados por K. Jakubowicz (2003) para avaliar a importância do conteúdo difundido pelos *media* públicos (qualidade, lucro financeiro, impacto e fidelidade junto do público) permanecem atuais no contexto português, e constituem elementos nucleares para, no caso da rádio, a subsistência do projeto financiado pelos cidadãos (Meijer, 2005, p. 33; Picard, 2006, p. 183; Souchon, 1995). Os valores e objetivos preconizados pelo serviço público geram a correlação com a informação, a cultura e a arte, o que pode resultar em desajustados patamares de alcance no atual ecossistema mediático. O “*dumbing-down*” em curso conduz o consumidor à distinção entre programas de qualidade e *media* de qualidade: ao primeiro atribuem o sentido de brio e seriedade; o segundo é considerado apelativo (Bardoel & Brants, 2003, p. 167; Meijer, 2005, pp. 35-37). Deste modo, balizado no paradoxo

⁹² Consultar a informação redigida nas páginas 36, 37 e 38. Entre 20 e 24 de dezembro de 2021, o Portugal em Direto foi transmitido a partir do distrito de Bragança.

⁹³ Entrevista a Nuno Galopim (diretor de programas da Antena 1) realizada a 19 de maio de 2022.

de Michael Souchon (1995, p. 4)⁹⁴, o serviço público deve abranger tantas vozes quanto as coexistentes na respetiva sociedade, gerando identificação, interesse e notoriedade junto dos diversos segmentos sociais, mantendo a utilidade em aspetos que suplantam o lucro monetário (Cordeiro, 2011; EBU, 2012).

Apesar das mudanças de designação rádio pública portuguesa (1981), e da inclusão na *holding* que detém o audiovisual público, a Antena 1 herdou da RDP o posicionamento no mercado enquanto “projeto cultural que há-de estar acima e para além da precariedade dos projetos meramente comerciais com os quais concorre na disputa não obsessiva das audiências” (Santos, 2013a, p. 177). Por isso, a fim de auxiliar a reflexão sobre os conteúdos produzidos e o público-alvo delineado, a rádio pública recebe relatórios de audiência produzidos pelo Grupo Marktest. Contudo, como explica o diretor adjunto de programas para as novas plataformas de distribuição, e coordenador de conteúdo Web da RTP, Jorge Alexandre Lopes, os números podem ser enganadores, uma vez que provêm da questão metodológica “que rádio ouve?”, ao invés de dados concretos e matemáticos. Portanto, a estimativa de audiências radiofónicas varia consoante o ímpeto dos ouvintes – “raramente respondem o que ouviram recentemente, mas sim os primeiros nomes de estações que se lembram, com as quais estão familiarizados”⁹⁵. A metodologia dos estudos de mercado, e respetivas críticas, não constituem novidade, pois, no princípio do século XXI, António Ribeiro, à data diretor do gabinete de estudos e relações exteriores da RDP, considerou os relatórios irreais e prejudiciais para a imagem da entidade (Santos, 2013a, p. 215).

Volvidas duas décadas, os dados são valorizados enquanto parte essencial da análise ao trabalho produzido, ainda que o balanço seja moroso, pois o relatório de determinado ano é somente recebido em meados de abril seguinte, revela Jorge Nuno Lopes. A demora, explica, é consequência do “avultado investimento” necessário para exigir à Marktest o “profundo estudo de alcance por antena de forma diária e célere”. Ao contrário da aferição dos consumos televisivos, calculados ao minuto através de aparelhos livres de equívocos, as audiências em rádio estão sujeitas a margens de erro muito superiores, devido à metodologia empregue⁹⁶. A inexistência de “ferramentas mais afinadas na medição” do alcance em FM é a principal carência neste âmbito, sublinha o diretor de programas da Antena 1, Nuno Galopim.

3.4.1 – Dados de alcance em FM

Aquando da conversa com Jorge Alexandre Lopes, a 24 de fevereiro de 2022, a Antena 1 apenas possuía dados relativos a 2020. O registo de público alcançado é efetuado entre quartos de hora, pelo que, face ao horário do Portugal em Direto (entre as 13h15 e as 13h59), o estudo vai aglutinar o programa com o noticiário das 13 horas. Durante o ano da pandemia, quando soava a trilha que assinalava a uma da tarde estavam sintonizados na Antena 1, em média, 50 mil ouvintes. Na transição entre espaços informativos, e no cruzar dos quartos de hora, o auditório decrescia para 45 mil ouvintes, fixando-se nos 40 mil até às duas da tarde. Ou seja, durante o Portugal em Direto, a nívelação esteve

⁹⁴ “Faz o bem o que desejas, de qualquer modo será mau. Se conseguires audiência, é mau: porque negligencias o pedido por qualidade e diferença. Se não conseguires audiência, é mau: o público continua fora daquilo que consideras serem programas de qualidade” (Souchon, 1995, p. 4)

⁹⁵ Entrevista a Jorge Alexandre Lopes (diretor adjunto de programas para as novas plataformas de distribuição, e coordenador de conteúdo Web da RTP) realizada a 24 de fevereiro de 2022.

⁹⁶ Entrevista a Nuno Galopim (diretor de programas da Antena 1) realizada a 19 de maio de 2022.

compreendida entre as 45 mil e as 40 mil pessoas. Esta constitui uma das poucas certezas, pois, alerta Jorge Alexandre Lopes, além das ressalvas a fazer quanto à metodologia implementada, não é possível saber quais os ouvintes que escutaram o programa na íntegra, aqueles que sintonizam no decorrer do Portugal em Direto, e ainda aqueles que ouvem de modo disperso.⁹⁷

Partindo para a caracterização possível do auditório, Jorge Alexandre Lopes revela que, naquele horário de almoço, o público masculino é quatro vezes superior ao feminino⁹⁸. Os motivos, anota, devem-se à atração das ouvintes por estações de música “pop” ou de teor juvenil. Em sentido contrário, a emissão da Antena 1, rica em palavra, promove “uma dinâmica em torno de assuntos que não são fáceis de ouvir, até no carro, onde se procede a 60% da escuta nacional”⁹⁹. Deste modo, apesar da programação diversificada e respeitadora dos valores do serviço público, o ouvinte, num ato de consumo passivo, opta por música e entretenimento. Abaixo são apresentadas as médias diárias de variação entre o universo masculino e feminino nos principais grupos radiofónicos. Os dados, correspondentes a 2020, corroboram o raciocínio de Jorge Alexandre Lopes.

- Grupo RTP ¹⁰⁰ – 352 mil homens / 163 mil mulheres;
- Media Capital – 1M 246 mil homens / 1M 330 mil mulheres;
- Grupo Renascença – 1M 161 mil homens / 1M 158 mil mulheres.

Quanto aos grupos etários que escutaram a Antena 1 durante a emissão do Portugal em Direto, o Gráfico 5 (página 41) esclarece a distribuição diária de 2020. Num universo de 43 mil ouvintes, condizente com a margem acima mencionada, a maioria do auditório tem, pelo menos, 65 anos. Questionada sobre o horário do programa, a editora Cláudia Costa admite que seria benéfico a emissão migrar para o bloco entre o meio-dia e a uma da tarde, a fim de escapar à concorrência dos principais canais televisivos. Ainda que a opinião seja unânime, a hipótese foi descartada, pois o Jornal de Desporto começa às 12h30, constitui “uma bandeira do serviço público” e rivaliza pelo protagonismo nesse horário com o programa Bola Branca da Rádio Renascença¹⁰¹. Por sua vez, o diretor de programas da Antena 1, Nuno Galopim, descreve a televisão como “companhia fácil para quem está em casa”, mas lembra os ouvintes parados no trânsito, a trabalhar ou a almoçar fora do lar, que recorrem à rádio no FM ou em plataformas *streaming*. Não obstante, Portugal habituou-se, desde a década de 1960, a optar pelo ecrã em detrimento da telefonia, como redigido no Diário Popular em setembro de 1966 (Santos, 2013a, pp. 83-84), numa tendência que conduziu às atuais disparidades entre a rádio e a televisão, como os relatórios de audiência, por exemplo.

O Gráfico 5 espelha o distanciamento dos jovens para com a informação radiofónica. Se, por um lado, é credível o argumento de que os estudantes do Ensino Secundário não possuem a sensibilidade suficiente para acompanhar projetos como o Portugal em Direto; pelo outro, duas categorias

⁹⁷ Numa troca de mensagens eletrónicas realizada em abril de 2022, Jorge Alexandre Lopes providenciou os únicos dados recebidos, até então, relativos a 2021. Havia garantido, durante a entrevista de fevereiro, que a média de alcance não iria variar exageradamente. Ainda assim, o Portugal em Direto esteve nivelado pelos 50 mil ouvintes diários, ou seja, um aumento face ao ano anterior.

⁹⁸ “A maioria do público é masculino, porque a Antena 1 tem uma audiência muito distorcida, talvez por ser muita informação e futebol” – Jorge Alexandre Lopes, entrevista realizada a 24 de fevereiro de 2022.

⁹⁹ Entrevista a Jorge Alexandre Lopes (diretor adjunto de programas para as novas plataformas de distribuição, e coordenador de conteúdo Web da RTP) realizada a 24 de fevereiro de 2022.

¹⁰⁰ Antena 1, Antena 2, Antena 3 e RDP África (no FM).

¹⁰¹ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

englobam estudantes universitários e jovens adultos formados. A panóplia de programas de entretenimento suplantaram os espaços jornalísticos, e geraram consumidores apáticos perante a comunidade, que não habitam o lugar físico, mas sim outro, digital, que extravasa a compreensão palpável (Buckingham, 2000, pp. 3-22; Camponez, 2002, pp. 157; 271-273). Assim, o jornalismo, artéria vital do sistema democrático, parece garrotado pela geração de “zombies” televisivos e digitais (Buckingham, 2000, p. 21). Porém, o legado deste *medium* não finda, pois é reinventado e reajustado às normas de sociabilidade (Berry R. , 2013; Herreros, 2011).

A literacia mediática deve ser fomentada nas faixas etárias mais novas no caso de as entidades jornalísticas, educacionais e governamentais definirem tal aspeto de cidadania enquanto meta partilhada para o desenvolvimento formativo, extensível à restante sociedade¹⁰². A informação isenta consultada pelos jovens, assim como o cultivo de sentido crítico, são fenómenos que resultam de múltiplas sinergias. O céptico lamento enquanto arma de arremesso a estes grupos etários é um argumento falacioso, pois os adultos possuem inúmeras responsabilidades sociais e pecam pela escassa literacia mediática e digital (Buckingham, 2000, p. 58; Cullingford, 1992, p. 16; Harding, 2017). Doravante, as questões em torno dos *media* devem ser introduzidos nos manuais escolares, nos debates quotidianos, e não apenas junto da classe profissional (ou universitária) e dos adultos. O interligar da “micro-política” da experiência individual com a “macro-política” da esfera pública permite ambicionar a “praça da cidade”, espaço igualitário, participativo e democrático, composto e enriquecido por cada cidadão (Buckingham, 2000, pp. 201-223; Circom, 2014; Gilbert, 1992). Por fim, o jornalismo radiofónico público em Portugal encontrou, no final do século XX, o método para difundir conteúdos além do FM. Por isso, deve conhecer as correntes sociais, crescentemente efémeras e mutáveis, e indicar o rumo benéfico a seguir, em prol do bem-comum (Buckingham, 2000, p. 5).

Há futuristas que dão por mortos os meios de comunicação. O importante não é o desaparecimento de determinados suportes, mas a continuidade do que cada um unicamente acrescenta. É possível que as ondas hertzianas percam tanta audiência que se tornem irreconhecíveis como emisoras de rádio, mas o consumo de documentos sonoros, música e informação oral sobreviverá. (...) Muda a tecnologia, renova-se a sociedade (...). (Herreros, 2011, p. 72)

3.4.2 – O trabalho a desenvolver no digital

A transição dos meios jornalísticos para o ecossistema digital foi iniciada na antecâmara do presente século. Atento ao fenómeno, Michael Schudson (2011, p. 140) profetizou sobre a reinvenção da comunicação social, projetando a coexistência da informação jornalística com diversas opiniões inscritas por indivíduos nos demais fóruns. O mediatismo reunido por partilhas mais ou menos factuais de meros utilizadores resultaria, segundo o autor, na percepção de que o posto ocupado pelo jornalista estava, afinal, ao alcance de todos. Ademais, a extensiva e gratuita participação em diversos debates nas redes sociais e *websites* promoveu a ideia de que estes espaços digitais constituem o pináculo da liberdade, em resultado da atividade livre de punição e controlo. Ainda assim, ressalva Schudson, a parcela da comunidade que opta pelos “observadores independentes”, permite sustentar a *raison d’être* do

¹⁰² O serviço público português encetou esforços nesse sentido através das plataformas digitais RTP Ensina e RTP Play.

jornalismo: informar de modo isento. Deste modo, a classe profissional deve definir novos métodos para trabalhar e interagir com o cidadão.

A rápida migração dos conteúdos para diferentes dispositivos e plataformas originou o utilizador-cliente e o utilizador-cidadão – conhece os respetivos direitos e exige qualidade crescente aos produtores de *media*, escrutinando, sobretudo, o trabalho desenvolvido pelo serviço público, para o qual contribui financeiramente. Deste modo, o imperativo da eficiência deve ser reforçado e a informação publicada deve ser exclusiva e pertinente, a fim de não restar suplantada pela restante enxurrada de conteúdos apresentados ao “*multiplatform receiver*” (Ala-Fossi et al., 2008, pp. 23-27; Chevallier, 2018, pp. 118-125). Assente na dinâmica “*Create Once, Publish Everywhere*”, o quotidiano das redações é reenquadrado perante a esfera pública globalizada e movida pelo digital (Castells, 2008; Nissen, 2006; Herreros, 2011).

Para o serviço público de rádio, a inovação tecnológica afigura-se crucial para sustentar os elos entre classes sociais na “praça da cidade” (Nissen, 2006, pp. 22-26). Despojado de prioridades lucrativas, o projeto radiofónico conserva a democracia comunicativa, enquanto promove a igualdade social. Esse equilíbrio é viabilizado pelo investimento na adaptação dos meios tecnológicos, gerando a versão dialógica, permanente e bidirecional da rádio, na qual a função base de difundir de conteúdos é complementada pela capacidade de interagir e receber informações dos ouvintes (Amaral et al., 2006; Buckley, 2000, pp. 184-185; Wolton, 1996). Não obstante, o carácter polimórfico deste *medium* na versão *software* e *online* será adquirido apenas quando superado o fosso entre a parcela da sociedade capaz de migrar para a realidade *online*, e o grupo que, por falta de recursos, permanece excluído. Portanto, o progresso tecnológico deve ser acompanhado de medidas para a implementação de infraestruturas de comunicação, a fim de reagrupar o *puzzle* social (Ala-Fossi et al., 2008; Buckley, 2000; Burnley, 2017; Camponez, 2002).

Recordando o estágio na Antena 1 (Porto), o departamento digital é motivo de diferendo. As publicações no Facebook e no Instagram¹⁰³ raramente abordam os programas de foro noticioso, e o Twitter é somente utilizado para convidar à escuta do Jornal de Desporto¹⁰⁴, emitido às 12h30 e 18h30. Portanto, a renovação visual da Antena 1 nas redes sociais, promovida a propósito da nova grelha de programas (inaugurada em fevereiro), não englobou o Twitter. O responsável pelo trabalho no âmbito digital, Jorge Alexandre Lopes, lamenta a “displicência” na plataforma delegada à direção de informação e esclarece que a transferência de gestão pressupôs a projeção e divulgação de notícias e reportagens.

O próprio diretor de informação tem consciência, mas afirma não ter recursos para essa tarefa. Na perspetiva dele, as pessoas têm de trabalhar nas notícias. Deveria colocar nos turnos, pelo menos, um profissional que pense digital e não FM. É vital e obrigatório. Para pagar a alguém é preciso prescindir, provavelmente, de outra pessoa.¹⁰⁵

No que diz respeito aos conteúdos produzidos no centro de produção a norte para o Facebook, a bitola antes da pandemia era diferente, pois os jornalistas Cláudia Costa e António Jorge eram responsáveis por editar, realizar e filmar as emissões da Antena Aberta e do Portugal em Direto. Deste

¹⁰³ Consultar Anexo 1, página 67

¹⁰⁴ Consultar Anexo 2, página 68

¹⁰⁵ Entrevista a Jorge Alexandre Lopes (diretor adjunto de programas para as novas plataformas de distribuição e coordenador de conteúdo Web da RTP) realizada a 24 de fevereiro de 2022.

modo, operavam tarefas síncronas, em tempo real, que cruzam a fronteira entre o jornalismo, o marketing e a comunicação, gerando uma rotina paradoxal (Hoyer & Lauk, 2003, pp. 11-12). Ainda assim, a dinâmica promovia os programas a todos os utilizadores da rede social, e incorporava a interessante particularidade de revelar o rosto e as interações entre jornalistas, técnicos e entrevistados. Assim, era replicado o “isco” de projetos bem-sucedidos na Coreia do Sul (2005) e no Reino Unido, na BBC (2011). Porém, as conexões audiovisuais, para que sejam materializadas em conhecimento adicional e no reforço da imagem de marca, mantendo o brio do conteúdo auditivo, exige a complementaridade entre departamentos (Amaral et al., 2006; Berry R., 2013). A editora do Portugal em Direto, Cláudia Costa, esclarece o sucedido:

Durante muito tempo, por mote próprio, transmitíamos a Antena Aberta e o Portugal em Direto via Facebook, o que dava muito trabalho. Usava um programa para gerir várias câmaras. Deixamos de o fazer porque o nosso ADN é outro. A dinâmica que promovíamos tinha muito alcance, superior ao atual, mas o nosso ADN é rádio.¹⁰⁶

Porém, Jorge Alexandre Lopes descarta questões estratégicas e apresenta a falta de meios técnicos, e de um profissional que os opere, enquanto “motivo oficial” para a interrupção de diretos no Facebook a partir de Santo Ovídio. Ainda que reconheça o contexto desfavorável, no qual os jornalistas devem priorizar a emissão radiofónica, o coordenador do conteúdo Web garante que o Portugal em Direto e a Antena Aberta foram os maiores beneficiadores da dinâmica. Desafiado a encontrar alternativas, Jorge Alexandre Lopes apenas elenca a partilha diária, via hiperligação da RTP Play na rede social, promovendo os programas “chave na mão”. Entretanto, no princípio de 2022, em Lisboa, os diretos no Facebook foram retomadas¹⁰⁷.

As debilidades do serviço público de rádio no âmbito digital decorrem da complexa organização entre departamentos e centros de produção. Alguns exemplos evidenciam o “croché único”¹⁰⁸. O grupo gerido por Jorge Alexandre Lopes trabalha na sede da RTP, é reduzido, gere tarefas provenientes também da televisão. Por sua vez, a equipa da Antena 1 fixada a norte, ainda que autónoma, responde à direção de informação localizada em Lisboa. No *online*, o portal RTP Notícias acumula conteúdos de ambos os meios, sendo a responsabilidade editorial detida pelo departamento de informação televisiva. Por fim, acresce a existência de dois programas denominados Portugal em Direto: um difundido na Antena 1 pelas 13h15; o outro televisionado na RTP1 às 17h30. Encontram-se alocados na plataforma RTP Play, para onde convergem os conteúdos de todos os canais do serviço público¹⁰⁹.

Para o diretor de informação, João Paulo Baltazar, os problemas explanados advêm do equívoco ocorrido na criação da *holding* Rádio e Televisão de Portugal, que fez coincidir o nome de uma marca já existente – a RTP – com a extinta RDP. Por isso, argumenta, o “esmagamento” da marca Antena 1, e a dificuldade de afirmar o projeto no mundo digital, está patente “no simples facto de os portugueses associarem a sigla ao projeto público de televisão”¹¹⁰.

¹⁰⁶ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

¹⁰⁷ A emissão de acompanhamento da final do Festival da Canção de 2022, realizada a 13 de março, foi coordenada por Jorge Alexandre Lopes, filmada em diversos ângulos, durou 52 minutos e acumulou mais de oito mil visualizações. Disponível em: <https://www.facebook.com/antena1/videos/1663718743969484>

¹⁰⁸ Expressão utilizada por Jorge Alexandre Lopes na entrevista realizada a 24 de fevereiro de 2022.

¹⁰⁹ Anexo 3 – Consultar página 68

¹¹⁰ Entrevista a João Paulo Baltazar (diretor de informação da Antena 1) realizada a 17 de fevereiro de 2022.

A ideia de transmitir o Portugal em Direto em simultâneo no Facebook é importante no âmbito do jornalismo regional, pois o alcance das notícias e reportagens reforçam o valor das comunidades. Porém, despojado dos recursos técnicos e humanos, e sobrecarregado de tarefas, o editor (ou editora) arrisca estar alienado para o auditório que optou por apenas escutar a emissão. O antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, escreveu sobre o “pleno aproveitamento das tecnologias da informação”, e recorreu ao exemplo finlandês para lembrar que um país está preparado para abraçar essa fatia do futuro quando for promovida a evolução organizacional, que, conseqüentemente, vai desbloquear o investimento na competitividade *online*. As novas formas de sociabilizar, que devem cultivar o conhecimento e a coexistência identitária, são embebidas neste ecossistema quando as bases laborais forem moldadas aos desafios apresentados (Castells & Cardoso, 2006, pp. 421-426).

Os constrangimentos que impedem a Antena 1 de registar maior aproveitamento do público digital não alteram as prioridades da direção de informação para o Portugal em Direto. Segundo João Paulo Baltazar, o passo seguinte é o reforço a rede de correspondentes, a fim de colmatar as carências geográficas, fixando recém-licenciados. O diretor de informação reitera que somente no término desse processo vai ser possível equacionar a adição de valor multimédia *online*. De acordo, a editora Cláudia Costa salienta o objetivo de “encontrar as histórias que os outros não têm, que podem parecer pequenas, mas que são importantes para as pessoas”¹¹¹. O final de 2021 e o princípio de 2022 proporcionaram regulares saídas de estúdio para emissões especiais a partir de diversas regiões. A dinâmica aproximou as metas delineadas, uma vez que possibilitou o equilíbrio temático e territorial. Desta forma, o Portugal em Direto permanece ativo no zelo e na valorização das identidades que compõem o legado do país. O acompanhamento reforçado das comunidades é fundamental para prosseguir no desenvolvimento da democracia comunicativa, via pela qual o serviço público de rádio cumpre com os deveres contratualizados com o Estado.

¹¹¹ Entrevista a Cláudia Costa (editora do Portugal em Direto) realizada a 18 de janeiro de 2022.

Considerações Finais

Finda a apresentação dos resultados do estudo, o enquadramento teórico e a própria experiência do estágio, importa sistematizar as reflexões suscitadas por este relatório. A rádio pública portuguesa atravessou, ao longo de quase um século, diversas etapas que permitiram definir a génese do projeto. Outrora ferramenta do Estado Novo para manipular o rumo ideológico, na atualidade a Antena 1 pretende contribuir para uma sociedade diversa, abrangente e informada. Para alcançar esse patamar, como relatado no primeiro capítulo, foram necessários esforços de foro deontológico e ético, a fim de conseguir a independência do poder político. Além disso, o sistema de financiamento implementado, através da taxa de radiodifusão, vinculou a relação de interdependência com a sociedade. Ainda que a medida contribuísse para o agravar da dívida, e restringisse o investimento profissional e técnico, foi necessária para diferenciar o projeto da rádio pública dos demais, crescentemente envolvidos em dinâmicas que visam o lucro e o domínio do mercado de audiências, independentemente do conteúdo produzido. Deste modo, as últimas décadas do século XX obrigaram a delinear estratégias para, por um lado, difundir trabalhos interessantes e distintos, e por outro representar todos os grupos sociais no mesmo canal radiofónico (Santos, 2013a).

O novo milénio reforçou esse desafio, sobretudo em consequência do avanço tecnológico, devidamente capitalizado pelos projetos comerciais e por plataformas *online*, que segmentam conteúdos consoante a preferência dos indivíduos. A disparidade nos recursos financeiros, técnicos e profissionais forçou as sucessivas administrações dos *media* públicos a rentabilizarem meios com o menor custo possível. Por isso, as redações acumulam funções jornalísticas, digitais e de comunicação, a fim de permanecerem próximas do público (Hoyer & Lauk, 2003). Não obstante, a missão do serviço público encontra em programas de proximidade um pilar para o cumprimento da abrangência social, cultural e geográfica contratualizada com o Estado. No caso informativo da rádio pública, o Portugal em Direto é o argumento fundamental para praticar os valores jornalísticos pretendidos e, em simultâneo, sustentar elos com os variados grupos sociais.

O estudo apresentado no segundo capítulo deste relatório, além da escuta e análise de 54 edições do Portugal em Direto, esteve assente na triangulação entre os dados recolhidos, as entrevistas realizadas a profissionais com responsabilidades editoriais na Antena 1 e a consulta de variados documentos. Desta forma, foi gerada uma dinâmica de causa-efeito, através da qual os pareceres dos seis entrevistados permitiram justificar os dados apresentados, evidenciando os motivos que limitam o cumprimento dos objetivos elencados para o programa de carácter regional e informativo. A principal carência está relacionada com abrangência geográfica, aspeto basilar na produção do Portugal em Direto. Os escassos recursos orçamentais impossibilitam a contratação de jornalistas. A situação, transversal ao grupo RTP, leva a que os correspondentes não trabalhem em exclusivo para o Portugal em Direto, nem para a Antena 1, acumulando funções com os programas televisivos. Assim, para trabalhar sobre mais regiões, os jornalistas viajam a distritos vizinhos, pois os meios profissionais dos cinco centros de produção (Porto, Coimbra, Faro, Madeira e Açores), da sede em Lisboa, e da rede de correspondentes (Braga, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora) são insuficientes. A este respeito, o Contrato de Concessão, assinado em 2015, refere que um jornalista por distrito permite alcançar a abrangência geográfica ideal.

As referidas deslocações a outros distritos foram a solução para gravar alguns conteúdos, por exemplo, em Aveiro e Setúbal. Ainda assim, a prática não garante o cumprimento da abrangência regional. O jornalista Paulo Nobre, por exemplo, é responsável pela cobertura do Alentejo para a rádio e televisão. Face à extensão geográfica delegada, e à sobrecarga de tarefas, os distritos de Évora, Portalegre e Beja perfilam entre os menos incluídos nas 54 emissões analisadas. Para colmatar esta debilidade, o investimento em jovens recém-licenciados a contrato experimental é anunciado como prioritário, segundo o diretor de informação, João Paulo Baltazar. Ainda que motive algumas ressalvas, compreende-se a opção, pois no caso de a sinergia funcionar, estará próximo o cumprimento do parâmetro contratualizado com o Estado.

De acordo com os diretores João Paulo Baltazar e António Jorge, o modelo futuro do Portugal em Direto incorporaria maior quantidade de notícia e reportagem e, assim, um grau superior de proximidade das regiões. O alívio das restrições sanitárias permitiu o regresso das emissões especiais, realizadas a partir de diferentes distritos. Durante o período de estágio acompanhei a viagem a Coimbra e a Vila Real. Como acima referido, entre 11 de abril e 30 de maio de 2022, foram dinamizadas outras quatro edições em exterior. Esta rotina permite evoluir para o sistema de maior grau noticioso e de reportagem, valorizando diferentes localidades. Não obstante, nos restantes dias, persiste a debilidade relacionada com a falta de profissionais para lá dos centros de produção e da sede da Antena 1. Os recursos limitados obrigam a concretizar o equilíbrio regional via telemóvel. Deste modo, deduzo que a pandemia Covid-19 não justifica todas as carências do Portugal em Direto, pois a retoma das emissões fora do estúdio não eliminou a escassez de histórias sobre Leiria, Guarda, Portalegre, Évora e Beja. Na verdade, prevalece a máxima de “fazer mais com menos” e a normalização da “*taylorização*” do “jornalismo sentado” (Chevallier, 2018, p. 124; Mateus, 2019, p. 549; Miranda et al., 2021, pp. 292, 301).

A difícil conjuntura descrita é atenuada pelo carácter eclético do Portugal em Direto quanto ao temas abordados. O estudo desenvolvido confirmou a seleção de assuntos únicos, distintos dos restantes blocos informativos. Durante outubro e dezembro de 2021, foi trabalhada com particular incidência a recuperação das regiões face à pandemia Covid-19, pelo que as categorias “Economia” e “Saúde” perfilam entre as mais recorrentes. Em simultâneo, o carácter diferenciado do programa está patente na abordagem organizada para as entrevistas de foro político, na rubrica semanal “Os Nossos Animais Selvagens”, e na interação com *medias* locais, fornecendo ao ouvinte conteúdos exclusivos, pertinentes e de qualidade. Neste âmbito do estudo, importa fazer a seguinte ressalva sobre os gráficos 1 e 2, a fim de salvaguardar conclusões contraditórias: determinados assuntos aglutinam diversas categorias, sendo o enquadramento do trabalho jornalístico fator decisivo para alocar o tema numa só categoria. Por isso, os dados incorporados nos referidos gráficos não significam que as categorias “Educação” e “Tecnologia” sejam descartadas do programa.

No período estudado, o Portugal em Direto registou duração média de 41 minutos e 45 segundos, ou seja, quatro minutos abaixo do máximo permitido. Este dado deve-se, sobretudo, à regular presença do Tempo de Antena entre novembro e dezembro. Os minutos atribuídos a várias associações e entidades é utilizado no final do ano, por mera obrigação. Ainda que constitua um dever da rádio pública, previsto por lei, o Tempo de Antena é emitido antes das duas da tarde, pelo que encurtou diversas edições do Portugal em Direto (a 15 de dezembro a emissão durou apenas 30 minutos). Deste modo, o programa de carácter informativo e regional é limitado quanto ao trabalho abrangente a realizar. Por isso, o diretor de programas, Nuno Galopim, sugeriu a revisão da atribuição e

uso do direito de antena. A alternativa pode passar por medidas que salvaguardem a distribuição equilibrada do Tempo de Antena durante os meses. Apenas por esta via será possível planear edições com temas diversos, realizados com enquadramentos distintos.

A avaliação do trabalho produzido pela rádio pública tem nos relatórios de mercado um pilar essencial para compreender a pertinência da grelha de programas e o grau de interesse dos cidadãos, elemento fundamental para sustentar a legitimidade do serviço público. Deste modo, o estudo sobre o Portugal em Direto foi enriquecido pelos dados Marktest de 2020 e 2021, relativos ao alcance de público. A metodologia aplicada, assente na pergunta “que rádio escutou?”, e não em dados matemáticos, gera dúvidas quanto aos números divulgados, devido à ampla margem de erro. Contudo, para reunir conclusões absolutamente inequívocas, seria necessário “um avultado investimento”, garantiu Nuno Galopim. Ainda assim, os dados da Marktest revelam que, entre 2020 e 2021, a média de público alcançando durante o Portugal em Direto cresceu de 45 mil para 50 mil ouvintes. Num exercício meramente especulativo, poderia considerar o regresso à rotina pré-pandemia motivo determinante para o resultado, uma vez que, entre as 13h15 e as 13h59, os portugueses estão no trânsito, no local de trabalho, ou a almoçar fora do lar, como explicou Nuno Galopim. Porém, não foram fornecidos dados que permitam corroborar o argumento.

O relatório de 2020 da Marktest para a Antena 1 permitiu delinear a caracterização do auditório do Portugal em Direto. Num ano cuja variação diária esteve balizada entre os 45 mil e os 40 mil cidadãos, o estudo sobre as faixas etárias (assente num universo de 43 mil indivíduos) concluiu que os ouvintes mais assíduos têm, pelo menos, 65 anos (46% do público; 20 mil ouvintes). Em sentido contrário, a parcela social compreendida entre os 15 e os 44 anos configura somente 19% dos ouvintes (oito mil). Nos parágrafos anteriores escrevi sobre os conteúdos interessantes e diversos produzidos para o Portugal em Direto, por isso, interpreto a desniveleção etária enquanto consequência da decrescente formação e sensibilidade para o conteúdo jornalístico produzido em contexto radiofónico; ao mesmo tempo, os números evidenciam a transformação dos cidadãos em consumidores, movidos por programas de entretenimento e de ficção transmitidos via televisão e em plataformas *online*. Por isso, elenquei medidas a implementar, sobretudo em escolas e universidades, a fim de reavivar a atenção para a importância deste *medium*, que conserva a palavra falada enquanto elemento primordial para comunicar.

O Portugal em Direto é disponibilizado em plataformas como o Spotify ou a RTP Play, contribuindo para o carácter polimórfico do projeto público de rádio. A investigação sobre o progresso da Antena 1 no âmbito digital permitiu compreender o usufruto das potencialidades oferecidas pelas demais plataformas e formatos de emissão. Desse modo, o cruzamento das entrevistas realizadas com a pesquisa efetuada gerou diversas conclusões. Primeiramente, a escassez de recursos profissionais e económicos interrompeu dinâmicas nas redes sociais, como a transmissão dos programas Antena Aberta e Portugal em Direto no Facebook. A prática conjugava a rádio e o *online*, e alcançava milhares de utilizadores, mas sobrecarregava os jornalistas. Por isso, explicou a editora Cláudia Costa, foi conservado o ADN dos profissionais: o jornalismo radiofónico. Sobre as restantes redes sociais da Antena 1, é possível constatar que no Instagram não são partilhados conteúdos jornalísticos (Anexo 1; página 67); a gestão do Twitter está entregue aos editores do Jornal de Desporto (Anexo 2; página 68), quando o idealizado seria divulgar todos os conteúdos de teor informativo. Como apontou o coordenador Web da RTP, Jorge Alexandre Lopes, são necessários investimentos em profissionais de marketing e operadores de vídeo, a fim de criar conteúdos nas redes sociais e recuperar a rotina das

transmissões síncronas no Facebook. Contudo, reiterou o diretor de informação da rádio pública, João Paulo Baltazar, a prioridade no curto-prazo é o reforço da rede de correspondentes.

A capacidade de as redes sociais permitirem o acompanhamento do trabalho informativo ao segundo, e a importância destas plataformas no processo de informar a sociedade, são dados adquiridos. No caso do Twitter, o conteúdo é disseminado em apenas 280 caracteres (cerca de 45 palavras), e os algoritmos fornecem conteúdos que outros utilizadores partilharam, ou apenas gostaram. Deste modo, a exposição do indivíduo a milhares de *tweets* é a oportunidade de as empresas de comunicação social reforçarem a visibilidade dos conteúdos produzidos. Porém, a interação deve estar alinhada com a praticada na rede social – a utilização de *emojis*, de *hashtags*, de frases concisas. Em simultâneo, a consulta dos temas em destaque no Twitter permite o aproveitamento de palavras-chave para valorizar as publicações. Contudo, como revela o Anexo 2, na conta da Antena 1 são aplicadas siglas, palavras incompletas e os *emojis* substituem palavras-chave. Não obstante, reconheço a missão primordial destes profissionais: produzirem jornalismo. O esforço aplicado na rede social Twitter é apenas um acréscimo, uma tarefa secundária. Assim sendo, aceito os argumentos sobre o necessário investimento no digital, mas concordo com a opção de investir primeiramente no colmatar de debilidades jornalísticas, a fim de concretizar um projeto público de rádio próximo de todos os cidadãos. É um processo de diversas etapas, mas de poucas verbas, como referido.

Este relatório foi produzido com base no estágio na Antena 1 (Porto), realizado entre 27 de setembro e 23 de dezembro de 2021. As dificuldades logísticas revelaram-se a oportunidade de integrar a equipa do Portugal em Direto, permitindo o contacto com diversas realidades sociais e múltiplas vertentes do trabalho jornalístico em rádio. Durante os três meses foram exigiram esforços económicos, pelo que o estágio foi encarado enquanto um investimento no futuro. Dessa forma, a proatividade e o interesse por diferentes matérias foram parte da atitude diária. Numa primeira fase, a postura foi recompensada com a oportunidade de gravar entrevistas em estúdio e compor peças para o Portugal em Direto. Ainda que as entraves institucionais não permitissem assinar o trabalho, estava consciente do trilho a percorrer. Por isso, a crescente qualidade, humildade e insistência originaram singulares saídas da redação. Recordo, em especial, a reportagem produzida sobre a Casa-Museu Ferreira de Castro, gravada em Ossela (Oliveira de Azeméis). Foi um trabalho exigente e gratificante, condizente com os objetivos delineados em setembro, e a via para a autonomia conseguida nas últimas semanas.

O estágio terminou numa fase em que contribuía diariamente para o Portugal em Direto, e regularmente para o Jornal de Desporto e para a Antena 2, em resultado da evolução das técnicas de escrita, composição e edição do som. Ademais, a leitura de imprensa e a constante pesquisa em diversas plataformas permitiam explorar novos motivos de trabalho. Apesar da condição de estagiário curricular, as práticas de leitura e respiração foram igualmente melhoradas, e as deficiências apontadas foram devidamente corrigidas no princípio de 2022.

A postura ambiciosa, e de paixão pelo jornalismo, justificou todo o processo vivido: acordar todas as manhãs pelas seis horas; regressar a casa às oito da noite; investir cerca de mil euros em três meses. No final do estágio curricular na Antena 1 (Porto), a melhor recompensa foi o crescimento registado, as oportunidades aproveitadas e o reconhecimento dos jornalistas. O esforço, a resiliência e o conhecimento eclético permitiram compor os capítulos marcantes e motivadores para o futuro.

Bibliografia / Obras Consultadas

- Abernathy, P. M. (2020). *New deserts and ghost newspapers: Will local news survive?* UNC Hussman School of Journalism and Media. Obtido em Março de 2022, de <https://www.usnewsdeserts.com/reports/news-deserts-and-ghost-newspapers-will-local-news-survive/>
- Abidi, A. (22 de Abril de 2020). *Journalism ethics expert on coronavirus crisis: "This is a human story above all"*. Obtido de European Journalism Observatory: <https://en.ejo.ch/ethics-quality/%20journalism-ethics-expert-on-coronavirus-crisis-this-is-a-human-story-above-all>
- Ala-Fossi, M. (2005). *Culture and quality in broadcast media*. Em G. F. Lowe, & P. Jauert, *Cultural Dilemmas in Public Service Broadcasting* (pp. 37-57). Göteborg: Nordicom.
- Ala-Fossi, M., Lax, S., O'Neill, B., Jauert, P., & Shaw, H. (2008). *The future of radio is still digital - But which one? Expert perspectives and future scenarios for the radio media in 2015*. *Journal of Radio & Audio Media*, 15, pp. 4-25. doi:<https://doi.org/10.1080/19376520801971337>
- Albarran, A. B., Anderson, T., Bejar, L. G., Bussart, A. L., Daggett, E., Gibson, S., . . . Way, H. (2007). *"What happened to our audience?" Radio and new technology uses and gratifications among young adult users*. *Journal of Radio Studies*, 14, pp. 2-11. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/10955040701583171>
- Amaral, S., Cardoso, G., & Espanha, R. (2006). *As rádios portuguesas e o desafio do (on)line*. OberCom. Obtido em Janeiro de 2022, de <https://obercom.pt/as-radios-portuguesas-e-o-desafio-do-online-set2006/>
- Assembleia da República. (Agosto de 2003). *Lei nº 30/2003: Aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão*. Diário da República nº 193/2003, Série I-A de 22-08-2003. Obtido em Junho de 2022, de <https://dre.tretas.org/dre/165665/lei-30-2003-de-22-de-agosto>
- Assembleia da República. (24 de Dezembro de 2010). *Lei nº 54/2010: Lei da Rádio*. Diário da República nº 248, Série I de 24/12/2010. Obtido em Fevereiro de 2022, de <https://files.dre.pt/1s/2010/12/24800/0590305918.pdf>
- Assembleia da República. (9 de Julho de 2014). *Lei 39/2014*. Diário da República nº 130, Série I de 09/07/2014. Obtido de <https://files.dre.pt/1s/2014/07/13000/0374803756.pdf>
- Assembleia da República. (9 de Julho de 2014). *Lei nº 38/2014*. Diário da República nº 130, Série I de 09/07/2014.
- Assembleia da República. (Março de 2016). *Lei 7-A/2016: Orçamento do Estado para 2016*. Diário da República nº 62, Série I de 30/03/2016. Obtido em Junho de 2022, de <https://dre.tretas.org/dre/2550135/lei-7-A-2016-de-30-de-marco#summary>
- Azevedo, A. P. (2001). *A rádio nos anos 50*. *Revista Observatório*, 4, pp. 113-122.
- Banerjee, I., & Seneviratne, K. (2005). *Public service broadcasting: A best practice sourcebook*. Paris: UNESCO.

- Bardoel, J., & Brants, K. (2003). *From ritual to reality - Public broadcasters and social responsibility in the Netherlands*. Em Nordicom, G. Lowe, & T. Hujanen (Edits.), *Broadcasting and Convergence: New articulations of the public service remit* (pp. 167-185). Göteborg, Suécia: Göteborg University. Obtido em Fevereiro de 2022, de https://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/publikationer-hela-pdf/ripe_2003_broadcasting_convergence.pdf
- Bardoel, J., & d'Haenens, L. (2004). *Media meet the citizen: Beyond market mechanisms and government regulations*. *European Journal of Communication*, 19, pp. 165-194.
doi:10.1177/0267323104042909
- Bardoel, J., & D'Haenens, L. (2008a). *Public service broadcasting in converging media modalities practices and reflections from the Netherlands*. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 14, pp. 351-360.
- Bardoel, J., & D'Haenens, L. (2008b). *Reinventing public service broadcasting in Europe: Prospects, promises and problems*. *Media, Culture & Society*, 30.
- Bauman, Z. (2009). *The Art of Life*. Cambridge: Polity.
- BBC. (2015). *Diversity and inclusion strategy 2016-20 - Diversity includes everyone*. (T. Hall, Ed.) Reino Unido. Obtido em Março de 2022, de <http://downloads.bbc.co.uk/diversity/pdf/diversity-and-inclusion-strategy-2016.pdf>
- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz: La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Paidós.
- Berry, R. (2013). *Radio with pictures: Radio visualization in BBC national radio*. *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, 11, pp. 169-184. Obtido em Fevereiro de 2022
- Bezerra, H. M. (2008). *As transformações da noção de serviço público na União Europeia: O serviço de interesse geral do Tratado de Lisboa*. *Direito, Estado e Sociedade*, 32, pp. 104-133. Obtido em Fevereiro de 2022, de http://direitostadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Bezerra_n32.pdf
- Boczkowski, P. (2010). *News at work: Imitation in an age of information abundance*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bolls, P. D. (2002). *I can hear you, but can I see you? The use of visual cognition during exposure to high-imagery radio advertisements*. *Communication Research*, 29, pp. 537-563.
- Bourdieu, P. (1980). *A opinião pública não existe*. *Questões de Sociologia*, 173.
- Boroditsky, L. (2011). *How language shapes thought. The languages we speak affect our perceptions of the world*. *Scientific America*. Obtido em Setembro de 2017
- Bravo, A. R. (1997). *La dimensión sonora del lenguaje audiovisual*. Barcelona: Paidós Iberica. Obtido em Março de 2022
- Brunner, E. J. (1998). *Free riders or easy riders?: An examination of the voluntary provision of public radio*. *Public Choice*, 97, pp. 587-604.
- Buckingham, D. (2000). *The making of citizens - Young people, news and politics*. Londres: Routledge. Obtido em Fevereiro de 2022
- Buckley, S. (2000). *Radio's new horizons - Democracy and popular communication in the digital age*. *International journal of Cultural studies*, 3, pp. 180-187.
doi:<https://doi.org/10.1177%2F136787790000300206>

- Burgelman, J.-C. (2000). *Regulating access in the information society. The need for rethinking public and universal service*. *New Media & Society*, 2, pp. 51-66. doi:10.1177/14614440022225706
- Burnley, R. (2017). *Legal focus - Public funding principles for public service media*. EBU, EBU Legal Director, Suíça. Obtido em Janeiro de 2022, de https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Legal-Focus-Pub-Fund_EN.pdf
- Cádima, F. R. (1999). *Redes à beira de um ataque de conteúdos. Desafios dos Novos Media*.
- Câmara, A. M. (1986). *Rádio Velha / Rádio Nova*. Em *RDP. 60 anos de Rádio em Portugal* (pp. 35-39). Lisboa: Edições Vega.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade: Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva. Obtido em Fevereiro de 2022
- Camponez, C., & Oliveira, M. (2021a). *Jornalismo em contexto de crise sanitária: Representação da profissão e expectativas dos jornalistas*. *Comunicação e Sociedade*, 39, pp. 251-267. doi:[https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3178](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3178)
- Camponez, C., & Oliveira, M. (2021b). *Representações do jornalismo e dos jornalistas*. *Mediapolis - Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 13, pp. 5-13. doi:https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_0
- Castells, M. (2008). *The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance*. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616, pp. 78-93.
- Castells, M., & Cardoso, G. (2006). *A sociedade em rede. Do conhecimento à acção política*. (M. J. Duarte, Ed.) Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Obtido em Outubro de 2020
- Chevallier, J. (2018). *Le service public* (11^a ed.). Paris: Presses Universitaires de France - Humensis. Obtido em Fevereiro de 2022
- Circom - European Association of Regional Television. (Novembro de 2014). *The importance of regional public service media - A strategic view of the role of regional public media in Europe*. Obtido em Março de 2022, de <https://www.circom-regional.eu/doc-download/cr-docs/1406-circom-regional-position-paper/file>
- Cordeiro, P. (2004). *A rádio em Portugal: Um pouco de história e perspectivas de evolução*. Obtido em Janeiro de 2022, de Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Cordeiro, P. (Março de 2011). *Not radio, but r@dio*. *Radio Days Europe*.
- Correia, J. C. (1998). *Jornalismo e espaço público*. Labcom Communication & Arts. Obtido em 2022 de Março
- Crookes, P., & Vittet-Philippe, P. (1986). *Local radio and regional development in Europe*. *European Institute for the Media*.
- Cuilenberg, J. V. (1997). *Acess and diversity in communication and information*. *Communication for Open Societies - ASCOR*. Amesterdão.
- Cullingford, C. (1992). *Children and society: Children's attitudes to politics and power*. Weidenfeld & Nicolson.

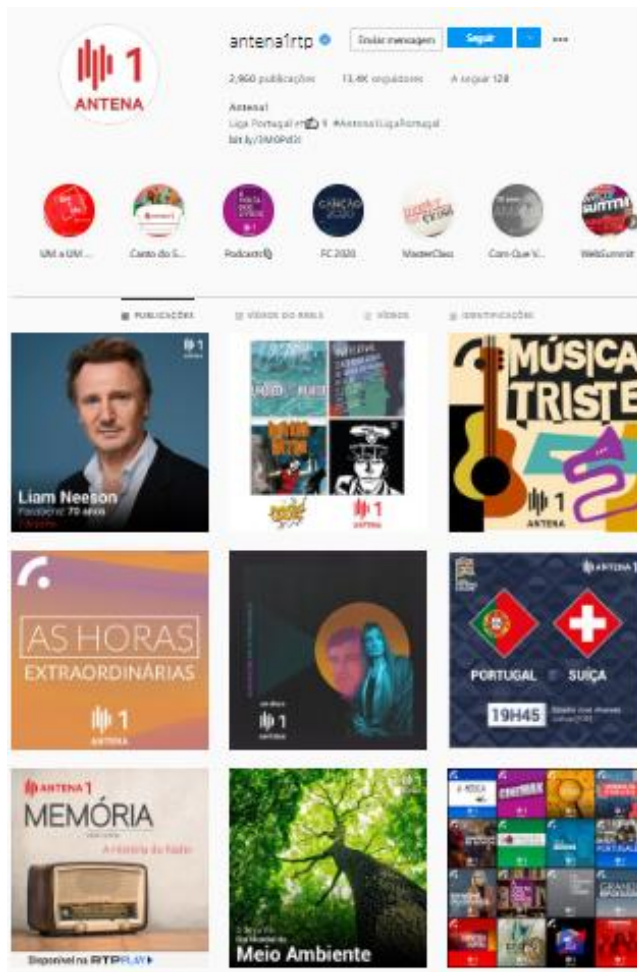
- Davies, G. (1999). *The future funding of the BBC. Report of the independent review panel*. Department for Culture, Media and Sport.
- Deggans, E. (2014). *How untold stories can reflect diversity*. Em K. McBride, & T. Rosenstiel, *The New Ethics of Journalism* (pp. 189-198). Los Angeles: SAGE Publications. Obtido em Março de 2022
- Deuze, M. (2007). *Media work*. Cambridge: Polity Press.
- Deuze, M. (2011). *Media life. Media, culture & society*, 33, pp. 137-148. Obtido em Março de 2022
- D'Haenens, L., Sousa, H., & Hultén, O. (2011). *From public service broadcasting to public service media*. Em J. Trappel, A. M. Werner, D. Leen, S. Jeanette, & T. Barbara, *Media in Europe Today* (pp. 187-218). Bristol: Intellect.
- Dijk, T. V. (1996). *Discourse, racism and ideology. La Laguna*.
- Dijk, T. V. (2005). *Notícias e conhecimento. Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2, pp. 13-29. Obtido em Novembro de 2018
- EBU - European Broadcasting Union. (2000). *Media with a purpose: Public service broadcasting in the digital era. The report of the digital strategy group of the european broadcasting Union*.
- EBU - Operating Eurovision and Euroradio. (Outubro de 2012). *Empowering society - A declaration on the core values of public service media*. (J.-P. Philippot, & I. Deltenre, Edits.) Obtido em Março de 2022, de EBU: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Empowering-Society_EN.pdf
- ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social. (23 de Março de 2006). *Parecer relativo ao anteprojeto da proposta de Lei que altera o Estatuto do Jornalista. Parecer 2/2006*. (J. A. Lopes, E. C. Oliveira, L. G. Silva, M. E. Serrano, & R. A. Ferreira, Edits.) Lisboa, Portugal. Obtido em Fevereiro de 2022
- ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social. (Dezembro de 2009). *Imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão*. Obtido em Março de 2022, de ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social: <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/diversidade/imigracao-e-diversidade-etnica-linguistica-religiosa-e-cultural-na-imprensa-e-televisao-2008>
- ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social. (Fevereiro de 2019). *A diversidade sociocultural nos media. 2015-2017*. Obtido em Março de 2022, de ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social: <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/diversidade/a-diversidade-sociocultural-nos-media-2015-2017-nos-media-2018-19>
- European Audiovisual Observatory. (2003). *The financing of public service broadcasting in selected central and eastern european states: As illustrated by Bulgaria, the Czech Republic, Hungary, Poland and the Slovakia*. Em S. Nikoltchev, *New European Rules for the Communication Sector* (pp. 14-19). Stasbourg: European Audiovisual Observatory.
- European Court Of Human Rights. (1950). *Convenção europeia dos direitos do Homem*. Roma: Council Of Europe. Obtido em Junho de 2022, de https://www.echr.coe.int/documents/convention_por.pdf

- Garcia, J. L., Matos, J. N., & Silva, P. A. (2021). *Jornalismo em estado de emergência: Uma análise dos efeitos da pandemia Covid-19 nas relações de emprego dos jornalistas. Comunicação e Sociedade, 39*, pp. 269-285. doi:[https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3177](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3177)
- Garnham, N. (1990). *Capitalism and communication: Global culture and the economics of information*. Londres: SAGE Publications.
- Gilbert, R. (1992). *Citizenship, education and postmodernity. British Journal of Sociology of Education, 13*, pp. 51-68.
- Guzmán, M. (2014). *Community as an End*. Em K. McBride, & T. Rosenstiel, *The New Ethics of Journalism* (pp. 205-212). Los Angeles: SAGE Publications. Obtido em Março de 2022
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MA: MIT Press.
- Hans-Bredow-Institut, Institute Of European Media Law. (2005). *Interim report study on co-regulatory measures in the media sector*. Hamburg: Hans-Bredow-Institut.
- Harding, P. (2017). *Remember that facts are sacred. British Journalism Review, 28*, pp. 17-22.
- Hartmann, F. (Dezembro de 2020). *Funding of public service media 2020 - Public version*. EBU, Media Intelligence Service. Obtido em Janeiro de 2022, de <https://www.ebu.ch/media-intelligence>
- Herreros, M. C. (2011). *O rádio no contexto da comunicação multiplataforma*. (D. C. Lopez, Ed.) *Rádio-Leituras, II*, pp. 69-105. Obtido em Janeiro de 2022, de <http://radioleituras.wordpress.com>
- Hills, J., & Michalis, M. (2000). *The Internet: A Challenge to Public Service Broadcasting? International Communication Gazette, 62*, pp. 477-493.
- Hoyer, S., & Lauk, E. (2003). *The paradoxes of the journalistic profession - An historical perspective. Nordicom Review, 24*, pp. 3-17. Obtido em Setembro de 2020
- Jakubowicz, K. (2003). *Bringing public service to account*. Em G. F. Lowe, & T. Hujanen, *Broadcasting and Convergence: New Articulations of the Public Service Remit* (pp. 147-165). Göteborg: Nordicom.
- Jakubowicz, K. (2010). *PSB 3.0: Reinventing european PSB*. Em P. Iosifidis, *Reinventing Public Service Communication: European Broadcasters and Beyond* (pp. 9-22). Hampshire: Palgrave. doi:https://doi.org/10.1057/9780230277113_2
- Jauert, P. (1997). *Local radio in western Europe. Conflicts between the cultures and periphery. Nordicom Review, 18*, pp. 93-106. Obtido em Fevereiro de 2022, de <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1534564/FULLTEXT01.pdf>
- Kleinstauber, H. J. (2011). *Radio: A Resilient Medium*. Em J. Trappel, W. Meier, L. D'Haenens, J. Steemers, & B. Thomass, *Media in Europe Today* (pp. 63-77). Bristol: Intellect.
- Lippmann, W. (2008). *Opinião pública*. Em A. Hohlfeldt, *Coleção Clássicos da Comunicação Social* (J. A. Wainberg, Trad., pp. 21-42). Editora Vozes Petrópolis. Obtido em Outubro de 2018
- Low, M. S., & Smith, N. (2006). *The politics of public space*. New York: Routledge.
- Lowe, G. F., & Jauert, P. (2005). *Cultural dilemmas in public service broadcasting*. University of Gothenburg: Nordicom.

- Mateus, S. (2019). *New media, new deontology - Ethical constraints of online journalism*. *Mediapolis*, 9, pp. 13-26.
- Matos, J. N. (2020). "It was journalism that abandoned me": *An analysis of journalism in Portugal*. *tripleC*, 18, pp. 535-555. Obtido em Fevereiro de 2022, de <http://www.triple-c.at>
- Meditsch, E. (1995). *Sete meias-verdades e um lamentável engano que prejudicam o entendimento da linguagem do radiojornalismo na era eletrónica*. *Palestra à Licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra*. Coimbra.
- Meijer, I. C. (2005). *Impact or content? Ratings vs quality in public broadcasting*. *European Journal of Communication*, 20, pp. 27-53. doi:10.1177/0267323105049632
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). *Jornalistas em tempo de pandemia: Novas rotinas profissionais, novos desafios éticos*. *Comunicação e Sociedade*, 39, pp. 287-307. doi:[https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Moring, T., & Salmi, J. (1998). *Public service radio programming for minority language audience(s) in a competitive market. The case of the swedish-speaking minority in Finland*. *Gazette*, 60, pp. 325-342. doi:<https://doi.org/10.1177%2F0016549298060004004>
- Nissen, C. S. (2006). *Public service media in the information society*. *Council of Europe's Group of Specialists on Public Service Broadcasting in the Information Society*. Strasbourg Cedex: Council of Europe. Obtido em Fevereiro de 2022, de <https://rm.coe.int/1680483b2f>
- Padovani, C., & Tracey, M. (2003). *Report on the conditions of public service broadcasting*. *Television New Media*, 4, pp. 131-153.
- Picard, R. G. (2006). *Financing public media: The future of collective funding*. Em C. S. Nissen, *Making a Difference. Public Service Broadcasting in the European Media Landscape* (Vol. XII, pp. 183-196). John Libbey Publishing / European Broadcasting Union All. Obtido em Janeiro de 2022
- Price, M. E., & Raboy, M. (2003). *Public service broadcasting in transition: A documentary reader*. New York: Kluwer Law International.
- Prosser, T. (2005). *The limits of competition law - Markets and public services*. Oxford: Oxford University Press.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. Lisboa: Quimera Editores.
- Rodrigues, A. D. (1990). *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença.
- Rumphorst, W. (1999). *Model public service broadcasting law*. *International Telecommunication Union*.
- Santos, S. C. (2013a). *Da rádio estatal ao modelo integrado. Compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Obtido em Dezembro de 2021
- Santos, S. C. (2013b). *Os media de serviço público*. Covilhã: Livros LABCOM Books. Obtido em Dezembro de 2021
- Schudson, M. (2011). *As notícias como um género difuso: A transformação do jornalismo na contemporaneidade*. *Comunicação & Cultura*, 12, pp. 139-150. Obtido de <https://journals.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/622/558>

- Serejo, F. (2001). *Rádio - do marcelismo aos nossos dias*. *Revista Observatório*, 4, pp. 65-95.
- Sindicato dos Jornalistas. (30 de Outubro de 2017). *Novo Código Deontológico*. Portugal. Obtido em 21 de Março de 2018
- Singer, J. (2014). *Sem medo do futuro: Ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade*. *Comunicação e Sociedade*, 25, p. 49. doi:[https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1858](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1858)
- Souchon, M. (1995). *What does a significant audience mean for a public broadcaster? AMIC Seminar on the Impact of the Changing Media Environment on Public Service Broadcasting in Asia*. Seoul: Singapore: Asia Media Information and Communication Centre. Obtido em 17 de Janeiro de 2022, de <https://hdl.handle.net/10356/92535>
- Sousa, A. M. (2012). *Comunicação nas organizações e tácticas de socialização - O caso dos estagiários de jornalismo televisivo*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação.
- Stavisky, A. G., & Avery, R. K. (2003). *U.S. Public broadcasting and the business of public service*. Em G. F. Lowe, & T. Hujanen, *Broadcasting and Convergence: New Articulations of the Public Service Remit* (pp. 137-145). Göteborg: Nordicom.
- Stemers, J. (1999). *Between culture and commerce. The problem of redefining public service broadcasting for the digital age*. *Convergence*, 5, pp. 44-67.
- Sullivan, M. (5 de Agosto de 2018). *The local news crisis is destroying what a divided America desperately needs*. *The Washington Post*.
- Thomass, B. (2003). *Knowledge society and public sphere: Two concepts for the remit*. Em G. F. Lowe, & T. Hujanen, *Broadcasting and Convergence: New Articulations of the Public Service Remit* (pp. 29-38). Göteborg: Nordicom.
- Tracey, M. (1998). *The decline and fall of the public service broadcasting*. Oxford: Oxford University Press.
- Tuchman, G. (2009). *Media, género, nichos*. *Revista Media & Jornalismo*, 15, pp. 15-24. Obtido em Março de 2022
- UNESCO. (2020). *Combate à desinformação: Trabalhar pela verdade em tempos de COVID-19*. Obtido de UNESCO: <https://pt.unesco.org/covid19/desinformacao>
- Wolton, D. (1996). *As contradições do espaço público mediatizado*. *Revista de Comunicação e Linguagens*.
- World Health Organisation. (25 de Agosto de 2020). *Immunizing the public against misinformation*. Obtido de World Health Organisation: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/immunizing-the-public-against-misinformation>
- WRTVC. (2000). *Public broadcasting: Why? How?*

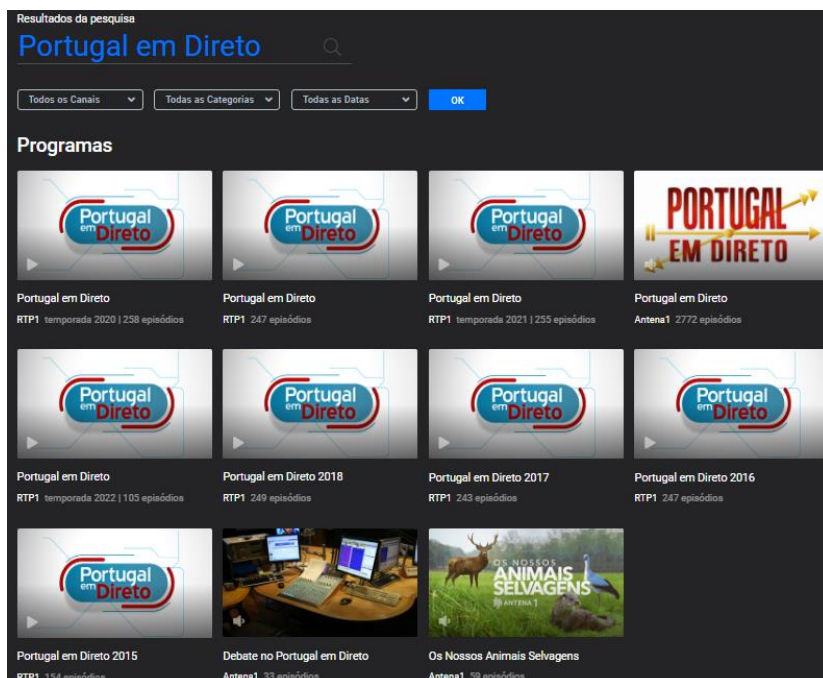
Anexos



Anexo 1 – Conteúdos publicados no Instagram da Antena 1 (até 7 de junho de 2022) - <https://www.instagram.com/antena1rtp/?hl=pt>



Anexo 2 – Conteúdos publicados no Twitter da Antena 1 - <https://twitter.com/antena1rtp?s=20&t=YwuAgBN6gmbidTYKrvqKag>



Anexo 3 – Resultados da pesquisa por "Portugal em Direto" no motor de busca da plataforma RTP Play